

Tiago Pansera

**Historiografia crítica:
breve estudo do pensamento marxista sobre o Brasil de 1500
a 1822**

Passo Fundo, outubro de 2011

Tiago Pansera

**Historiografia crítica:
breve estudo do pensamento marxista sobre o Brasil de 1500 a 1822**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Mário Maestri Filho.

Passo Fundo

2011

Dedico este trabalho ao professor Dr. Mário Maestri, por compartilhar seu conhecimento científico e suas experiências; à Lidiane, minha esposa, pelo apoio constante e pela compreensão em todos os momentos desta empreitada e à minha família, pelo incentivo ao aperfeiçoamento intelectual e profissional.

“As idéias dominantes de uma época sempre
foram as idéias da classe dominante”.
Karl Marx e Friedrich Engels

RESUMO

As produções historiográficas marxistas elaboradas durante o século 20 sobre a história do Brasil se tornaram fontes de pesquisa histórica, caracterizadas por análises, interpretações, e métodos singulares. Investigá-las significa conhecer e reconhecer a existência, efetividade e abrangência dessa corrente de pensamento, que produziu uma história econômica e das lutas de classe no Brasil, mas, está relegada a um passado pretensamente desconexo com o presente pelos modismos historiográficos da atualidade. Em “Historiografia crítica: breve estudo do pensamento marxista sobre o Brasil (1500-1964)” abordou-se um amplo espaço cronológico, de 1500 até 1964, pois, conhecer a história econômica, política e social é condição primária para entender a formação social e as singularidades do modo de produção hegemônico no Brasil contemporâneo. Do mesmo modo, a compreensão do pensamento historiográfico marxista e suas nuances permitiu analisar as obras clássicas sem sacralizá-las, avançando no debate teórico e epistemológico. Foram identificadas semelhanças entre os escritos produzidos antes e durante a ditadura militar de 1964. Em muitos casos, os autores eram militantes de organizações políticas de esquerda, com destaque para o Partido Comunista do Brasil [PCB]. Esses intelectuais não produziam a história apenas para preencher páginas de livros ou para receber titulações acadêmicas. Escreviam, sobretudo, com o objetivo de contribuir para a resolução das contradições teóricas da historiografia e do desenvolvimento socioeconômico nacional. Nas obras de alguns autores, como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, era evidente a estreita vinculação com a linha de pensamento partidário e a quase sacralização do pensamento marxiano. Sobretudo, em relação aos estágios de desenvolvimento histórico das sociedades e seus respectivos modos de produção, identificados por Karl Marx no caso específico da Europa. Noutros casos, com destaque para os escritos de Jacob Gorender, muitas contradições epistemológicas do marxismo foram superadas por meio de amplos e sistemáticos estudos sobre a história do Brasil.

Palavras-chave: História. Historiografia. Marxismo.

ABSTRACT

Marxists' historygraphics production elaborated during 20 century about Brazil's history became sources of historical resources, characterized by analysis, interpretation, and singular methods. Investigating their mean knowing and recognize the existence, effectively and the wide of this thought current knowing, that produced an economically history and class' fight in Brazil, but, it is related to a past without wide with the present because of the historygraphics models currently. In "critical historygraphic: a brief study of Marxist thought about Brazil (1500-1964)" it discussed about a large chronologic space, from 1500 to 1964, because to know the economic, political and social history is a primary condition to understand the social formation and the singularities in a manner to produce hegemonic in contemporary Brazil. In a same way, the comprehension of Marxism historygraphic thought and their nuances allowed to analyze classic works without became them right, advance into the theoretical discuss and epistemological. It was identified similarities among writes produced before and during the military dictatorship of 1964. In many cases they were militaries of left politic organization, with emphasis to Comunista do Brasil Party (PCB). These intellectual did not produce only the history to fill out the books pages, or receive academic titles. They wrote with the purpose to contribute in solving historygraphics contradictions in theories and national development socioeconomic. Into these works some authors, such as Alberto Passos Guimarães and Nelson Werneck Sodré, it was possible to comprehend the next link with the Party line's thought and the almost became Marxist thought right. Beyond, in relation to plan to historic development of societies, and their respective manners of production, identified by Karl Marx in a specific case of Europe. In others places, with emphasis to Jacob Gorender's writes, many epistemological of Marxist contradictions were overcome by large and systematic studies about Brazil history.

Key- words: History. Historygraphic. Marxism.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Em visita a uma indústria têxtil, da direita para a esquerda: Roberto Simonsen e o então presidente, Getúlio Dornelles Vargas.	16
Fotografia 2 - Caio Prado Jr., aos 49 anos, na cidade do Rio de Janeiro.....	19
Fotografia 3 – Celso Furtado.	21
Fotografia 4 – Nelson Werneck Sodré.....	23
Fotografia 5 – Alberto Passos Guimarães.	25
Fotografia 6 – Octavio Ianni.....	27
Fotografia 7 – Boris Fausto.	29
Fotografia 8 – João Manuel Cardoso de Mello.	31
Fotografia 9 – Ladislau Dowbor.....	32
Fotografia 10 - Décio de Azevedo Marques Saes.	33
Fotografia 11 - Pedro Cezar Dutra Fonseca.	35
Fotografia 12 – Florestan Fernandes.	36
Fotografia 13 – Jacob Gorender.	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL: Academia Brasileira de Letras
ANL: Aliança Nacional Libertadora
AP: Ação Popular
BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIESP: Centro das indústrias do estado de São Paulo
CNI: Confederação Nacional da Indústria
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina
EUA: Estados Unidos da América
FEB: Força Expedicionária Brasileira
FIESP: Federação das Indústrias de São Paulo
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCURS: Partido Comunista da União Soviética
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOP: Política Operária
PSD: Partido Social Democrático
PT: Partido dos Trabalhadores
PUC: Pontifícia Universidade Católica
UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp: Universidade de Campinas
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 OS PENSADORES.....	15
1.1 A obra pioneira	15
1.2 Militantes intelectuais	18
1.3 Estudos contemporâneos	27
1.4 Estudo sobre a revolução burguesa no Brasil	35
1.5 Jacob Gorender: análise sistemática e pioneira	37
2 A REVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DE JACOB GORENDER	41
2.1 Categorias sociológicas do escravismo colonial.....	41
2.2 Categorias sociais não-hegemônicas no escravismo colonial	43
2.3 Leis tendenciais específicas do modo de produção escravista colonial	44
2.4 Outras interpretações historiográficas sobre o escravismo no Brasil	46
3 REINTERPETAÇÃO DO BRASIL COLONIAL.....	49
3.1 A expansão ultramarina	49
3.2 Descoberta e exploração do continente americano.....	51
3.3 A dominação colonial no Brasil	54
3.3.1 A propriedade da terra	57
3.3.2 Cativados nativos e africanos	58
3.3.3 A plantagem escravista colonial	60
3.3.4 A mineração e a acumulação primitiva de capitais	63
4 ECONOMIA MONOCULTORA E CAPITALISMO NO CAMPO	65
4.1 Contradições teóricas de Caio Prado Jr.	66
4.2 Teorias sobre a existência do modo de produção feudal no Brasil.....	71
4.3 A gestação da economia cafeeira.....	74
4.3.1 Crises econômicas e superprodução de café.....	76
4.3.2 Outras atividades econômicas.....	80
4.4 Desenvolvimento capitalista no campo	82
4.4.1 Formas de propriedade e de remuneração dos trabalhadores rurais	84
4.4.2 Impulso estatal para o desenvolvimento do capitalismo no campo.....	85

5 ESTUDOS SOBRE A REVOLUÇÃO BURGUESA E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO	88
5.1 A transição para o capital industrial	88
5.2 A intervenção do Estado na economia e a revolução de 1930	92
5.3 A ideologia do nacional-desenvolvimentismo e a política populista	95
5.3.1 A política populista de Getúlio Vargas.....	97
5.4 Crise do nacional-desenvolvimentismo e a hegemonia burguesa	99
5.5 Os dilemas da esquerda	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS.....	109

INTRODUÇÃO

As produções historiográficas marxistas elaboradas durante o século 20 se tornaram fontes de pesquisa histórica, ao ensejarem um importante debate sobre a história do Brasil, desde a Colônia, até a consolidação *nacional*. Explorando o conceito de modo de produção, da história material, economistas, historiadores e sociólogos produziram uma teoria histórica socialmente engajada, a partir de um posicionamento político definido. Buscaram compreender os motivos do subdesenvolvimento econômico e o atraso político do Brasil, através de estudos complexos e extensos sobre o caráter da formação social brasileira, sobre o escravismo, sobre o campesinato, sobre a transição para o Estado burguês, sobre a industrialização e sobre o nacional-desenvolvimentismo. Investigá-las significa conhecer e reconhecer a existência, efetividade e abrangência do marxismo nas ciências sociais brasileiras e avançar a compreensão essencial da formação social brasileira.

Algumas obras caracterizaram-se pelo pioneirismo ao abordar assuntos inéditos, ou por visualizá-los sob outro olhar metodológico, tornando-se referenciais em relação às produções anteriores. Outras escrituras complementaram o conhecimento científico existente, porém, sem diminuir a importância da contribuição teórica para as ciências sociais. Destacamos a revolução epistemológica de Jacob Gorender, em *O escravismo colonial*, um minucioso estudo da formação social e do modo de produção escravista colonial. Jacob Gorender também analisou a formação da burguesia brasileira e a consolidação do capitalismo no campo. Embora sejam duas obras apenas sinteticamente desenvolvidas, possuem uma densidade de conteúdo que permite a compreensão de vários fenômenos determinantes da formação social brasileira.

Essas produções teóricas foram influenciadas diretamente pelo contexto socioeconômico do século 20 e pelas experiências práticas dos autores: debates e lutas políticas; presença concreta da alternativa socialista, representada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e dos Estados de economia nacionalizada; lutas armadas contra o governo de Getúlio Vargas, em 1935, e contra a ditadura militar, a partir de 1967; ascensão econômica e consolidação política da burguesia; industrialização em algumas regiões do Brasil, em detrimento de tantas outras, etc. As idéias de muitos

intelectuais carregavam os germens da práxis para a superação da sociedade de classes, vista como uma possibilidade real e não uma utopia ou aspiração acadêmica.

Em “Historiografia crítica: breve estudo do pensamento marxista sobre o Brasil (1500-1964)” objetivamos analisar criticamente as contribuições teóricas e metodológicas destes intelectuais para a história do Brasil, relegadas a um passado pretensamente desconexo com o presente pelos modismos historiográficos da atualidade. Identificamos a importância destas obras para a historiografia brasileira, pois, cada historiador, economista ou sociólogo contribuiu para a formação do pensamento nacional, em uma perspectiva de superação social. Do mesmo modo, investigamos as contradições as suas teóricas, considerando o contexto social e histórico em que os autores viviam e suas experiências políticas, acadêmicas e pessoais.

Abordamos um amplo espaço cronológico, no relativo à abordagem daqueles trabalhos, e também à suas produções, de 1500 até 1964, pois, conhecer a história econômica, política e social do período colonial e imperial é condição primária para entender a formação social e as singularidades do modo de produção hegemônico no Brasil contemporâneo, que se consolidaria na República Velha e, sobretudo, após a chamada Revolução de 1930. A compreensão do pensamento historiográfico marxista e suas nuances também permite analisar as obras clássicas sem sacralizá-las, avançando qualitativamente o debate teórico e epistemológico da teoria histórica. Compreendemos o marxismo como método capaz de empreender positivamente a própria crítica de sua gênese, desenvolvimento, crises, etc., em processo de superação permanente.

No primeiro capítulo, elaboramos uma breve apresentação de cada autor estudado, organizada em ordem alfabética. Optamos pela exposição em um capítulo separado a fim de torná-la mais didática. Conforme citado, investigamos as suas influências empíricas e intelectuais, a trajetória pessoal, a militância política, a produção teórica e o contexto histórico em que foram elaboradas. Conforme citado, Jacob Gorender investigou a economia política do modo de produção escravista colonial, a formação da burguesia brasileira e a consolidação do capitalismo no campo. Outros autores marxistas clássicos, como Alberto Passos Guimarães, Octavio Ianni e Nelson Werneck Sodré, investigaram aspectos ignorados por muitos historiadores e sociólogos do passado.

Werneck Sodré era intelectual orgânico da esquerda, membro do Partido Comunista Brasileiro - PCB. Suas produções constituíram clássicos da historiografia. No entanto, prendia-se aos modelos rígidos do esquema metodológico estalinista de sua época. Acreditava que o desenvolvimento dos modos de produção deveria seguir a ordem “ditada

por Marx”: comunismo primitivo, feudalismo, capitalismo, socialismo e que o Brasil ainda precisava “ultrapassar” a etapa capitalista para chegar ao socialismo.

Alberto Passos Guimarães era um autor autodidata. Em *Quatro séculos de latifúndio* defendia, sobretudo, a existência de um passado feudal ou com rasgos feudais no Brasil. Nos anos 1950, integrou a direção do PCB e contribuiu na elaboração da estratégia política do partido. Também pesquisamos as obras dos economistas João Cardoso de Mello e Ladislau Dowbor e do sociólogo Luciano Martins. Mello investigou a economia durante a primeira metade do Novecentos. Martins e Dowbor concentraram seus estudos entre os anos 1940 e 1970. Suas pesquisas contribuíram para compreender os aspectos econômicos das políticas nacionalistas. A produção teórica do cientista político Décio Saes também foi analisada, através do livro *A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)*, uma investigação da transição do escravismo para a república agrária.

Provavelmente, Caio Prado Jr. foi o autor marxista brasileiro mais conhecido e citado do século 20. Ele investigou a história econômica do Brasil, desde o século 16, e empreendeu ampla análise crítica. No entanto, em *História econômica do Brasil*, elaborou uma análise incompleta sobre o escravismo, ignorando importância da produção servil e da resistência dos trabalhadores escravizados contra o cativo, enfatizando como elementos demiúrgicos daquela sociedade os homens livres pobres e, mais tarde, os cafeicultores paulistas. Apesar de ter estudado criativamente a economia no Brasil, centrou sua análise na circulação e não na produção.

Embora o foco da pesquisa se concentre nas produções marxistas, pesquisamos as obras de autores que representaram os interesses liberais da burguesia, devido à sua importância fulcral para a historiografia de suas argutas obras. O industrial paulista Roberto Cochrane Simonsen foi um dos pioneiros em abordar e utilizar fontes de pesquisa da história econômica. Em *História econômica do Brasil*, Simonsen demonstrou o caráter subordinado do passado colonial e a necessidade de construir um *projeto nacional* para superar os regionalismos do Brasil.

Embora suas escrituras possuam contradições teóricas e metodológicas e algumas categorias sociológicas em desuso, o autor superou os estudos culturalistas de intelectuais como o sociólogo Gilberto Freyre, possivelmente o mais brilhante e profícuo intelectual orgânico das classes dominantes do Brasil, com destaque para as nordestinas. Por sua vez, o economista Celso Furtado escreveu uma análise da formação econômica do Brasil integrando as análises dualistas e representando as idéias do pensamento burguês-nacionalista, com o objetivo de fortalecer o capital nacional. Mesmo não sendo pensador

marxista, o incorporamos à nossa análise devido à criatividade e influência geral de suas interpretações.

O segundo capítulo destinamos exclusivamente à análise da interpretação historiográfica e sociológica de Jacob Gorender, sobre o escravismo colonial, e uma breve discussão sobre a tese – e a crítica – do passado feudal no Brasil, de tão profunda influência em nossas ciências sociais, naqueles anos. O autor empreendeu extensa e profunda análise das leis fundamentais do escravismo colonial. Reconheceu a existência de um modo de produção específico, criado em um contexto singular de dominação colonial e expansão do mercantilismo, extinto com a evolução das forças produtivas e o fim do tráfico de africanos escravizados.

No terceiro capítulo, apresentamos os estudos sobre a constituição econômica e social da colônia portuguesa nas Américas, posteriormente Império do Brasil. Foram obras que abordaram os aspectos da história econômica colonial, sobretudo, as especificidades da produção. Identificaram as plantagens como unidades básicas da produção escravistas, a subordinação do Brasil ao império português e o início do processo de consolidação do Estado brasileiro.

O quarto capítulo dedicamos a análise das produções historiográficas que investigaram a história do Brasil, durante o período colonial, até o Império. A independência política do Brasil, em 1822, a crise estrutural do escravismo a partir de 1850, a Revolução Abolicionista de 1888 e a criação da república, em 1889, foram estudados pelos historiadores marxistas, ou fortemente influenciados pelo marxismo, em diferentes períodos. O eixo central dos debates foi a condição de submissão ao imperialismo desde a criação do Império, até a crise sistêmica de 1929.

No quinto e último capítulo, examinamos as obras que abordaram os aspectos da industrialização, o projeto nacional-desenvolvimentista de 1930 e o processo de consolidação da hegemonia burguesa. Apreendemos essa realidade, sobretudo nas escrituras de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Pedro Dutra Vargas Fonseca. Esses autores investigaram a intervenção estatal na economia, desde o início do século 20, até os anos 1930, os aspectos do Estado populista no período getulista, suas crises, tensões e ambigüidades, a atuação de Getúlio Vargas enquanto estadista democrático-popular e a estabilização do poder burguês, através do golpe militar de 1964.

A produção historiográfica marxista brasileira dispõe de farto material disponível para pesquisa, sobretudo, as obras dos autores mais conhecidos, como Caio Prado Jr, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré e Octavio Ianni. É importante

lembrar que as produções investigadas durante a segunda metade da pesquisa resultaram em uma análise de maior profundidade e densidade teórica, pela experiência e conhecimento acumulados anteriormente. Temos consciência que ficaram fora de nossa análise um número significativo de autores que contribuíram significativamente para o processo em análise. Em nossa seleção, procuramos abordar os mais significativos no processo de construção do pensamento marxista sobre o Brasil, por um lado, e para os temas discutidos, por outro. Registramos igualmente nossa consciência da ausência de uma consulta sistemática da vastíssima e rica produção sobre os autores estudados, igualmente não utilizada apenas devido aos limites temporais próprios à nossa investigação, que compreendemos como parte de processo inconcluso.

A pesquisa foi desenvolvida no curso de mestrado da Universidade de Passo Fundo - UPF, com financiamento integral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. A escolha de temática resultou de discussões com o professor-orientador, pela busca de um assunto que permitisse conhecer a produção historiográfica marxista sobre a História do Brasil, desde a dominação colonial, até meados do século 20.

1 OS PENSADORES

Organizamos o primeiro capítulo na forma de uma breve exposição das obras e dos autores estudados, dispostos em três partes cronológicas e temáticas. Apresentamos uma das primeiras publicações sobre a história econômica do Brasil e os estudos que integraram o pensamento de esquerda e nacional-desenvolvimentista, produzidos entre os anos 1940 e 1990. Trata-se de uma síntese biográfica destes intelectuais: as concepções teórico-metodológicas, as produções bibliográficas, as influências empíricas, intelectuais, pessoais e políticas.

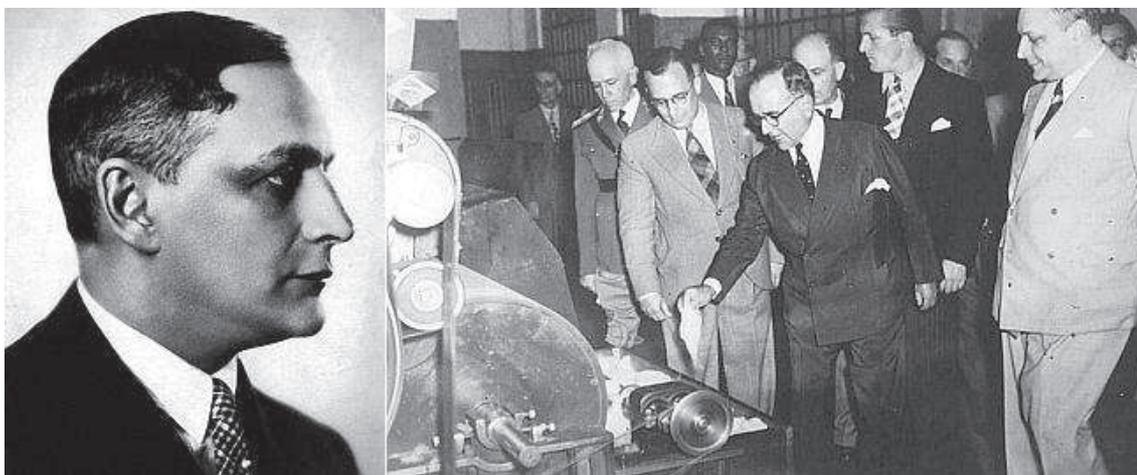
Esta forma de abordagem justifica-se pela complexidade em apresentar os autores no decorrer da narrativa, além de tornar o texto pouco compreensível. Dedicar um capítulo exclusivo para a apresentação dos autores permite conhecer, ainda que em forma muito geral, as influências empíricas e teóricas em suas obras, a trajetória acadêmica, etc. Enfim, compreende as especificidades das suas produções teóricas e as características comuns da sua época histórica.

Conforme apenas exposto na Introdução, incluímos nas análises as obras dos autores não-marxistas, como Roberto Cochrane Simonsen e Celso Furtado, devido à importância das suas contribuições para as ciências sociais, em particular para a historiografia brasileira. Foram inovadores nos métodos de análise e nos resultados das pesquisas.

1.1 A obra pioneira

Salvo engano, *Roberto Cochrane Simonsen* produziu o primeiro estudo geral e sistemático sobre a história econômica do Brasil. Nascido em 1889, na cidade paulista de Santos, era formado em engenharia civil pela Escola Politécnica de São Paulo e adepto da divisão racionalizada do trabalho para aumentar a produtividade, conforme os princípios do taylorismo. Durante sua vida profissional e política, atuou na defesa dos interesses burgueses nacionais, no geral, e paulistas, em especial. Em 1928, integrou a primeira direção do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo [CIESP]. Quatro anos depois, em

1932, participou da chamada *Revolução Constitucionalista*, empreendida, principalmente, pelos segmentos oligárquicos nacionais, capitaneada por São Paulo, contra o governo getulista. Foi encarregado de conduzir a adaptação das indústrias paulistas para a economia de guerra e, com a derrota do movimento, exilou-se em Buenos Aires, por um mês. Simonsen contribuiu para a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo e produziu seu célebre livro *História econômica do Brasil*, editado em 1937, ainda hoje consulta obrigatória no estudo da temática. Defendia, sobretudo, a criação de uma instituição para formar e qualificar os dirigentes do Estado nacional brasileiro.¹



Fotografia 1 – Em visita a uma indústria têxtil, da direita para a esquerda: Roberto Simonsen e o então presidente, Getúlio Dornelles Vargas.

Durante a década de 1930, Simonsen foi eleito deputado na Assembléia Legislativa de São Paulo, defendendo os interesses da burguesia industrial paulista/nacional em consolidação. Em 1935 e 1937, respectivamente, presidiu a

¹ SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978; Sobre a chamada *Revolução de 1930* consultar, entre outros: CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL. 1982; FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930. Historiografia e história*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979; FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense: 1989. Taylorismo é a denominação de um modelo de administração e organização científica da produção, pautada na economia de mão-de-obra, aumento da produtividade e redução de desperdícios e de esforços desnecessários, conforme os princípios elaborados pelo engenheiro estadunidense Frederick Winslow Taylor [1856-1915]. Para maiores informações consultar: TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1990; RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo. *O Que é Taylorismo?*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Sobre a chamada *Revolução Constitucionalista* consultar, entre outros: CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil Contemporâneo [1922-1938]*. São Paulo: Desa Editora, 1965; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Confederação Nacional da Indústria [CNI] e a Federação das Indústrias de São Paulo [FIESP]. A partir de 1937, com a consolidação das políticas nacional-desenvolvimentistas, através do getulismo e do Estado Novo [1937-1945], tornou-se um ativo colaborador do governo varguista. Era um defensor da planificação econômica e da intervenção estatal na economia, segundo os interesses e necessidades dos industriais. Com o fim da ditadura, em 1945, ingressou no Partido Social Democrático [PSD], sendo eleito senador por São Paulo. Em 1946, tornou-se o primeiro economista a conquistar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras [ABL]. Faleceu em 1948, proferindo um discurso na ABL.²

Sua obra *História econômica do Brasil (1500/1820)* foi publicada pela primeira vez em 1937. É uma abordagem pioneira e sistemática da história econômica brasileira, partindo da evolução do comércio ibérico e das navegações. O autor trabalhou com farta documentação primária, dados econômicos e estatísticos, contrariando a predominância da história política baseada na documentação política oficial do Estado. Entre outras abordagens e estudos, destacam-se as receitas produzidas pelo tráfico de trabalhadores escravizados e da Fazenda do reino português. Os conteúdos pesquisados constituíram a base curricular do primeiro curso de História Econômica do Brasil da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.³

Simonsen defendia, sobretudo, a reinterpretação da história brasileira, sob um olhar *nacionalista burguês*. Na condição de expressão ideológica da incipiente burguesia industrial paulista, o autor buscava a superação econômica e política dos regionalismos, necessária para a produção de um *mercado nacional*, ou seja, para os produtos industriais produzidos no Brasil, imprescindível para a primeira. A própria criação da Escola de Sociologia foi uma tentativa de agregar qualidade intelectual e política ao pensamento das futuras lideranças industriais paulistas. O autor acreditava que somente elas possuiriam qualidades para governar o Brasil sob políticas *nacionais* e progressistas *burguesas*.

² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/roberto_simonsen>. Acesso em 27 dez. 2010. p. 2. Para maiores informações sobre a biografia de Roberto Simonsen, consultar *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Sobre o Estado Novo [1937-1945] consultar, entre outros: CARONE, Edgar. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1982; IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo: Estrutura social e industrialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Saga, 1969. Sobre a história dos partidos políticos no Brasil consultar, entre outras obras: CARONE, Edgard. *O PCB (1922-1943)*. São Paulo: DIFEL, 1982; CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1982; KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao Parlamento: O Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

³ Cf. SIMONSEN, *História [...]*. Op. Cit. pp. 11-12.

1.2 Militantes intelectuais

Durante a primeira metade do século 20, as ciências sociais brasileiras desenvolveram-se significativamente, sobretudo, com a adesão, mesmo que fosse em boa parte formal, de historiadores e sociólogos à concepção marxista. Salvo engano, *Caio Prado Júnior* publicou a primeira obra que se reivindicava marxista sobre a história brasileira. Nascido em 1907, na cidade de São Paulo, era formado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, posteriormente integrada a Universidade de São Paulo [USP], e oriundo de uma família aristocrática. Na definição do historiador mineiro José Carlos Reis, em 1999, “saiu de uma família cafeicultora paulista, para se tornar o intelectual orgânico do movimento operário brasileiro! Sua vida é marcada pela ‘ruptura de classe’”. Proposta que cremos dever ser nuançada, pelas razões que avançaremos. Prado Jr caracterizou-se pela pluralidade de atividades profissionais. Foi empresário, geógrafo, historiador e político. Sua primeira obra publicada foi *Evolução política do Brasil*, em 1933, de enorme sucesso. Em seguida, apresentou *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), *História econômica do Brasil* (1945) e *A revolução brasileira* (1966).⁴

⁴ REIS, José Carlos. *Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução brasileira"*. Revista brasileira de história, São Paulo, vol 19, n. 37. Set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 jan. 2011. p. 01



Foto: Arquivo Folha Imagem

Caio Prado Jr. (1907-1990), aos 49 anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Fotografia 2 – Caio Prado Jr., aos 49 anos, na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1935, foi eleito vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora [ANL], movimento político de esquerda que se levantou em armas contra o governo de Getúlio Vargas. Com a derrota da insurreição aliancista, naquele ano, Prado Jr. foi preso. Em liberdade, em 1937, exilou-se na França, desenvolvendo intensa produção intelectual e pesquisa historiográfica. De volta ao Brasil, em 1947, foi eleito deputado estadual para a Assembléia Legislativa de São Paulo. Com a eclosão do golpe civil-militar de 1964, foi novamente preso, em 1970. Foi libertado somente no ano seguinte. A partir da década de 1970, dedicou-se prioritariamente à produção intelectual. Faleceu aos 83 anos, em São Paulo, no dia 23 de novembro de 1990. Na sua atividade como empresário, registra-se a fundação da Editora Brasiliense, que se destacou fortemente no cenário cultural brasileiro, enquanto Caio Prado esteve a sua frente.⁵

⁵ PINHEIRO, Milton. 20 anos da morte de Caio Prado Jr. *Brasil de Fato*, São Paulo, 7 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/5235>>. Acesso em: 11 dez. 2010. pp. 02-03. Sobre a Aliança Nacional Libertadora [ANL] consultar: 74. PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: Os Caminhos da Luta Antifascista No Brasil (1934/35)*. Petrópolis: Vozes, 1997;

A produção *História econômica do Brasil*, analisada neste trabalho, foi publicada pela primeira vez em 1945, conforme apenas citado. Foi, portanto obra escrita após a Segunda Guerra, quando se fortalecera a indústria no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo), por um lado, e o proletariado industrial, por outro. Nesse contexto, mantinham-se, porém muito fortes no país as regiões de economia rural e arcaica, onde apenas se insinuava a produção capitalista. Suas teses centrais abordam a formação e evolução da economia brasileira, sob um olhar teórico-metodológico que se propõe marxista, desde o início da ocupação portuguesa, até os anos 1960. O autor buscou superar a simples interpretação e descrição política dos fatos históricos, pela integração a ela dos fenômenos econômicos. Objetivou, sobretudo, compreender as origens e problemas do desenvolvimento nacional. Até 1970, foram publicadas 15 edições desse trabalho de grande repercussão.⁶

Vivendo no mesmo período que Caio Prado, o economista *Celso Furtado* também investigou a formação econômica do Brasil. Natural do município de Pombal, no sertão da Paraíba, nasceu em 1920. Sua família possuía bastante recursos financeiros, possivelmente facilitando a sua trajetória profissional meteórica. Em 1945, com a declaração brasileira de guerra à Alemanha Nazista, Celso Furtado integrou a Força Expedicionária Brasileira [FEB]. Foi enviado para a Itália como aspirante a oficial. Ao retornar, decidiu seguir a carreira de economista. Em 1948, doutorou-se em economia pela Universidade de Paris e no ano seguinte integrou a Comissão Econômica para a América Latina [CEPAL], sediada em Santiago, no Chile. Em 1954, publicou *A economia brasileira*, sua primeira obra.

PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à "União Nacional" (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. Para maiores informações sobre o golpe militar de 1964, consultar, entre outros: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. 7 ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, EdUnB, 2001; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6 ed. São Paulo: São Paulo, 1999;

⁶ PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.



Ricardo Chaves/Abril Imagens

Celso Furtado: planos para o desenvolvimento do Nordeste

Fotografia 3 – Celso Furtado

Furtado mudou-se para a Cidade do México, em missão para a Cepal e publicou *Uma economia dependente*. Mais tarde, escreveu *Formação econômica do Brasil*, a partir dos estudos de pós-graduação na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, seu mais conhecido trabalho. Em 1958, desligou-se da Cepal para integrar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico [BNDE]. Até a deflagração do golpe militar de 1964, Furtado ocupou cargos públicos na área econômica. Participou dos governos de Juscelino Kubitschek [1956-1961], Jânio Quadros [1961] e João Goulart [1961-1964]. Manteve relações com políticos estrangeiros de destaque, posições opostas, como John Fitzgerald Kennedy, senador democrata estadunidense, posteriormente presidente, e o revolucionário socialista Ernesto Guevara de La Serna, o *Che*. Após o golpe militar, em março de 1964, seus direitos políticos foram cassados por dez anos.⁷

⁷ Para maiores informações sobre o contexto econômico e político dos anos 1960 consultar: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sócias no Brasil. 1961-1964*. 7 ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, EdUnB, 2001; GORENDER, Jacob. *Gênese do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de*

Em 1964, partiu para o exílio. Lecionou em universidades do Chile, da França e dos Estados Unidos. Publicou obras sobre a economia e o desenvolvimento da América Latina. Após a Anistia, em 1979, visitou o Brasil freqüentemente, mas fixou residência no exterior. Em 1981, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro [PMDB], de oposição branda à ditadura militar. Em 1986, foi ministro da cultura no governo de José Sarney [PMDB]. Integrou órgãos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] vinculados a cultura até 1996. Celso Furtado faleceu em 2004, aos 84 anos.

Sua obra *Formação econômica do Brasil*, examinada neste trabalho, foi publicada pela primeira vez em 1954, e reeditada mais de trinta vezes. Trata-se, portanto de trabalho produzido em momento em que o ciclo desenvolvimentista burguês (getulista) encontrava-se já em crise, exigindo medidas estruturais para a sua superação. Aborda questões históricas e econômicas do Brasil, sobretudo, referente aos ciclos produtivos e os mecanismos de socialização das perdas financeiras.⁸

Furtado escreveu uma obra tecnocrática, que requer mais atenção e paciência do leitor leigo em economia para compreensão plena. Trabalhou quase exclusivamente com dados estatísticos e comparações econômicas. As peculiaridades da formação social e a relação das pessoas com o ambiente são características pouco presentes, em processo de naturalização da economia capitalista. Sua produção intelectual e atuação profissional revelaram um defensor de um *capitalismo nacionalista*, que buscava a superação do subdesenvolvimento econômico sem o rompimento da ordem estabelecida.

Contemporâneo de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado, o militar e historiador *Nelson Werneck Sodré* também dedicou suas investigações historiográficas à reinterpretção da história econômica do Brasil. Intelectual politicamente engajado, a discussão central nas suas obras foi a formação da sociedade brasileira. Nascido em 1911, no Rio de Janeiro, Sodré ingressou na Escola Militar do Realengo, em 1931. Após a conclusão do curso, foi transferido para o 4º Regimento de Artilharia Montada, sediado em Itu, São Paulo.

Castelo a Tancredo. 7 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: ensaios sobre economia brasileira. 8 ed. Rio de Janeiro: Zaar, 1979;

⁸ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. Para maiores informações sobre o ciclo desenvolvimentista, consultar: FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1999; IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.



Fotografia 4 – Nelson Werneck Sodré

Em 1937, com a instauração da ditadura varguista, Sodré foi transferido para o estado do Mato Grosso. Segundo as fontes consultadas, nesse período, aproximou-se do pensamento marxista e da esquerda, sobretudo, após a intervenção do Exército nos conflitos entre os grandes proprietários de terras e os agricultores empobrecidos em favor dos primeiros. Esses são também os anos da Guerra Civil Espanhola, que a dilacerou e dividiu também os intelectuais de todo o mundo. Nos anos 1940, o autor ingressou no Partido Comunista Brasileiro [PCB], na ilegalidade, e iniciou o curso na Escola de Comando e Estado-maior, pelo Exército, finalizada em 1946. Na década seguinte, devido às suas posições políticas contrárias ao comando da corporação, foi transferido para o 5º Regimento de Artilharia, na cidade de Cruz Alta, no noroeste do Rio Grande do Sul. Na época, aquela lotação era considerada punitiva, devido à distância dos próprios centros urbanos regionais: aproximadamente 350 quilômetros de Porto Alegre e 660 quilômetros da capital catarinense, Florianópolis.⁹

⁹ Sobre a Guerra Civil Espanhola consultar: ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS. *La solidaridad de los pueblos con La República Española 1936-1939*. Moscú: Progreso, 1974; BAUMANN, Gino Gerold.

De volta ao Rio de Janeiro, Nelson Werneck lecionou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros [ISEB]. Quando Janio Quadros renunciou, em 1961, apoiou a posse do seu sucessor legal, João Goulart, contestando novamente o alto escalão das forças armadas. Essa posição custou-lhe dez dias de prisão e a transferência para Belém, no Pará. Contrariado, passou à reserva em 1962, na patente de general. A partir de então, dedicou-se aos estudos históricos em tempo integral. Após a deflagração do golpe militar de 1964, foi preso por quase dois meses e teve seus direitos políticos cassados. Após a libertação, continuou sua dedicação integral à produção teórica, até 1995. Faleceu na cidade de Itu, em 1999.¹⁰

Em 1956, Sodré publicou *Formação histórica do Brasil*, examinada nesta pesquisa. Trata-se de uma investigação histórica destinada ao curso de mesmo nome, ministrado pelo autor no ISEB. Como o próprio Sodré afirmou no “Prefácio”, a obra não é mera especulação historiográfica. Resultou de uma posição política definida. Com um recorte cronológico amplo, objetivou reinterpretar o regime colonial, a subordinação do Brasil ao imperialismo e as relações de dominação de classe, embora sua análise tivesse um forte viés economicista, monetarista. Abordou desde a expansão além-mar dos estados nacionais europeus, até a deflagração do golpe militar de 1964.¹¹

Escritor de indiscutíveis qualidades, Nelson Werneck Sodré publicou 58 obras historiográficas e sociológicas, de orientação marxista. Em 1938, lançou seu primeiro livro de grande expressão: *História da literatura brasileira*, de enorme repercussão. Nesse período, manteve contato com expoentes da literatura brasileira, como Graciliano Ramos e Jorge Amado. Produziu, entre outros títulos, *História militar do Brasil* (1965), *História da burguesia brasileira* (1964), *História da imprensa no Brasil* (1966), *História da cultura*

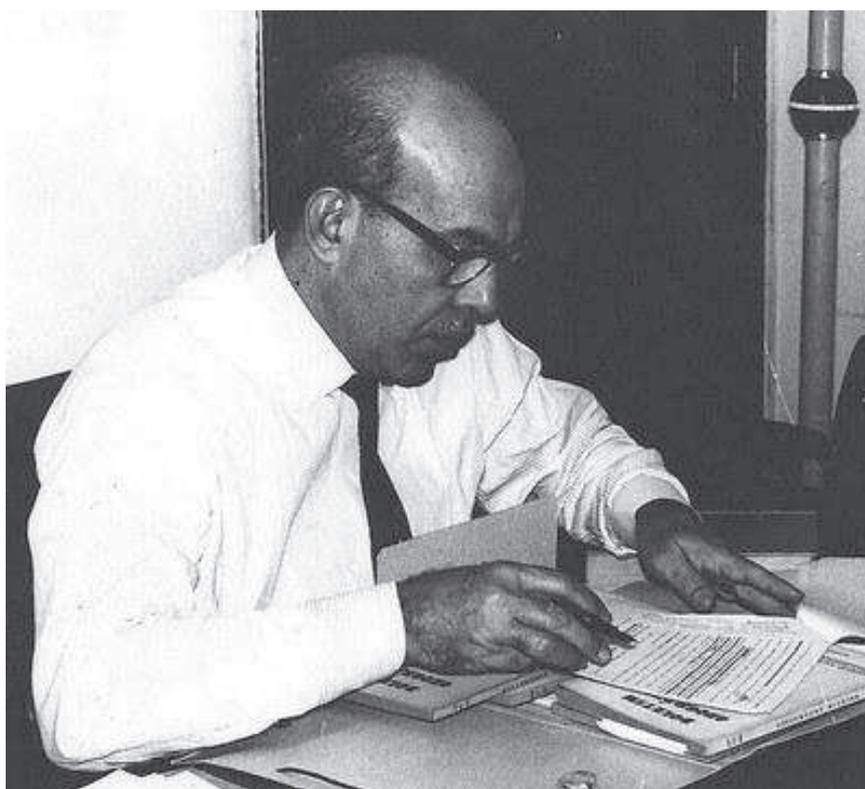
Los voluntários latinoamericanos em La Guerra Civil Española. San José: Guayacán, 1997; SALVADÓ, Francisco Romero. *A guerra civil espanhola*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. Sobre a história do Partido Comunista Brasileiro [PCB] consultar, entre outros títulos: CARONE, Edgard. *O PCB (1922-1943)*. São Paulo: DIFEL, 1982; CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1982; CARONE, Edgard. *O PCB (1964-1982)*. São Paulo: DIFEL, 1982; DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na Revolução Burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990; KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, 2003; PEREIRA, Astrojildo. *Construindo o PCB (1922-1924)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

¹⁰ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre>. Acesso em 21 mar. 2011. p. 2. Sobre o ISEB consultar: SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982. Para maiores informações a respeito da tentativa de golpe de Estado, em 1961, consultar: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnb, 2001; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

brasileira (1970) e *A intentona comunista de 1935* (1986). A última obra inédita de Sodré foi *A farsa do neoliberalismo*, publicada em 1995.¹²

Outro escritor e militante comunista do PCB foi o alagoano *Alberto Passos Guimarães*. Natural de Maceió, conviveu em rico ambiente cultural, com expoentes da literatura brasileira, como Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, entre outros. Em 1931, iniciou a militância política, trabalhando como jornalista no diário *A vanguarda operária*, órgão de imprensa do partido. Durante as décadas de 1950 e 1960, com a crise do stalinismo e do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, Guimarães participou ativamente das discussões internas sobre os rumos do PCB. Defendia, sobretudo, a *superação do feudalismo* no Brasil através da consolidação do capitalismo e a luta pacífica contra o imperialismo. Foi um intelectual autodidata, sem formação universitária.¹³



Fotografia 5 – Alberto Passos Guimarães

¹² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre>. Acesso em 21 mar. 2011. p. 01.

¹³ INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DE ALAGOAS. Alberto Passos Guimarães: um alagoano que lutou pela justiça social. Disponível em: <http://www.iteral.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/a-um-passo-de-guimaraes>. Acesso em 08 mar. 2011. p.1

Em 1963, Passos Guimarães publicou a obra *Quatro séculos de latifúndio*, uma investigação histórica sobre a propriedade agrária no Brasil, de enorme repercussão. O eixo central do estudo buscou compreender as causas e conseqüências da histórica concentração das terras, originadas na ocupação portuguesa colonial. Para o autor, os lusos, numa fase de transição do feudalismo para o capitalismo mercantil, transferiram para a colônia uma estrutura nobiliárquica feudal. Objetivaram manter a dominação através da coação extra-econômica. Guimarães denominou este processo de “feudalismo colonial”. Desconhecia a existência de leis tendenciais e características da formação social específicas de um modo de produção singular: o escravismo colonial. Quando foi publicado, o estudo foi considerado um clássico das ciências sociais marxistas, embora, atualmente, estejam desveladas, empírica e metodologicamente, suas limitações teóricas e interpretativas estruturais.¹⁴

Nos anos 1960, as posições políticas de Alberto Passos Guimarães eram consideradas revolucionárias. O autor acreditava que as classes progressistas deveriam apoiar o desenvolvimento das forças produtivas burguesas no campo. Os resquícios de feudalismo e o latifúndio seriam destruídos para desenvolver a propriedade camponesa, através do capitalismo de estado. Essa análise continha dois equívocos: o capitalismo já estava em pleno desenvolvimento, conforme escreveu Jacob Gorender, em *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*, e o latifúndio não seria eliminado com a hegemonia do capitalismo. Ao contrário, constituiu uma das suas bases.¹⁵

Guimarães pensava a realidade histórica e contemporânea de acordo com a interpretação do PCB, por meio de um marxismo dominado e limitado pela vulgata estalinista. Seu pensamento representava as discussões partidárias sobre a resolução dos problemas agrários no Brasil. As principais obras de Guimarães foram *Inflação e Monopólio no Brasil – Por que sobem os preços?* (1962), *Quatro Séculos de Latifúndio* (1963), *A Crise Agrária* (1978), *As Classes Perigosas: Banditismo Rural e Urbano* (1982).

¹⁴ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

¹⁵ GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

1.3 Estudos contemporâneos

A partir dos anos 1960, as produções teóricas abordaram a história recente do Brasil, em geral até os anos 1964. Alguns autores elaboraram análises críticas sobre obras historiográficas e sociológicas clássicas, de assuntos amplamente debatidos nas ciências sociais. Nesse período, o sociólogo *Octavio Ianni* incursionou no debate ideológico e político sobre a intensidade e sentido da intervenção estatal na economia e na expansão controlada das forças produtivas. Abordou a industrialização brasileira sob o controle das burguesias inglesa e estadunidense, com a co-participação da recém formada burguesia brasileira. Em 1965, publicou a obra *Estado e Capitalismo*, na qual discutiu o papel do Estado na formação capitalista do Brasil entre 1930 e 1964, no contexto do nacional-desenvolvimentismo.¹⁶



Fotografia 6 – Octavio Ianni

¹⁶ IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Três anos depois, em 1968, Ianni apresentou ao público *O colapso do populismo no Brasil*. Um estudo dos processos políticos que originaram a crise desenvolvimentista e das políticas populistas dos anos 1930 e 1940. O autor teorizou, sobretudo, sobre o nacionalismo burguês em formação e discutiu os problemas políticos e econômicos. A obra foi escrita entre 1966 e 1967, destinada a um curso sobre a crise brasileira, ministrado pelo autor na *Columbia University*, nos Estados Unidos.¹⁷

Nos anos 1960, Octavio Ianni militou no movimento político de esquerda Organização Revolucionária Marxista Política Operária [POLOP], um dos primeiros grupos revolucionários a se apresentar como alternativa política ao PCB. Ianni nasceu em 1926, na cidade de Itu, São Paulo. Na década de 1960, doutorou-se em sociologia pela Universidade de São Paulo [USP], mas foi aposentado compulsoriamente, em 1969, pelo governo militar. Exilou-se no exterior e retornou somente em 1977, para lecionar na Pontifícia Universidade Católica – [PUC] e, posteriormente, na Universidade de Campinas [Unicamp]. Dedicou a maior parte da sua carreira acadêmica ao estudo das questões raciais e do desenvolvimento do Estado nacional brasileiro. Faleceu em 2004, aos 77 anos.

Entre suas obras, destacam-se *Homem e sociedade* (1961), *Metamorfoses do escravo* (1962), *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* (1963), *Política e revolução social no Brasil* (1965), *Estado e capitalismo no Brasil* (1965), *O colapso do populismo no Brasil* (1968), *A formação do Estado populista na América Latina* (1975), *Imperialismo e cultura* (1976), *Escravidão e racismo* (1978), *A ditadura do grande capital* (1981), *Revolução e cultura* (1983), *Classe e nação* (1986), *Dialética e capitalismo* (1987), *Ensaio de sociologia da cultura* (1991), *A sociedade global* (1992), *Enigmas da modernidade - mundo* (2000).¹⁸

No mesmo período, em 1968, o sociólogo *Luciano Martins* publicou *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Um estudo histórico e econômico do desenvolvimentismo no Brasil, desde os anos 1930, até o golpe militar de 1964. O autor convergia com o pensamento de Ianni, pois acreditava que a desaceleração econômica brasileira, latente na segunda metade do Novecentos, indicava o esgotamento daquele modelo de desenvolvimento, em vigência desde a década de 1930. Naqueles anos, uma parcela significativa da intelectualidade brasileira acreditava que a industrialização se

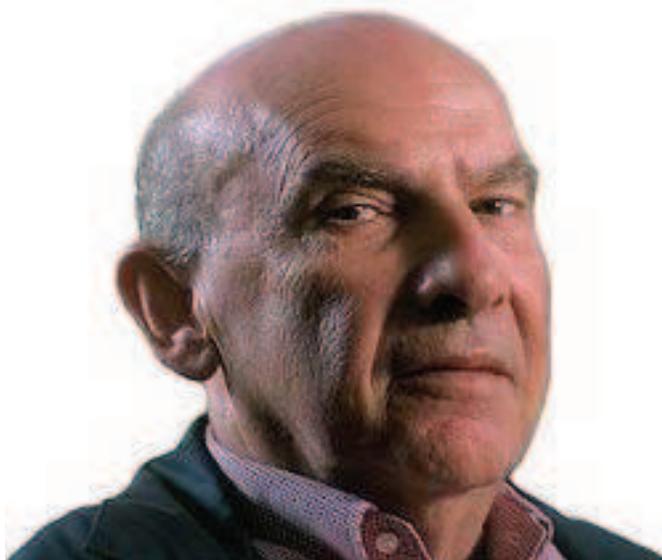
¹⁷ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

¹⁸ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sociólogo Octavio Ianni morre aos 77 anos. Disponível em: <<http://www4.usp.br/index.php/saude/656>>. Acesso em 25 fev. 2011. p. 1

desenvolveria de forma quase automática. Havia a impressão de que o Estado brasileiro estava se aproximando de uma forma democrática, soberana e de inclusão social.¹⁹

Luciano Martins nasceu em 1934, na Guanabara, atual município do Rio de Janeiro. Formou-se em ciências sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia e Nacional de Ciências Econômicas. No início dos anos 1970, ingressou no curso de doutoramento na Universidade de Paris-Nanterre, na França. De volta ao Brasil, lecionou na Universidade Estadual do Rio de Janeiro [UERJ] e na Universidade Estadual de Campinas [Unicamp]. Com um posicionamento político conservador, durante o governo neoliberal do também sociólogo Fernando Henrique Cardoso [1994-1998], Martins foi assessor especial do presidente da República e coordenador do Grupo de Análise e Pesquisa (GAP) da presidência da República.²⁰

Em 1970, o advogado e historiador paulistano *Boris Fausto* publicou a primeira edição da obra *A revolução de 1930: historiografia e história*. Investigou as tensões políticas e econômicas e as relações de poder entre as classes dominadoras, desde os anos 1900: a disputa pela hegemonia entre a burguesia industrial e os latifundiários. Também sintetizou o desenvolvimento das indústrias e a evolução da política brasileira, sobretudo, paulista, sul-rio-grandense e mineira, pivôs do movimento político-militar de 1930. O autor justificou a investigação deste fato histórico, por considerá-lo estratégico na compreensão e crítica às concepções historiográficas dualistas e à própria história do Brasil.²¹



Fotografia 7 – Boris Fausto

¹⁹ MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

²⁰ Id.ib. p. 1

²¹ FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

Embora, atualmente, Fausto não seja um intelectual marxista, nos anos 1970 dialogou constantemente com o pensamento de esquerda e nacionalista, ao discutir o caráter de classe. Destacam-se Astrogildo Pereira, membro-fundador do Partido Comunista do Brasil [PCB], o economista Celso Furtado, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Hélio Jaguaribe, Luis Carlos Prestes, membro-fundador do PCB, os historiadores Leôncio Basbaun, Nelson Werneck Sodr e e Stanley Stein, e o industrial Roberto Cochrane Simonsen.

Boris Fausto nasceu em São Paulo, em 1930. Foi professor universitário durante grande parte da carreira profissional. Graduou-se em Direito, em 1953, e em História três anos depois, pela Universidade de São Paulo [USP], doutorando-se em História pela mesma institui o, em 1968. Desenvolveu atividades paralelas como assessor jurídico da USP e como historiador. Publicou *A Revolu o de 1930: historiografia e história* (1970), sua obra mais conhecida, *Trabalho Urbano e Conflito Social (1880-1920)* (1976), *Crime e Quotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)* (1984), *História do Brasil* (1994), *Negócios e  cios. Histórias da Imigra o* (1997) e *A Concise History of Brazil* (1999), pela *Cambridge University Press*, EUA.²²

Mais tarde, em 1975, o economista *João Manuel Cardoso de Mello* apresentou *O capitalismo tardio*, como tese de doutoramento. Complementando as discussões de Ianni e Martins, o autor elaborou uma análise econômica sistemática sobre a forma o do capitalismo no Brasil. Igualmente, fez uma crítica às reflexões de Aníbal Pinto, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Maria da Concei o Tavares e Raul Prebisch. Também dialogou com o pensamento cepalino, ao pesquisar o processo de desenvolvimento capitalista na América Latina. Sua problemática baseou-se na teoria da divisão econômica mundial em *economias periféricas e centrais*.²³

²² ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Boris Fausto. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/resultado.php3?codigo=bfausto>>. Acesso em 25 mai 2011. p.1

²³ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribui o   revisão crítica da forma o e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982; CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpreta o sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970; FURTADO, Celso. *Forma o econômica do Brasil*. 11 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971; PINTO, Anibal. *Estabilidad y desarrollo*. **op. cit. El trimestre econ mico**. 1958; PREBISCH, Raul. *El desarrollo econ mico de América Latina y algunos de sus principales problemas*. **op. cit. Problemas teóricos y prácticos del crecimiento econ mico**. Naciones Unidas, 1952; TAVARES, Maria C. *Auge y declinación del proceso de substitución de importaciones em el Brasil*. **Boletín econ mico de América Latina**. 1964.



Fotografia 8 – João Manuel Cardoso de Mello

Segundo Cardoso de Mello, o grupo das economias centrais era constituído pelos países capitalistas mais desenvolvidos. Possuíam intensa industrialização e forças produtivas desenvolvidas. Em contrapartida, o conjunto das economias periféricas era formado pelos países subdesenvolvidos, caracterizados, principalmente, pela produção primária e pelos baixos índices de industrialização. O autor propôs uma nova interpretação para problemática das transformações da economia brasileira. Ao categorizar a economia colonial para primário-exportadora, rejeitou o que denominou de formalismo contido no pensamento cepalino. Considerava a existência de duas economias primário-exportadoras. Uma baseava-se no braço escravizado e a outra no trabalho assalariado.²⁴

Nesse sentido, João Manuel Cardoso de Mello retomou os debates sobre a existência de *um modo de produção*, ou *modos de produção coloniais*, do feudalismo ou do capitalismo. Em sua opinião, os mercados coloniais constituíram fator essencial na formação do sistema capitalista. Concluiu que os modos de produção capitalista e escravista colonial (hegemônico) coexistiram.²⁵

²⁴ Cf. MELLO, *O capitalismo [...]*. Op. Cit. p. 31

²⁵ Id. ib. pp. 35-36.

O economista *Ladislau Dowbor* também apresentou ao público uma discussão sobre a história brasileira e suas características de dominação política e econômica externa. Foi o resultado de sua tese de doutoramento em Ciências Econômicas, na Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia, em 1976. Em *A formação do capitalismo dependente no Brasil*, publicada em 1982, Dowbor aborda a formação social brasileira, desde a dominação lusitana até a consolidação da industrialização. Parte do desenvolvimento internacional capitalista e da divisão internacional do trabalho. Sua interpretação propõe-se como análise da economia brasileira a partir das relações econômicas desiguais entre os países explorados e os países imperialistas.²⁶



Fotografia 9 – Ladislau Dowbor

Na segunda metade dos anos 1970, o Dowbor lecionou na Universidade de Coimbra, em Portugal e tornou-se coordenador técnico do Ministério de Planejamento da Guiné-Bissau, entre 1977 e 1981. Também trabalhou como “Assessor Técnico Principal de projetos das Nações Unidas, em particular na Guiné Equatorial e na Nicarágua”. Atualmente, leciona nas áreas de economia e administração, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo [PUC-SP]. Dowbor demonstrou preocupação e consciência com a

²⁶ DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

necessidade de mudanças na interpretação histórica e sociológica do desenvolvimento brasileiro e latino-americano. Na problemática do trabalho questionou por que a modernização das relações de produção e a industrialização do Brasil não levaram à ruptura das estruturas de subdesenvolvimento.²⁷

Quase no mesmo período, o cientista político *Décio Saes* produziu *A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Na definição do próprio autor, foi uma reinterpretação de três fatos históricos conhecidos e bastante estudados: a Revolução Abolicionista (1888), a Proclamação da República (1889) e a Assembléia Constituinte (1894). A obra foi publicada pela primeira vez em 1985, como versão modificada da tese de livre-docência defendida em 1983, na Universidade de Campinas – Unicamp. O objetivo do estudo foi compreender *como se formou e quando se formou* o Estado burguês no Brasil.²⁸



Fotografia 10 – Décio de Azevedo Marques Saes

²⁷ DOWBOR, Ladislau. *Sobre Ladislau Dowbor*. Disponível em: < <http://dowbor.org/sobreld.asp> >. Acesso em: 02 dez. 2010. p. 01

²⁸ SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil: 1888-1891*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Saes consultou obras de cunho histórico, sociológico e filosófico, de autores brasileiros e estrangeiros. Analisou fontes documentais oficiais e não-oficiais. Como enfatizou na obra, investigou as fontes históricas conhecidas sob outro olhar teórico-metodológico. Sua pesquisa se baseou em duas hipóteses principais. A primeira afirma que o processo de formação do Estado burguês no Brasil ocorreu entre 1888 e 1891 e abrangeu três etapas históricas conhecidas e estudadas isoladamente pela historiografia: a *Revolução Abolicionista*, a *Proclamação da república* e a *Assembléia Constituinte*. Na segunda, questionou o papel das classes sociais naquele processo.

Décio Saes graduou-se em Direito, em 1965, e em Ciências Sociais, em 1968, pela Universidade de São Paulo [USP]. Kursou o mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas, em 1971 e o doutorou-se em Sociologia pela *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, em 1974, na França.

A produção mais recente, investigada nesta pesquisa, foi escrita no final dos anos 1980. O economista sul-rio-grandense *Pedro Cesar Dutra Fonseca* publicou o livro *Vargas: o capitalismo em construção*, resultado de um doutorado em economia. É um amplo estudo da consolidação capitalista e industrial e das relações de classe, durante os dois governos getulistas. Aborda as transformações econômicas e sociais após o Golpe de 1930, a deposição de Vargas e o seu retorno ao poder pela via eleitoral. O autor analisou, sobretudo, o discurso de Getúlio Vargas e várias bibliografias sobre o tema. Fundamentou sua concepção metodológica em vários autores marxistas. Entre eles, Antonio Gramsci, Friederich Engels, Karl Marx, Karl Popper, Marilena Chauí e Nikolai Bukharin. Entre 1992-1996 e 2000-2004, Dutra Fonseca foi diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e desde 1990 é professor da instituição.²⁹

²⁹ FONSECA, Pedro Cesar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1999.



Fotografia 11 – Pedro Cezar Dutra Fonseca

1.4 Estudo sobre a revolução burguesa no Brasil

Em 1975, o sociólogo Florestan Fernandes concluiu e publicou um amplo estudo intitulado *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, que abordava desde a independência política, em 1822, até o golpe cívico-militar de 1964. Considerada o testamento intelectual do autor, essa obra debateu o processo de constituição da burguesia brasileira: a formação de uma consciência de classe, e a consolidação do poder econômico e político. Florestan investigou as singularidades e contradições desse processo social complexo, comparando-o aos casos clássicos de acumulação primitiva de capitais, ocorridos nas potências capitalistas ocidentais. Conforme o autor, a compreensão da consolidação política e econômica burguesa era essencial para compreender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e categorizar corretamente o *burguês* e a *burguesia*, na composição da sociedade brasileira.³⁰

³⁰ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.



Fotografia 12 – Florestan Fernandes

A obra foi desenvolvida durante a ditadura militar [1964-1985], que se instaurou quando se desenvolvia forte tensão da luta de classes e produtivos debates no seio da esquerda, sobre os caminhos do desenvolvimento e as singularidades do capitalismo no Brasil. Os escritos de Florestan Fernandes também expressam a cultura historiográfica acadêmica marxista e não marxista brasileira predominante até o final dos anos 1980, de produzir estudos a partir de amplos intervalos cronológicos.

Suas análises percorreram caminhos sinuosos, entre as perspectivas weberianas e a concepção marxista, muitas vezes recorrendo a métodos estranhos para uma, ou para outra corrente de pensamento. Essa variação de concepções evidenciou-se em trechos da obra que o autor ignorou a existência do modo de produção escravista colonial e a existência da luta entre as classes escravizadas e escravizadoras. Ao invés de partir da produção econômica e da organização espacial, produtiva e material da sociedade, Florestan baseou suas análises nas relações políticas e na mentalidade das classes dominadoras e nas classes intermediárias, que mais tarde comporiam a burguesia.

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 1920. Em 1941, ingressou na Faculdade de Filosofia e Letras da USP, e cursou o mestrado na Escola Livre de Sociologia

de São Paulo, da qual o industrial Roberto Simonsen foi um dos fundadores. Nesse período, pesquisou a organização social das sociedades tupinambás e outros assuntos na área da etnologia. Durante os anos 1950 e 1960, investigou a fundamentação da sociologia enquanto ciência, o processo histórico de inserção da sociedade brasileira no modo de produção capitalista e direcionou seus esforços para o desenvolvimento de uma sociologia brasileira. Em 1969, foi aposentado compulsoriamente pela ditadura militar e exilou-se no exterior, lecionando nas universidades de Columbia, Toronto e Yale. Com a Anistia, em 1978, retornou ao Brasil para lecionar na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nas eleições de 1986 e de 1990, Florestan Fernandes foi eleito deputado estadual, em São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores – PT.³¹

A importância de sua obra associou seu nome ao desenvolvimento das ciências sociais, sobretudo da sociologia, no Brasil e na América Latina. Entre as 50 publicações do autor, destacam-se *Organização social dos Tupinambá* (1949); *A função social da guerra na sociedade Tupinambá* (1952); *A etnologia e a sociologia no Brasil* (1958); *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959); *Mudanças sociais no Brasil* (1960); *A integração do negro na sociedade de classes* (1964) [estudo das relações raciais no Brasil]; *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968); *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica* (1975); *Lênin: política* (1978); *A questão da USP* (1984) e *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo* (1989).

1.5 Jacob Gorender: análise sistemática e pioneira

Durante a década de 1970, o historiador e militante comunista *Jacob Gorender* produziu uma interpretação sistemática do modo de produção escravista colonial, tendo como principal campo de análise o escravismo no Brasil, país em que aquela forma de produção realizara-se em forma mais completa. Conforme a explicação do historiador sul-rio-grandense Mário Maestri, “num sentido mais amplo, ao empreender economia política do modo de produção escravista colonial, Gorender contribuía para a construção da

³¹ FLORESTAN FERNANDES: VIDA E OBRA. Disponível em: <<http://www.sbd.fflch.usp.br/florestan>>. Acesso em 04 ago. 2011. p. 1.

economia política dos modos de produção pré-capitalistas, capitalistas e pós-capitalistas [...]”.³²

Gorender nasceu em 1923, em Salvador, onde passou sua infância. Era filho de Nathan Gorender, um judeu ucraniano socialista revolucionário e anti-sionista. Após concluir os estudos primários e ginasiais, ingressou na Faculdade de Direito de Salvador, em 1941. Militante da União dos Estudantes da Bahia, foi cooptado para participar de uma pequena célula comunista estudantil do Partido Comunista do Brasil [PCB], fundada por Mário Alves. Nos anos 1940, tomou parte nas mobilizações que defendiam a declaração de guerra à Alemanha Nazista e em 1943 ingressou na Força Expedicionária Brasileira [FEB]. No ano seguinte, partiu para frente de batalha, na Itália. Quando voltou, iniciou a militância profissional no PCB, integrando o Comitê Central nos anos 1950.



Fotografia 13 – Jacob Gorender

³² MAESTRI, Mário. “O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorender”. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/035/35maestri.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2010. pp. 09-10.

Segundo Maestri, “em 1955, [Gorender] integrou a segunda turma brasileira a cursar a escola superior de formação de quadros do PCURS, na antiga sede da Internacional Comunista, a uns trinta quilômetros de Moscou”. Mais tarde, em 1968, saiu do partido por divergências referente à sua condução política e participou da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário [PCBR] ³³

Durante a ditadura militar (1964-1985), em 1970, foi preso e torturado. Na prisão, apresentou como curso um primeiro plano de sua interpretação da formação social brasileira, que desenvolvia antes de sua *queda*. Defendia, sobretudo, a inexistência do feudalismo no Brasil devido à dominância da produção colonial no passado, e conseqüentemente, a possibilidade-necessidade de transição direta para o socialismo. Ao ser libertado, no ano seguinte, não retornou à militância revolucionária orgânica. Somente em meados dos anos 1990 filiou-se ao Partido dos Trabalhadores [PT].³⁴

Escreveu Maestri, no artigo citado: “Em 1974, aos 51 anos, com o apoio econômico de alguns amigos, [...] entre eles José Adolfo Granville e Jacques Breyton, francês e ex-resistente, dedicou-se plenamente à redação de *O escravismo colonial*, que completou dois anos mais tarde, em 1976, ainda em plena ditadura militar [...]”. Gorender propôs que o escravismo colonial fora um modo de produção singular, diverso à escravidão clássica, sobretudo nas formações sociais americanas, após o século 16.³⁵

Em 1981, Gorender publicou “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”. O artigo, a seguir publicado como ensaio, foi o resultado de uma conferência proferida, em julho de 1979, no Ciclo de Problemas Agrários, promovido pela Associação Nacional dos Cientistas Sociais. Conforme o próprio autor advertiu, ao escrevê-lo, não teve pretensões de aprofundar a investigação, embora suas análises contivessem propriedade e densidade de conteúdo. O autor elaborou uma síntese geral do desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo brasileiro. Expôs as singularidades e universalidades na evolução das relações capitalistas em algumas regiões do país. Categorizou os elementos das respectivas formações sociais. Sua originalidade consistiu nas conclusões próprias, discordantes de parte do conteúdo produzido pela historiografia, até então.³⁶

³³ MAESTRI, *O escravismo [...]*. Op. Cit. p. 02.

³⁴ Id.ib. p. 05.

³⁵ Id.ib. p. 05.

³⁶ GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

No mesmo ano, Gorender publicou outra obra de grande relevância para a historiografia marxista brasileira, apesar de seu caráter sintético e não desenvolvido. *A Burguesia brasileira* foi resultado da reflexão e estudo geral do autor, associados a uma investigação documental e bibliográfica. Foram consultados relatórios produzidos pelo Banco Central do Brasil, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística [IBGE], edições das revistas Visão, Exame e outras, e bibliografias de caráter econômico e histórico. Trata-se da continuação dos dois estudos anteriores do autor, ensejando uma análise da formação da burguesia. Sua tese defende a inexistência de um modo de produção feudal no Brasil. É, sobretudo, uma produção historiográfica que auxilia na compreensão das origens da industrialização e a consolidação do capitalismo no Brasil.³⁷.

³⁷ GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

2 A REVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DE JACOB GORENDER

Conforme apenas citado nos parágrafos anteriores, neste breve capítulo apresentamos a interpretação historiográfica e sociológica de Jacob Gorenader sobre o escravismo colonial e uma breve discussão sobre a tese do Brasil feudal. O autor empreendeu extensa e revolucionária análise das leis fundamentais tendenciais do modo de produção escravista colonial. Reconheceu a existência de um modo de produção singular, criado em um contexto de dominação colonial e expansão do mercantilismo, extinto com a evolução das forças produtivas e o fim do tráfico de africanos escravizados e a evolução das forças produtivas materiais, através de processo que definiria como uma “revolução abolicionista”.

2.1 Categorias sociológicas do escravismo colonial

Segundo Jacob Gorenader, “o primeiro problema, que se apresenta ao estudioso do escravismo colonial, é, decerto, o confronto entre os portugueses [...] e as tribos indígenas habitantes deste mesmo território desde tempos indefinidos”. A invasão territorial lusitana confrontou duas formações sociais distintas. Os invasores procediam de uma sociedade feudal, “pioneira do mercantilismo e uma das mais avançadas do Ocidente Europeu da época”. Os ocupantes do território a ser conquistado, constituíam sociedades em estágios de desenvolvimento dos modos de produção anteriores. Possuíam “um modo de vida nômade”, vivendo em sociedades tribais.³⁸

Amparado nas idéias marxianas, Gorenader propõe que o resultado desse encontro foi a apropriação das terras e a escravização dos nativos, processo do qual gerou-se, inicialmente, o modo de produção escravista colonial. Do mesmo modo, lembra que esse modo de produção não foi uma invenção arbitrária ou uma simples transposição. Mas, “surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo sócio-econômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço”. Ao tratar das formações sociais, dos modos de produção e de suas singularidades, abriu um parêntese na narrativa para destinar uma importante crítica a

³⁸ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980. p. 53

cientistas sociais que sacralizaram textos marxianos e marxistas clássicos. Escreveu: “[...] acredito estéril a posição dos que sacralizam cada ponto e cada vírgula saídos da pena dos clássicos do marxismo, o que obriga a rejeitar sequer a possibilidade de contradições entre uma e outra passagem de escritos de períodos diferentes [...]”.³⁹

Segue Gorender: “[...] como se os clássicos também não deversem percorrer os caminhos penosos da elaboração teórica, em cujo curso a hipótese e o erro fazem parte do processo de conquista da verdade”. Da mesma forma, dispara contra as tentativas de comparação e equiparação do escravismo colonial, do feudalismo e do capitalismo. “É tentador tentar equiparar o escravismo colonial ao capitalismo e isto nos conduz a um beco sem saída. Igualmente tentador é equipará-lo ao escravismo antigo”.⁴⁰

No segundo capítulo de *O escravismo colonial*, o autor discute sistematicamente as características e a aplicação da categoria sociológica *escravidão*. Embora tenha um caráter teórico-conceitual, essa discussão torna-se fundamental para compreender a constituição da formação social colonial no Brasil e a correta categorização do termo contribui para facilitar o entendimento do modo de produção escravista colonial. Conforme Gorender, “a escravidão é uma categoria social que, por si mesma, não indica um modo de produção”. Prossegue na apresentação: “Mesmo com função produtiva, a escravidão pode aparecer de maneira mais ou menos acidental e ser meramente acessória de relações de produção de tipos diferente”.⁴¹

A principal característica de um ser escravizado era ser propriedade de outro ser humano. Gorender fundamentou seu pensamento nas argumentações do filósofo grego Aristóteles. Para o pensador da Antiguidade, “o escravo, instrumento vivo como todo o trabalhador, constitui ademais ‘uma propriedade viva’” com três atributos essenciais: ser propriedade de outro ser humano, perpetuidade e hereditariedade da condição servil. O cativado manterá este *status* por toda a vida e transmitirá automaticamente para seus filhos. Segundo Aristóteles, ao ser considerado propriedade de outra pessoa, o ser escravizado encontrava-se diante de uma contradição: “Perderá ele [o trabalhador escravizado] o ser humano ao se tornar propriedade, ao se coisificar?”.⁴²

O modo de produção escravista colonial constituiu um sistema *hegemonicamente mercantil*, com traços significativos de patriarcalismo. Sobretudo, nas *plantagens* e com variáveis regionais singulares. Na opinião de Gorender, o sociólogo fluminense Oliveira

³⁹ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. pp. 54, 56

⁴⁰ Id.ib. p. 56-58

⁴¹ Id.ib. p. 60

⁴² Id.ib. pp. 60, 61, 63 apud ARISTÓTELES, 1874, p. 14.

Viana (1883-1951), foi, provavelmente, o primeiro intelectual a proporcionar uma teoria do patriarcalismo da sociedade escravista. Embora mantivesse um “vício racista obsessivo”, notou as diferenças entre o feudalismo europeu e o escravismo brasileiro.⁴³

Oliveira Viana “percebeu que, em contraste com a rígida fixação da população camponesa ao solo no feudalismo europeu, [...] a massa da população livre do Brasil colonial não se arraigava ao solo nem tinha peso econômico”. Concluiu, então, que a hierarquia feudal transplantada ao Brasil pelos portugueses, “se desarticulou e desintegrou, dando lugar a uma estrutura inteiramente nova, dentro de cuja instabilidade somente o domínio rural patriarcal gozava de solidez e autonomia”.⁴⁴

2.2 Categorias sociais não-hegemônicas no escravismo colonial

No estudo das relações econômicas e sociais entre escravizados e escravizadores, Jacob Gorender também abordou, sucintamente, algumas categorias sociais complementares, embora não se formaram condições objetivas para concretização de um modo de produção alternativo ao escravismo. Para o autor, nas plantagens escravistas necessitava-se de determinada quantidade de trabalhadores qualificados, para exercer algumas funções de maior complexidade no processo produtivo. Ou seja, de trabalhadores livres assalariados ou dependentes. No início do período colonial, “não podiam ser índios ou africanos, ao quais se reservava o trabalho braçal carente apenas de rudimentar adestramento”. Portanto, inicialmente, “os trabalhadores qualificados teriam de ser homens livres trazidos da Europa e pagos a salário”.⁴⁵

Entre os trabalhadores estrangeiros que migraram para a colônia, Gorender identificou as seguintes especialidades: alfaiates, caldeireiros, carpinteiros, ferreiros, marceneiros, mestres de açúcar, mestres de engenho, oleiros, pedreiros, sapateiros, seleiros, entre outros. “Vinham de Portugal, da Galícia, e das Canárias, às custas do donatário ou de senhores de engenho”.⁴⁶

⁴³ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. p. 61; VIANA, Oliveira. *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro. Liv. José Olympio Ed., 1958.

⁴⁴ Id.ib. p. 280

⁴⁵ Id.ib. p. 288

⁴⁶ Id.ib. pp. 288-289

Outra importante categoria social presente, eram os homens livres *agregados*, ou *moradores*. “No nordeste, chamavam-se quase sempre moradores, ao passo que no sul a denominação de agregados é mais freqüente, constando de levantamentos demográficos oficiais”. As condições básicas necessárias para se tornar um agregado, era ser um trabalhador livre e residir em terras alheias. Jacob Gorender utilizou as palavras do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire para refinar sua definição sobre aquela categoria: “Denominam-se agregados indivíduos que nada possuem de seu e que se estabelecem em terreno de outrem”. Os agregados, no seu conjunto, praticavam uma economia – no essencial – natural. Não possuíam uma forte expressão econômica no contexto do modo de produção escravista colonial, tendo desempenhado papel político e social pouco dinâmico naquele contexto.⁴⁷

Havia, também, os *pequenos cultivadores independentes e não-escravistas*, os posseiros e os pequenos proprietários de terra sitiantes. Suas atividades econômicas situavam-se na periferia do escravismo. Para Gorender, “enquanto os agregados eram pequenos cultivadores dependentes da plantagem, os posseiros e sitiantes situavam-se fora dos limites da plantagem e tão-somente por isso pode-se dizer que eram independentes” Praticavam uma economia natural, para satisfazer suas necessidades elementares. Quando produziam excedentes, havia certo nível de mercantilização, conforme a localização geográfica.⁴⁸

2.3 Leis tendenciais específicas do modo de produção escravista colonial

Jacob Gorender dedicou dez capítulos de *O escravismo colonial* para a exposição das leis tendenciais do modo de produção escravista colonial. Seleccionamos apenas algumas para discussão, considerando sua generalidade. Para o autor, o escravismo americano foi colonial por ser “um modo de produção dependente do mercado metropolitano”, sem o qual não subsistiria. Da mesma forma, definiu a aplicação do termo *colonial*, da época mercantilista, como puramente econômico, caracterizado por três traços principais: “1.º - economia voltada principalmente para o mercado exterior, dependendo

⁴⁷ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. pp. 291, 292-293 *apud* SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1972.

⁴⁸ Id.ib. p. 298

deste o estímulo originário ao crescimento das forças produtivas [...]”. “2.º - troca de gêneros agropecuários e/ou matérias-primas minerais por produtos manufaturados estrangeiros, com uma forte participação de bens de consumo na pauta de importações [...]”. “3.º - fraco ou nenhum controle sobre a comercialização no mercado externo”.⁴⁹

Segundo Gorender, o escravismo colonial se diferenciava do escravismo antigo-patriarcal, e do feudalismo. O desenvolvimento intensificado do comércio não provocava um efeito desagregador das estruturas internas do escravismo americano – ao contrário, potenciava-o horizontalmente e verticalmente. Em suas palavras, “o escravismo colonial nasce e se desenvolve com o mercado como sua atmosfera vital”. Ainda, destaca que todo o regime de exploração do produtor direto se rege por uma lei específica de apropriação do sobretrabalho. “No escravismo colonial, a lei de apropriação do sobretrabalho formula-se da seguinte maneira: *a exploração produtiva do escravo resulta no trabalho excedente convertido em renda monetária*”.⁵⁰

Outra lei específica do modo de produção escravista colonial era a *Lei da inversão inicial de aquisição do escravo*. Gorender identificou três grandes modalidades de aquisição de cativados: captura, compra e criação. Concentramo-nos na modalidade dominante. “Ao comprar o escravo, o plantador adquiriu o direito de dispor de sua força de trabalho a vida inteira. A compra do escravo encerra função econômica precisa: a de assegurar ao plantador uma força de trabalho permanentemente disponível”. Uma ruptura radical com as visões culturalistas da escravidão como forma de registro ou manutenção do *status* senhorial. No entanto, a simples compra não o submetia a um uso produtivo. O escravizador deveria *usar* essa força de trabalho. Para usá-la, tinha um novo custo, aplicado no sustento, vestimentas e manutenção dos produtores escravizados. Os trabalhadores precisavam receber diariamente “alimentos, vestuário, abrigo, tempo de repouso, remédios nas eventualidades de doenças, etc. se não for sustentado, o escravo se tornará incapaz de trabalhar e de nada servirá a compra efetuada pelo plantador”.⁵¹

Retomando leitura marxiana da valorização da produção pela incorporação de força de trabalho parcialmente apropriada pelo explorador, Jacob Gorender evidencia que o sustento dos cativados não representava dispêndio adicional, mas custos operacionais. Cada trabalhador se sustentava “com uma parte do que ele próprio produz durante a

⁴⁹ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. p. 170

⁵⁰ Id.ib. p. 171, 164

⁵¹ Id.ib. p. 174

jornada de trabalho, isto é, com o tempo de trabalho necessário à reprodução da sua força de trabalho desgastada no processo de produção”.⁵²

2.4 Outras interpretações historiográficas sobre o escravismo no Brasil

Jacob Gorender retomou a análise das produções historiográficas sobre a história do Brasil. Em sua opinião, o início da urbanização e da industrialização despertou o imaginário de historiadores e sociólogos, propiciando o surgimento das teorias dualistas, da contraposição entre os setores moderno (cidades) e arcaico (campo). Entretanto, foi na obra do economista fluminense Ignácio Rangel (1914-1994) “que o dualismo como interpretação do passado ganhou expressão realmente teorizada”. Para esse autor, a economia brasileira estava sujeita a duas ordens de leis, que regiam duas ordens de relações de produção: “As fazendas de escravos seriam internamente organizações de economia natural, ao passo que seus produtos, uma vez no mercado mundial, se comportariam como mercadorias”.⁵³

Gorender referiu-se a outro autor defensor da *teoria dualista*: o historiador e ex-oficial do exército brasileiro, Nelson Werneck Sodré (1911-1999). Segundo a sua interpretação, a ocupação lusitana implantou dois modos de produção na colônia. Na faixa litorânea, dominada pelos engenhos de açúcar, estabeleceu-se o escravismo colonial. No interior, desenvolveu-se o feudalismo. Houve, do mesmo modo, autores que defenderam a existência de um *modo de produção capitalista incompleto*. Essas interpretações historiográficas centralizaram “o estudo da história no caráter exportador da economia colonial” e conduziram “à concepção do escravismo colonial como uma espécie de etapa inferior do capitalismo ou capitalismo incompleto”.⁵⁴

O sociólogo e ex-presidente da república entre 1994 e 2002, Fernando Henrique Cardoso, tornou latente as contradições da tese do capitalismo incompleto, em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, publicado em 1962. Conforme a argumentação de Gorender, “depois de afirmar, em relação à economia do charque do Rio Grande do Sul,

⁵² GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. p. 174

⁵³ Id.ib. pp. 302-303, 304 *apud* RANGEL, Ignácio. *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*. Salvador: Progresso, 1957.

⁵⁴ Id.ib. p. 304, 305; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

que o processo de formação do capitalismo era ‘muito incompleto’, deu-se conta o autor [...] das conseqüências anticapitalistas do trabalho escravo”. Concluindo a crítica, Gorender afirma que, apesar da inconsistência teórica, Cardoso não repensou a natureza do regime escravista. Ao contrário, mergulhou em uma seqüência de conclusões ilógicas. Após muitos anos, voltou a cometer as mesmas contradições teóricas, em *Classes sociais e história*. Na opinião de Gorender, o sociólogo “fez do capitalismo uma categoria em que podem caber os tipos mais diversos de economia e, entre eles, o ‘modo colonial de produção capitalista’ ou ‘modo capitalista de produção colonial’”.⁵⁵

Gorender também dedicou alguns trechos da sua análise a algumas escrituras do também sociólogo e antropólogo brasileiro, Florestan Fernandes. Esse autor se distinguiria “justamente por ter resistido à tentação de descobrir o capitalismo à viva força na sociedade colonial brasileira”. Porém, “caracterizou a sociedade escravista como ‘sociedade de castas’, ‘ordem escravocrata-senhorial’ ou ‘regime de castas e estamentos’”. Para ele, ao aplicar categorias funcionalistas e weberianas em sua análise, Florestan Fernandes teve consciência das suas limitações teóricas e incluiu categorias marxistas. “Estas, não-obstante, são usadas ao nível metodológico superficial, como apêndices de uma estrutura conceitual que lhes é estranha”. Portanto, de acordo com Gorender, “o resultado não poderia deixar de ser o de um desconjuntado ecletismo”.⁵⁶

Diferenciando-se das duas interpretações anteriores, alguns autores adaptaram as relações de dominação e subordinação entre metrópoles e colônias em uma lógica *integracionista* ou de *capitalismo puro*. Gorender assinala que o pensamento do historiador argentino Sergio Bagú representou esta lógica. “[...] Bagú justapôs elementos discretos a fim de obter a configuração capitalista da América colonial: acumulação de capital, capital financeiro, produção para o mercado, comércio, caráter complementar da produção e escravidão”. Mas tarde, o economista e sociólogo alemão André Gunder Frank desdobrou os pressupostos da lógica integracionista. Desprezando as diferenças entre as estruturas produtivas, “forjou uma teoria do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial como sistema único em que se fundiram todas as economias regionais”. Tratava-se de uma teoria que integrava metrópoles e colônias a nível mundial, nacional, regional, provincial e local.⁵⁷

⁵⁵ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. p. 305, 306

⁵⁶ Id.ib. p. 309

⁵⁷ Id.ib. p. 311; BAGÚ, Sergio. *Estructura social de La Colonia (Ensayo de historia comparada de America Latina)*. Buenos Aires: Libreria El Ateneo Editorial, 1952; FRANK, Andre Gunder. *Capitalism and undevelopment in Latin America*. Londres: Penguin Books, 1971.

Gorender classificou esse esquema teórico de supra-histórico. Escreveu: “O vício lógico do integracionismo consiste precisamente em reduzir o conceito de integração ao de identidade”. Prossegue a sua explicação: “E esta operação discursiva torna-se tanto mais conflitante com os fatos quanto mais recuamos no tempo, ao estudar a história mundial do capitalismo”.⁵⁸

Embora a obra de Jacob Gorender tenha se destacado qualitativamente nas discussões sobre o Escravismo Colonial, nas décadas anteriores, outros historiadores, economistas e sociólogos pesquisaram o assunto e produziram interpretações progressistas. Caio Prado Junior, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, entre outros, investigados no próximo parágrafo, se tornaram leituras obrigatória para a compreensão do pensamento marxista brasileiro.

⁵⁸ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. p. 313

3 REINTERPETAÇÃO DO BRASIL COLONIAL

Neste capítulo, apresentamos algumas interpretações historiográficas e sociológicas sobre a constituição econômica e social da colônia portuguesa nas Américas, posteriormente Império Brasileiro. São produções teóricas que investigaram amplos intervalos cronológicos e caracterizaram-se pelo avanço teórico, em relação às obras anteriores. As obras e os autores pesquisados ensejaram a compreensão do caráter de dominação, explícito, principalmente, nas relações coloniais entre metrópole e colônia.

3.1 A expansão ultramarina

Para compreender a constituição histórica da colônia lusitana que viria ser o Brasil, torna-se necessário compreender uma parte da história europeia e, em particular, portuguesa. Sobretudo, a dominação de territórios além-mar e a utilização do trabalho escravizado. Este assunto é amplamente tratado por Roberto Simonsen, em *História econômica do Brasil*. Embora o autor não seja adepto da concepção metodológica marxista, a farta documentação primária utilizada torna a leitura da obra indispensável. Da mesma forma, Caio Prado Junior e Celso Furtado também produziram importantes obras, com contribuições teóricas e metodológicas valiosas.

A expansão ultramarina portuguesa teve início no século 15 e foi intensificada a partir do século 16. Segundo Roberto Simonsen, “[...] foram descobertas e ocupadas as Ilhas Açorianas e as da costa africana”. Essa política expansionista “não resultou de uma necessidade emigratória”, pois as terras portuguesas estavam escassamente povoadas, com pouco mais de um milhão de habitantes.⁵⁹

Continua a explicação do autor: “Pioneiros da navegação em alto-mar, orientavam-se pela bússola e determinavam, pelo astrolábio, a sua posição no oceano”. Com a evolução das trocas comerciais na costa africana, buscaram no “sul do Saara a pimenta malagueta, ameaçando o monopólio veneziano, o marfim, o ouro, e escravos”. Em 1497, o navegador português Vasco da Gama encontrou o caminho para a Índia. Segundo

⁵⁹ SIMONSEN, *História [...]*. Op. Cit. pp. 37-38

Simonsen, “organizaram-se sucessivas expedições, que vinham pejudicadas de produtos orientais e de presas de guerra”. Igualmente, o “comércio de pimenta da Índia que constituía a mais rica especiaria do tempo, e que era monopólio de Veneza, passou para as mãos dos portugueses”. No entanto, esta conjuntura econômica provocou repercussões nocivas à formação social portuguesa.⁶⁰

Na opinião do autor “o Reino foi se despovoando, pois que, dos que dali partiam, pouco mais de 10% regressavam”. Prossegue sua explicação: “São assustadoras as estatísticas de viúvas, que as publicações da época mencionavam nas regiões de onde seguiam os homens válidos”. Conseqüentemente, os campos portugueses foram esvaziados de braços, necessitando-se importar até bens alimentares. Uma apreciação certamente exagerada.⁶¹

Segundo a descrição do historiador marxista Caio Prado Jr., sobre as navegações, “atrás dos portugueses lançam-se os espanhóis. [...] Virão depois dos países peninsulares, os franceses, ingleses, holandeses, até dinamarqueses e suecos”. Continuando: “A grande navegação oceânica estava aberta, e todos procuravam tirar partido dela. Só ficarão atrás aqueles que dominavam o antigo sistema comercial terrestre ou mediterrâneo”, mal situados geograficamente com em relação às novas rotas comerciais.⁶²

Analisando a economia portuguesa daquela época, Celso Furtado propõe que os portugueses obtiveram experiência prévia na produção de açúcar em grande escala ilhas atlânticas de Açores e Madeira. Foram desenvolvidas tecnologias singulares para a época, tornando a produção futura, no Brasil, relativamente menos difícil. Do mesmo modo e mais importante, na opinião do autor, foi a introdução daquele produto no comércio mundial. “Tudo indica que o açúcar português inicialmente entrou nos canais tradicionais controlados pelos comerciantes das cidades italianas”. Posteriormente, parte considerável da produção era destinada a Flandres. Gradualmente, a produção açucareira tornou-se empresa comum de lusitanos e flamengos, que “[...] recolhiam o produto em Lisboa, refinavam-no e faziam a distribuição por toda a Europa, particularmente o Báltico, a França e a Inglaterra”.⁶³

⁶⁰ SIMONSEN, *História [...]*. Op. Cit. pp. 37-38. Para maiores informações sobre a expansão marítima portuguesa consultar, entre outros: AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal económico: esboços de história*. 4. ed. Lisboa: Clássica, 1978; SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 21. ed. Portugal: Europa-América, 2001.

⁶¹ Id.ib. pp. 39-40

⁶² PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 14

⁶³ Cf. FURTADO, *Formação [...]*. Op. Cit. pp. 09-10, 15. Para maiores informações sobre o comércio mundial de açúcar no século 15 consultar, entre outros: PARREIRA, H. G. de Amorim. *Historia do açúcar em Portugal*. Anais da Junta de Investigação do Ultramar, Vol. VI, tomo I, 1952; PEREIRA, Fernando

3.2 Descoberta e exploração do continente americano

Em busca de uma rota alternativa para o Oriente, em princípio, portugueses, espanhóis, franceses e ingleses encontraram o continente americano. Para Caio Prado Jr., num primeiro momento, a América foi para eles “um obstáculo oposto à realização de seus planos e que devia ser contornado. Todos os esforços se orientam então no sentido de encontrar uma passagem [...]”. Os espanhóis exploraram a parte central do continente, descobrindo o território do atual México. “[...] Balboa avistará o Pacífico; mas a passagem não será encontrada”. Procuraram então mais para o sul, encontrando a foz do Rio da Prata, na atual Argentina. “Magalhães será seu continuador, e encontrará o estreito que conservou o seu nome e que constitui afinal a famosa passagem tão procurada”. Entretanto, foi pouco utilizada. Era uma passagem pouco prática para a tecnologia de navegação da época, devido ao período de longa navegação que exigia.⁶⁴

Paralelamente, no norte do continente, os ingleses empreendiam explorações territoriais. Devido à falta de mão-de-obra qualificada, contrataram pilotos estrangeiros. Nas palavras de Caio Prado Jr., “as primeiras pesquisas serão empreendidas pelos italianos João Cabôto e seu filho Sebastião. Os portugueses também figurarão nestas explorações do Extremo Norte com os irmãos Côrte Real”. De acordo com o autor, os povos europeus não objetivaram povoar o novo continente encontrado imediatamente. “É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por estes territórios primitivos e vazios [...]”. Portugal foi pioneiro na ocupação territorial sistemática das novas terras.⁶⁵

Em 1580-1640, a coroa portuguesa foi dominada pelos soberanos espanhóis, e o reino português perdeu sua independência política, agravando a já precária conquista das Índias. A Holanda, compradora dos produtos portugueses, estava travando uma guerra contra a dominação nacional espanhola. Impedida de aportar seus navios em Lisboa, buscou produtos diretamente nas fontes. Nas palavras de Prado Jr., “ocupando a Cidade do Cabo e várias colônias portuguesas, cortou de vez o monopólio lusitano. E o ciclo da

Jasmins. *O açúcar Madeirense de 1500 a 1537*. Produção e preços. Lisboa: Instituto Superior de Ciências sociais e Política Ultramarina, 1969; RAU, Virgínia e MACEDO, Jorge, *O açúcar na Madeira no século XV*. Funchal, 1961.

⁶⁴ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 15

⁶⁵ Id.ib. p. 15, 16. Sobre a formação as grandes navegações portuguesas, a colonização e a formação do império ultramar consultar, entre outros títulos: BOXER, Charles Ralph. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1969; CORTESÃO, Jaime, *Os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990; MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. *História de Portugal*. 8. ed. Lisboa: Palas Editora, 1980.

pimenta, que caracterizou a grandeza do comércio português no século anterior, findou-se, praticamente, nos primeiros anos do século XVII”.⁶⁶

Para Celso Furtado, o conflito dos países ibéricos com a Holanda também resultou em uma luta pelo controle do comércio açucareiro mundial. “A luta pelo controle do açúcar torna-se [...] uma das razões de ser da guerra sem quartel que promovem os holandeses contra a Espanha”. Completa: “E um dos episódios dessa guerra foi a ocupação pelos batavos, durante um quarto de século, de grande parte da região produtora de açúcar no Brasil”. O autor propõe que as conseqüências da ruptura das relações comerciais com os holandeses ultrapassaram a ocupação militar. “Durante sua permanência no Brasil, os holandeses adquiriram o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira”. Estes conhecimentos constituíram “a base para a implantação e desenvolvimento de uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe”. Essa transferência de conhecimento significou a quebra do monopólio comercial lusitano e a redução dos preços do açúcar”.⁶⁷

Segundo o historiador Jacob Gorender, em *O escravismo colonial*, esse processo caracterizou-se pela criação de um mercado mundial, com “uma divisão intercontinental da produção”, pelo desenvolvimento do colonialismo, e pela subordinação econômica e política de algumas áreas dos demais continentes à Europa Ocidental. Gorender lançou duas questões fundamentais para a compreensão destes fatos históricos. “1º - porque Portugal pôde ser, e foi, o pioneiro da expansão ultramarina; 2º - porque, apesar desse pioneirismo, a sociedade portuguesa se atrasou enormemente no desenvolvimento capitalista com relação a outros países da Europa Ocidental”.⁶⁸

Ao responder essas questões citou, prontamente, a localização geográfica privilegiada de Portugal, e as “fronteiras definitivamente estabelecidas [...]”. Igualmente, no limiar do século 15, Portugal contava com algumas vantagens essenciais sobre o grupo de países europeus, empenhados em guerras internas e externas – alguns – longe de concluir sua unificação estatal. “[...] estava isento de graves questões nacionais internas e contava com um poder estatal em processo de vigorosa centralização”. Na opinião de

⁶⁶ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 40. Sobre a dominação lusitana pela Espanha, conhecida como unificação ibérica, consultar: BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. México: Fondo de Cultura, 1997; SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

⁶⁷ FURTADO, *Formação [...]*. Op. Cit. p. 17. Sobre a presença holandesa no nordeste do Brasil consultar, entre outras obras: BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961

⁶⁸ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. p. 109, 118

Gorender, para uma iniciativa como as navegações, eram características que pesavam favoravelmente.⁶⁹

Desde o início, a coroa lusitana financiou as expedições e explorou os lucros obtidos. Houve o enriquecimento do aparelho estatal, da nobreza parasitária e, paradoxalmente, da burguesia mercantil. A ascensão desta última provocou uma reação das classes dominadoras feudais. Foi instaurada e usada politicamente a Santa Inquisição, no século 16. Conforme Jacob Gorender, “durante mais de dois séculos, a orientação política do Estado português se orientou pela repressão política da burguesia mercantil [...] e pela defesa obscurantista das posições de classe da nobreza e do clero feudais”.⁷⁰

O autor admite que o colonialismo contribuiu para a acumulação originária de capital e o desenvolvimento capitalista no ocidente europeu. Mas, somente nos países que possuíam determinadas condições internas. Sob esse aspecto, certificou a opinião do historiador de Trinidad e Tobago, Eric Williams. Gorender propõe que “a formação do modo de produção capitalista se beneficiou na Inglaterra da exploração colonialista, o oposto ocorreu com Espanha e Portugal”. Para Williams, “nos países ibéricos, a exploração colonialista não favoreceu, mas obstaculizou o desenvolvimento do modo de produção capitalista”.⁷¹

Segundo as conclusões de Jacob Gorender, durante séculos o Estado português praticou um “mercantilismo de tipo inferior, que se contentava com a exploração colonialista e não evoluía no sentido do protecionismo da indústria nacional, como fizeram os Estados inglês e francês”. Somente durante as reformas pombalinas, na segunda metade do século 18, houve o fomento estatal para a produção manufatureira lusitana. A relação entre lusos e nativos mudou radicalmente quando a Coroa decidiu ocupar o território e explorá-lo economicamente. “Agora, tratava-se de expulsar os aborígenes de grandes tratos de terra, sucessivamente ampliados, e de obrigá-los ao trabalho escravo”.⁷²

⁶⁹ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. pp. 118-119

⁷⁰ Id.ib. p. 120. Para maiores informações sobre a inquisição em Portugal consultar, entre outras obras: BOXER, Charles Ralph. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1989; SARAIVA, António José. *Inquisição e cristãos-novos*. 6. ed. Lisboa: Estampa, 1994.

⁷¹ Id.ib. p. 122; WILLIAMS, Eric. *Capitalism & Slavery*. Nova Iorque, Capricorn Books, 1966.

⁷² Id.ib. p. 122, 128

3.3 A dominação colonial no Brasil

A dominação portuguesa no território do atual Brasil iniciou no século 16, desenvolvendo-se paralelamente e interligada ao desenvolvimento do comércio mundial. Na opinião de Jacob Gorender, nos primeiros anos, “a Coroa portuguesa, engolfada na exploração do comércio com o Oriente, dedicou pouca atenção à sua colônia americana nos três primeiros decênios após o descobrimento”. Limitou-se, quase exclusivamente, à extração de pau-brasil e de outros produtos exóticos, relacionando-se pacificamente com as tribos autóctones.⁷³

Com uma interpretação semelhante à Gorender, Roberto Simonsen indica que, antes de 1530, havia apenas feitorias, postos de resgate e fortificações primitivas, que prestavam suporte ao comércio de pau-brasil. “[...] Igarapu, Itamaracá, Bahia, Porto Seguro, Cabo Frio, São Vicente e outras intermediárias, que desapareciam, ora esmagadas pelo gentio, ora conquistadas pelos franceses”. Para o último autor, os portugueses estavam diante de um dilema. “[...] ocupar efetivamente a terra de Santa Cruz, ou correr o risco de perdê-la. Daí a expedição de Martim Afonso de Sousa que foi a primeira de caráter verdadeiramente colonizador [...]”. Preocupava-lhes as incursões marítimas espanholas, sobretudo as penetrações no estuário do Rio da Prata em 1508, 1515, 1519 e 1526.⁷⁴

Conforme a explicação de Prado Jr, a ocupação territorial definitiva estava tendencialmente *condicionada* ao clima e à geografia. Inicialmente, ocupou-se uma faixa litorânea “de largura variável, mas não excedendo nunca algumas dezenas de quilômetros de profundidade [...]”. Estas faixas de ocupação, próximos às praias, geralmente, eram formadas por “terras baixas, submetidas a clima nitidamente tropical, de calores fortes e regulares, e com chuvas abundantes [...]”. No sertão nordestino, o autor identificou “extensos territórios semi-áridos, imprestáveis em geral para a agricultura [...]”. Um pouco mais ao sul, aproximadamente entre as divisas dos atuais estados de Minas Gerais e Bahia, outra circunstância geográfica dificultou a penetração para o interior.⁷⁵

Prossegue Caio Prado: “[...] acompanhando a faixa costeira, estende-se daí para o sul o desenvolvimento abrupto da Serra do Mar que forma o rebordo oriental de um elevado planalto de altitudes médias oscilando entre 600 e mais de 1.000 metros [...]”. Este

⁷³ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. p. 126

⁷⁴ SIMONSEN, *História [...]*. Op. Cit. p. 78, 79

⁷⁵ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 9, 10

acidente geográfico, “ao invés de inclinar-se para o mar, volta-se para o coração do continente; o que faz com que os rios excepcionalmente se dirijam para a costa”. Como Caio Prado explica, ao contrário do árido interior nordestino, o planalto centro-meridional do atual Brasil “oferece esplêndidas condições naturais para o estabelecimento do homem”. Compunham esta parcela territorial, na atualidade, “a parte ocidental do Rio de Janeiro, Minas Gerais, grande parte de Goiás [...], sul de Mato Grosso, e a maior parcela [...] dos quatro estados meridionais: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e rio Grande do Sul”.⁷⁶

Para completar o esboço geográfico da colônia lusitana, Prado Jr. analisou as características do extremo-norte. “[...] o interior, ao contrário das outras partes do país, abre-se para o mar pelo delta do Amazonas, desembocadura de um imenso sistema hidrográfico, sem paralelo no mundo [...]”. Nos principais cursos d’água, navegáveis por grandes embarcações, “a penetração foi, por isso, muito fácil”. Se os rios foram generosos para a navegabilidade, a floresta representou um grande obstáculo à ocupação. “[...] a colonização apenas encetará muito modestamente o ataque da floresta, e estender-se-á numa ocupação rala e linear pelas margens dos rios, [...] única via possível de comunicações e transporte [...]”.⁷⁷

Caio Prado Jr. assinala que no período inicial da ocupação da costa, havia a descrença sobre algo que despertasse interesse comercial imediato. O próprio navegador genovês e padrinho do continente, Américo Vespúcio, confirmou essa suspeita. “Pode-se dizer que não encontramos nada de proveito”. Naquele então, referia-se, essencialmente, a minerais preciosos. No entanto, nas áreas costeiras setentrionais da América portuguesa, os lusos encontraram uma espécie de árvores denominadas Pau-Brasil, com características semelhantes à madeira oriental utilizada na tinturaria. “Era uma exploração rudimentar [...] e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira”. Para ele, a extração do Pau-Brasil só foi possível devido à colaboração de algumas tribos aborígenes. “Não foi difícil obter que os indígenas trabalhassem; miçangas, tecidos e peças de vestuário, mais raramente canivetes, facas e outros pequenos objetos os enchiam de satisfação [...]”. Uma visão que subestimava fortemente as razões da participação dos

⁷⁶ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 10

⁷⁷ Id.ib. p. 11

nativos nesse comércio, pois, ao contrário do proposto pelo autor, dominavam no escambo as ferramentas metálicas.⁷⁸

Foram construídas algumas pequenas fortificações para defesa das tribos hostis e dos franceses. Mas, a exploração do Pau-Brasil não ensejou uma ocupação definitiva pelos portugueses. Pelo contrário, sua decadência foi rápida. Nas palavras de Prado Jr., “em alguns decênios esgotara-se o melhor das matas costeiras que continham a preciosa árvore, e o negócio perdeu o interesse”. Em verdade, sem a centralidade anterior, a extração de pau-brasil continuaria por décadas.⁷⁹

Abrimos um parêntese para uma crítica a Roberto Simonsen. Em *História econômica do Brasil (1500/1820)*, o autor atribuiu um *patriotismo* exacerbado aos emigrantes portugueses. Personalizou a empresa colonial na figura dos reis lusitanos. Para o autor, “na América [...] formaram-se novas nações, filhas da civilização ocidental e a melhor iniciativa sistematizada de colonização foi oriunda de Portugal e aplicada no Brasil”. No parágrafo seguinte, Simonsen ignorou, ou omitiu o caráter explorador da ocupação lusitana no Brasil. “Numa época em que os espanhóis estavam principalmente absorvidos na conquista e na extração de metais preciosos, Portugal promovia uma política colonizadora baseada na ocupação, no povoamento e na exploração das indústrias extrativas e agrícolas.”⁸⁰

O autor também atribuiu à dominação e a política colonial unicamente aos reis portugueses, com destaque para João III. Referindo-se aos doze donatários, os quais receberam 15 lotes de terra na colônia, o autor afirmou que “fizeram, pois, os executores do plano de D. João III o trabalho de pioneiros”. Roberto Simonsen personalizou o projeto de expansão ultramarina e a ocupação e exploração comercial da colônia na figura do rei. Inexistiam, deveras, um setor fazendário na burocracia portuguesa, ou um conselho de Estado? Não havia interesses econômicos e sociais de determinadas classes? Em nossa opinião, sua visão ignora em forma simplista tais determinações fundamentais, mesmo que em nível textual.⁸¹

⁷⁸ PRADO JR., *História [...] Op. Cit.* p. 24, 25; Cf. MAESTRI, Mario. *Os senhores do litoral: conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasileiro: século 16.* 2. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 1995. p. 86

⁷⁹ Id.ib. pp. 26-27

⁸⁰ SIMONSEN, *História [...] Op. Cit.* p. 87

⁸¹ Id.ib. p. 87

3.3.1 A propriedade da terra

Conforme o economista Ladislau Dowbor, desde o início da ocupação, as terras coloniais foram divididas em grandes parcelas denominadas capitânicas hereditárias. Cada capitania foi doada a um homem com recursos financeiros suficientes para *iniciar* a exploração das donatárias e, sobretudo, a distribuição de terras para a produção agrícola, na forma de roças e, a seguir, *plantagens escravistas*, enquanto se empreendia a busca por minerais preciosos. Segundo Prado Jr., em muitos casos, fora necessário buscar recursos financeiros externos “tanto em Portugal como na Holanda, tendo contribuído em boa parte banqueiros e negociantes judeus”.⁸²

Para Dowbor, a agricultura no Brasil conservava uma característica fundamental de desequilíbrio entre a produção para exportação e produção para subsistência o que, era, inevitável, devido à inexistência de mercado consumidor local. O predomínio de culturas voltadas à exportação inviabilizava o desenvolvimento de uma economia natural e de uma classe camponesa, que necessitaria, para ser produzida, de transposição populacional. Inexistia a diversificação dos cultivos alimentares, causando a seguir, com o desenvolvimento populacional das colônias, graves problemas de abastecimento. Nos séculos 16 e 17, a falta de alimentos produzidos nas colônias luso-americanas foi crônica. Esses autores olvidam, entretanto, que, inicialmente, a horticultura nativa, sobretudo de tupis-guaranis, contribuiu em forma determinante para a sustentação dos colonos. Caio Prado Jr. afirma que o primeiro gênero *mercantil* cultivado foi a cana de açúcar, na região Nordeste. Escreveu: “[...] tratava-se de um produto de grande valor comercial na Europa” e era altamente viável no Brasil, devido ao clima quente e úmido da costa. Porém, “somente se prestava a grandes plantações”, cultivadas por braços escravizados.⁸³

Quanto ao regime de propriedade e à mercantilização das terras, inexisteram as restrições jurídicas próprias do feudalismo, em boa parte impossíveis de ser transportadas devido a uma abundância relativa de terras. Jacob Gorender propõe que “a propriedade do solo sempre foi alodial e alienável, motivo que, desde o século XVI, se assinalam operações de compra e de venda de terras, tornadas, com o tempo, bastante freqüentes”. As

⁸² Cf. DOWBOR, *A formação [...]*. Op. Cit. p. 49; PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 32

⁸³ DOWBOR, *A formação [...]*. Op. Cit. pp. 53-54; PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. pp. 32-33

terras da Igreja Católica brasileira não representaram igualmente um entrave para a comercialização e distribuição de propriedades.⁸⁴

3.3.2 Cativados nativos e africanos

No início da ocupação portuguesa das colônias americanas, foi utilizada mão-de-obra escravizada das tribos autóctones, nativas da América. Na opinião de Roberto Simonsen, em um primeiro momento, em regime de colaboração, através do escambo, transição analisada em forma germinal por Alexander Marchant. Posteriormente, através da escravização. Justificando a troca da escravidão nativa pelos africanos, o autor despejou um pensamento racial, participando do processo de construção de naturezas físicas e psicoculturais diversas para *brancos, negros e índios*, a partir de pretensas singularidades raciais. “O preto mostrava-se resistente e capaz de suportar a vicissitudes do labor a que era chamado. Se assim o fosse, na medida do sugerido, por que a escravidão teve que importar multidões de cativos africanos jovens, em forma incessante?”⁸⁵

Aquele autor segure propondo que “o índio, com mentalidade muito mais atrasada, não tinha, seja a resistência física, seja a compreensão da necessidade do trabalho; daí a hecatombe humana que representava a sua escravidão”. Como se qualquer forma de escravidão não representasse uma hecatombe humana - apenas no Brasil, de três a cinco milhões de negro-africanos seriam *consumidos* pela produção escravista! Uma visão de longa tradição nas ciências sociais que recuperava certamente interpretação escravista. Referindo-se ao tráfico de cativados africanos, Roberto Simonsen indicou um aumento relativo, no século 17. Em sua obra citou as estimativas elaboradas por alguns autores: “[...] o padre Vieira calculava que, em meados desse século, o Brasil teria 33.000 escravos; Varnhagen avaliava em 40.000 e Gaspar Dias Ferreira, em cerca de 50.000.”⁸⁶

O historiador Caio Prado Jr. comungou de algumas opiniões de Roberto Simonsen. Escreveu: “[...] além da resistência que ofereceu ao trabalho, o índio se mostrou mau trabalhador, de pouca resistência física e eficiência mínima. Nunca teria sido capaz de

⁸⁴ GORENDER, *A burguesia [...]*. Op. Cit. p. 18

⁸⁵ SIMONSEN, *História [...]*. Op. Cit. p. 132; MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil. (1500-1580)*. 2 ed. São Paulo: CEN; Brasília, INL, 1980.

⁸⁶ Id.ib. p. 132, 133; Sobre o tráfico negreiro consultar: CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

dar conta de uma tarefa colonizadora levada em grande escala”. Essas concepções subestimaram a importância inicial da escravização dos nativos, até a quase extinção dos povos da costa, e sua *contribuição* na formação de acumulação de capitais que sustentaram parcialmente a posterior incorporação de cativos africanos. Ele desconhece, igualmente, regiões da América onde uma maior densidade demográfica dos *índios* tornou *dispensável*, para a exploração colonial, a importação substancial de africanos.⁸⁷

Na opinião de Prado Jr., “somente uma parte dos cativos alcançavam seu destino. Calcula-se que, em média, apenas 50% [sic] chegavam com vida ao Brasil; e destes, muitos estropiados e inutilizados”. O que se trata de uma enorme superestimação da mortalidade do tráfico negreiro. Em verdade, se aquela fosse a taxa média de mortalidade na travessia, certamente o tráfico não poderia ter se desenvolvido, devido ao custo econômico. Portanto, “o valor dos escravos foi assim sempre muito elevado, e somente as regiões mais ricas e florescentes podiam suportá-lo”. A escravização de nativos nunca cessou no Brasil colonial. Apenas foi aliviada pelo tráfico de africanos que se tornou dominante, reservando às áreas mais pobres da colônia, de frágil economia mercantil, a exploração marginal de nativos escravizados.⁸⁸

Ilustrando a composição das massas de trabalhadores, Celso Furtado propõe que em meados do século 19, a força de trabalho no Brasil compunha-se, basicamente, por trabalhadores escravizados. “O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existiam no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de escravos”. Comparando a quantidade de cativos traficados durante a primeira metade do século 19, o autor conclui que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade, devido às precárias condições de vida dos trabalhadores. Uma proposição correta, que explica a dependência permanente da escravidão no Brasil ao tráfico internacional de trabalhadores escravizados, até 1850, e após a abolição do comércio tumbeiro transatlântico, ao tráfico interprovincial de cativos,

⁸⁷ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 36; Sobre a escravidão de cativos, ver, entre outros: MAESTRI, Mário. *Os senhores do litoral: conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasílico. Século 16*. 2 ed. Rev. e ampl. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2002; MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil. (1500-1580)*. 2 ed. São Paulo: CEN; Brasília, INL, 1980; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁸⁸ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. pp. 36-37; Sobre o tráfico negreiro em direção ao Brasil, ver, entre outros. CONRAD, Robert E. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; FLORENTINO, M. G. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; SALVADOR, J. Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro. Séc. XVI e XVII*. São Paulo, Pioneira / EDUSP, 1981.

que deslocou o trabalhador feitorizado das regiões de economia menos dinâmicas para as de economia mais dinâmica.⁸⁹

3.3.3 A plantagem escravista colonial

As plantagens escravistas eram grandes unidades produtivas voltadas para o mercado, que utilizavam o trabalho de braços escravizados. Na definição de Jacob Gorender, “sua função primordial não consiste em prover o consumo imediato dos produtores, mas abastecer o mercado mundial. Este é que a trás à vida e lhe dá a razão de existência”. O tamanho de cada unidade produtora variava - porém eram sempre maiores do que uma unidade de produção familiar. A mão-de-obra era organizada em equipes, chefiadas por um comando unificado, sob uma disciplina rigorosa, tornando a plantagem uma “forma de organização econômica adequada ao trabalho escravo [...]”.⁹⁰

A quantidade de trabalhadores escravizados variava em cada fazenda. As maiores possuíam entre oitenta e cem indivíduos. Conforme a descrição de Caio Prado Jr., eventualmente chegava a muito mais. “[...] há notícias, embora isto já se refira ao século XVIII, de engenho com mais de 1.000 escravos”. O que certamente é um enorme exagero, já que tecnicamente essa produção não comportava tal dimensão. A submissão de uma escravaria de tal porte, totalmente centralizada em uma unidade produtiva, colocaria igualmente dificuldades ingentes. As plantagens com mais recursos materiais possuíam um sistema de moagem da cana denominado *engenho*. Conforme a explicação do autor, “o engenho é um estabelecimento complexo, compreendendo numerosas construções e aparelhos mecânicos [...]”. Entre elas, a “moenda (onde a cana é espremida); caldeira, que fornece o calor necessário ao processo de purificação do caldo; casa de purgar, onde se completa essa purificação”. Além das instalações e construções que integravam o processo produtivo, havia “a casa-grande, a habitação do senhor; a senzala, dos escravos; e instalações acessórias ou suntuárias: oficinas, estrebarias, etc”.⁹¹

⁸⁹ FURTADO, *Formação [...]*. Op. Cit. p. 117. Sobre o tráfico de trabalhadores escravizados no interior da Colônia consultar COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2 ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982.

⁹⁰ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. p. 89, 90

⁹¹ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 38

Em concordância com Jacob Gorender, ao tratar das grandes explorações agrícolas com utilização de trabalho escravizado, empregamos a terminologia portuguesa *plantagem* para a fazenda escravista colonial. Trata-se de uma contraposição ao estrangeirismo cometido pela literatura de língua portuguesa, ao utilizar a designação *plantation*. O termo foi emprestado pela língua francesa: *plantage*.⁹²

Conforme lembra Gorender, “o esdrúxulo consiste em que escritores de língua portuguesa precisem desse vocábulo estrangeiro a fim de indicar uma forma de organização econômica que Portugal teve muito antes da França e da Inglaterra [...]”. “[...] e que, no Brasil, apresentou-se sob um modelo clássico e de duração mais prolongada do que em outras regiões. Portanto, propõe substituir *plantation* por *plantagem*, pois “está há muito dicionarizada” e é um vocábulo em desuso na linguagem coloquial e na literatura historiográfica e econômica. Portanto, “terá significação unívoca, além de dispensar o grifo e a pronúncia à inglesa”.⁹³

O estudo de Gorender sobre a *plantagem* escravista colonial apropriou-se da análise histórica e conceitual de Leo Waibel. No entanto, ele deixou clara a sua discordância sobre o caráter capitalista da *plantagem*, atribuído pelo geógrafo alemão. Outra característica foi a diversificação das atividades produtivas. As peculiaridades da escala de produção, dos produtos e a destinação comercial, determinaram um complexo ciclo de operações, desde a preparação da terra, até o beneficiamento e o transporte.⁹⁴

Comparada com as forças produtivas da agricultura medieval, a *plantagem* escravista aparentou um retrocesso. Inexistiam, ou eram tênues, as inovações tecnológicas aplicadas ao processo produtivo. A adubação orgânica e a rotatividade de uso dos campos não eram praticadas. No entanto, devem-se considerar as condições históricas, naturais e socioeconômicas da época. Era alta a produtividade de canaviais baianos, durante mais de uma década, em terras simplesmente desmatadas. Quando as áreas plantadas esgotavam-se, transferia-se a produção para novas áreas. Havia enorme disponibilidade de terras gratuitas, ou a baixo preço.⁹⁵

Nas palavras de Gorender, “a *plantagem* escravista antecipou a agricultura capitalista moderna e o fez associando o cultivo em grande escala à enxada”. Da mesma forma, “teve na escala do cultivo, no emprego de equipes coletivas sob comando unificado

⁹² GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. p. 88

⁹³ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. p. 88

⁹⁴ Id.ib. p. 91; WAIBEL, Leo. *A forma econômica da *plantage* tropical*. In: Capítulos de geografia tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1958.

⁹⁵ Id.ib. Cit. p. 100

e na divisão do trabalho vantagens que lhe permitiram sobrepujar a agricultura familiar”. A mão-de-obra utilizada no início da dominação colonial era constituída por nativos, como assinalado. Posteriormente, nas capitanias mais ricas, a produção provinha quase exclusivamente dos braços africanos, escravizados e traficados para a América.⁹⁶

Ao referir-se brevemente sobre a fonte originária de braços escravizados, Gorender afirma que os cativados africanos chegavam à colônia destituídos da sua organização social e familiar original. “O tráfico arrebanhou negros procedentes de diversas etnias, heterogêneas do ponto de vista da evolução social, da língua, das tradições, costumes, etc.”. Conseqüentemente, paralisou o crescimento demográfico e civilizacional dos povos africanos, principalmente das comunidades do litoral atlântico. Conforme Mario Maestri, em verdade, a interrupção do processo evolutivo endógeno dessas comunidades deu-se principalmente no que interessa aos grandes estados tributários do interior, com a captura e desvio, para a costa, das principais linhas comerciais.⁹⁷

Conforme lembra Ladislau Dowbor, a estrutura social da colônia compunha-se por duas classes sociais fundamentais: os proprietários rurais latifundiários e os trabalhadores escravizados rurais, além de outras classes periféricas. Seria, porém, mais correto propor como contraposição os *escravizadores* e *escravizados*, devido ao caráter subordinado da própria propriedade fundiária nesses tempos. O autor ainda se referiu ao papel intermediário de Portugal, entre a exploração e a distribuição das riquezas coloniais. “No fim do século XVI os holandeses controlavam cerca de 66 por cento dos transportes entre o Brasil e Portugal [...]”. Prossegue: “[...] possuíam uma grande parte do açúcar exportado da colônia; Amsterdã, e não Lisboa, tinha em 1621 cerca de 25 refinarias que utilizavam açúcar brasileiro, que já havia sido submetido a um primeiro tratamento”.⁹⁸

No mesmo período, constituiu-se o Estado escravista brasileiro, após a implantação do Governo Geral e das Câmaras Municipais. Segundo a definição de Décio Saes, a dominação lusitana exercida sobre o Brasil não era resultado de uma imposição unilateral da metrópole. Havia cumplicidade, colaboração e conformação de objetivos entre as classes dominadoras da metrópole e da colônia representadas no *Pacto Colonial*. Possivelmente, os portugueses natos desfrutavam de alguns privilégios sob seus homólogos nascidos no Brasil, devido à sua condição metropolitana, sem que tais

⁹⁶ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. pp. 99-100

⁹⁷ Id. ib. p. 133; Cf. MAESTRI, Mário. *Breve história da África Negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

⁹⁸ Cf. DOWBOR, *A formação [...]*. Op. Cit. p. 47, 50

distinções se estendessem aos privilégios de propriedade, determinantes naquela sociedade.⁹⁹

3.3.4 A mineração e a acumulação primitiva de capitais

Os primeiros achados auríferos no Brasil datam do século 17, então na imensa capitania de São Vicente, atual estado de São Paulo. Tiveram apenas expressão marginal. Em 1696, no contexto da retomada da procura das minas, devido à regressão da produção açucareira, foram encontrados os primeiros depósitos auríferos naquela região, no atual território do estado de Minas Gerais. De acordo com Caio Prado Jr., “os achados depois se multiplicaram sem interrupção até meados do século XVIII, quando a mineração do ouro atinge no Brasil sua maior área de expansão geográfica, e alcança o mais alto nível de produtividade”. Para o autor, desde o início as atividades mineradoras foram rigorosamente controladas pela coroa portuguesa. A quinta parte de todo o ouro produzido estava reservada, como tributação.¹⁰⁰

Em cada capitania que se descobrisse ouro, era organizada uma Intendência de Minas, subordinada apenas ao governo lisboeta. A cada jazida descoberta, devia-se comunicar a intendência. As omissões eram punidas severamente. Após, determinados funcionários do governo dirigiam-se ao local para fazer “a demarcação dos terrenos auríferos, e em dia e hora marcados e previamente anunciados, realizava-se a distribuição entre os mineradores presentes”. Prosseguindo a explicação, Prado Jr. afirma que “a distribuição se fazia por sorte e proporcionalmente ao número de escravos com que cada pretendente se apresentava [...]” Mas, antes “o descobridor da jazida tinha o direito de escolher livremente sua [propriedade] [...]”. Depois dele, a Fazenda Real reservava uma propriedade para si. A Coroa portuguesa fixou um tributo anual aos mineradores de “100 arrôbas (cerca de 1.500 quilos)”.¹⁰¹

A mineração teve um papel importante na formação econômica e social da colônia. Durante setenta e cinco anos o ouro brasileiro dominou as atenções do reino português. Produziu uma grande onda migratória para as minas, que povoou esparsamente

⁹⁹ Cf. SAES, *A formação [...]*. Op. Cit. pp. 90-91

¹⁰⁰ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 57

¹⁰¹ Id.ib. p. 57, 59

um território de aproximadamente dois milhões km². Também permitiu a acumulação primitiva de capitais, deslocando o centro econômico do Nordeste para o Centro-sul. Para Caio Prado, “todas as demais atividades entrarão em decadência [...]”. O próprio açúcar, outrora considerado o “nervo econômico da colonização e sua própria razão de ser, é desprezado.” Em verdade, a crise açucareira antecederá e, de certo modo, ensejara a produção mineradora, ao procurar atividade em que a mão de obra escravizada disponível pudesse ser aplicada produtivamente. Criou-se um embrião do desenvolvimento interiorizado nas capitanias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A capital da colônia foi transferida de Salvador, na Bahia, para a cidade do Rio de Janeiro.¹⁰²

Constituiu-se um mercado interno regional para suprir as demandas alimentares das áreas auríferas, as quais estimularam a dinamização da economia local. Estas atividades influenciaram a produção e o mercado de exportação. Escassearam a oferta de trabalhadores cativados e os víveres ao ponto da administração do Reino Português intervir, em 1785. Celso Furtado assinala que após o declínio da produção, a economia mineira adquiriu formas de subsistência. Os empresários que insistiram em manter suas explorações consumiram todos os seus capitais. Nas palavras de Furtado, “todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência”. Conseqüentemente, produziu-se um grande excedente de mão-de-obra.

103

¹⁰² PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 56, 64

¹⁰³ Cf. DOWBOR, *A formação [...]*. Op. Cit. p. 50-57; FURTADO, *Formação [...]*. Op. Cit. p. 84

4 ECONOMIA MONOCULTORA E CAPITALISMO NO CAMPO

A independência política do Brasil, em 1822, a crise estrutural do escravismo a partir de 1850, a Revolução Abolicionista, em 1888, e a criação da república, em 1889, foram pesquisados por historiadores marxistas, em diferentes períodos. O eixo central dos debates foi a condição de submissão ao imperialismo desde a criação do império, até a crise sistêmica de 1929.

De acordo com Caio Prado Jr., a era colonial terminou, no Brasil, em 1808, com a transferência da família real de Lisboa para o Rio de Janeiro. Com a invasão das tropas napoleônicas a Portugal, naquele ano, o Brasil tornou-se sede provisória da corte e da administração do império lusitano. Conseqüentemente, os portos foram liberados do monopólio do comércio português. “Destruía-se assim, de um golpe, a base essencial em que assentava o domínio colonial português”. Nesse fato histórico, o autor identificou os primórdios da dívida externa do Estado brasileiro. As necessidades de consumo da corte superavam a capacidade de produção do Brasil, mantendo o comércio deficitário. Para resolver esse problema, recorreu-se aos empréstimos públicos, financiados pelo capital estrangeiro. Fora apenas uma “solução provisória que de fato ia agravando o mal para o futuro, pois significava novos pagamentos sob a forma de juros, dividendos, amortizações [...]”.¹⁰⁴

Em 1822, o Brasil tornou-se politicamente independente do reino português. Foi organizado em um Estado unificado por um poder monárquico centralizado. Décio Saes propõe que ainda era significativa a presença de portugueses sensíveis ao projeto de reestruturação do império colonial. Sobretudo, na burocracia civil e na alta oficialidade do Exército. Estes focos de resistência foram derrotados somente em 1831, culminando com a Abdicação do imperador português do Brasil, dom Pedro I.¹⁰⁵

Complementando o pensamento de Prado Jr., o economista Celso Furtado afirmou que a forma como ocorreu a independência política do Brasil causou grandes repercussões no seu desenvolvimento posterior. “Transferindo-se o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa [...], os privilégios econômicos que se beneficiava a Inglaterra em Portugal transferiram-se automaticamente para o Brasil independente”. Na opinião desse

¹⁰⁴ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 127, 133

¹⁰⁵ Cf. SAES, *A formação [...]*. Op. Cit. p. 99. Sobre a Independência do Brasil consultar, entre outros: MOTA, Carlos Guilherme; NOVAIS, Fernando. *A Independência Política do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

autor, se a independência constituiu uma operação simples, do aspecto militar, “[...] do ponto de vista diplomático exigiu um grande esforço”. Caso a Inglaterra interpretasse a independência como uma agressão a Portugal, estava obrigada a socorrer seu aliado. No entanto, as reclamações feitas pelos lusitanos em Londres foram infrutíferas. “O que importava [para os ingleses] era garantir junto ao novo governo brasileiro a continuidade dos privilégios conseguidos sobre a colônia”.¹⁰⁶

Nesse período, a formação social no Brasil era composta por dois *grupos de classes* sociais dominantes. Os *escravistas* eram proprietários de cativos rurais, urbanos e de ganho. Os fazendeiros eram a classe dominante fundamental. Das classes não-escravistas, *superiores, médias e baixas*, faziam parte banqueiros, comerciantes, plantadores, etc., dependentes da organização social escravista. Os membros das classes dominadoras convergiam em relação à manutenção da ordem escravista. Saes elaborou uma análise detalhada das orientações políticas que estas classes sociais seguiram e identificou a defesa de interesses individuais ou de classe, da manutenção ou extinção do escravismo.¹⁰⁷

4.1 Contradições teóricas de Caio Prado Jr.

Na segunda metade do século 18, a agricultura voltou a ocupar a posição dominante na economia. Na opinião de Caio Prado Jr., essa expansão ocorreu, sobretudo, devido ao “desenvolvimento considerável da população européia no correr do século XVIII [...] e o aumento das atividades econômicas e relações comerciais em todo o mundo”. O algodão foi um terceiro motivador do desenvolvimento da agricultura do Brasil no período. Os progressos técnicos do século 18 permitiram quase totalmente o seu aproveitamento. A cultura algodoeira difundiu-se largamente pelo território colonial. Estendeu-se “desde o extremo norte [...], até o planalto dos Campos-Gerais (atual Estado do Paraná) [...]”.¹⁰⁸

Para o autor, o sucesso desta cultura restringiu-se a uma euforia momentânea, chegando a equiparar-se aos grandes produtores mundiais da fibra. Desde o início do

¹⁰⁶ FURTADO, *Formação [...]*. Op. Cit. p. 36, 37

¹⁰⁷ Cf. SAES, *A formação [...]*. Op. Cit. p. 194.

¹⁰⁸ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. pp. 79-80, 82

século 19, houve um contínuo declínio dos preços, “conseqüência sobretudo do considerável aumento da produção norte-americana e do aperfeiçoamento da técnica que o Brasil não acompanhou [...]”. Conseqüentemente, a “área algodoeira vai-se restringindo; e estabilizar-se-á com índices muito baixos, em dois ou três pontos apenas”. Caio Prado Jr. propõe que o desenvolvimento ocorreu na faixa litorânea e indicou a tendência da decadência nordestina, sobretudo em função das secas, e o destaque da pecuária sul-riograndense. Em sua opinião, “o desenvolvimento da agricultura no período que temos em vista, embora bastante considerável, é muito mais quantitativo que qualitativo”.¹⁰⁹

Caio Prado teceu duras críticas aos processos produtivos rudimentares da agricultura colonial, no Brasil. Principalmente, na relação dos produtores com a terra e na estagnação tecnológica: queimadas, falta de adubação, de rotatividade dos terrenos, desperdício da energia hidráulica disponível e utilização de equipamentos primitivos. Nas suas palavras, “o responsável por tal estado de coisas é naturalmente o sistema geral de colonização, fundado no trabalho ineficiente e quase sempre semi-bárbaro do escravo africano”. Acreditamos que o autor inverteu os fatores, em sua análise. A questão não é a *eficiência* maior ou menor do trabalhador escravizado. O ato de escravizar era, nesse sentido, a forma de exploração mais produtiva, historicamente disponível no contexto da sociedade colonial, que tinha como um dos seus eixos estruturadores a posse monopólica da terra. Sua afirmação passa a impressão que a *ineficiência* do modo de produção escravista colonial era culpa dos trabalhadores escravizados, quando, realmente, a forma rústica de produção era determinação essencial e necessárias daquelas relações sociais de produção.¹¹⁰

Continuando suas argumentações, Caio Prado comparou o desenvolvimento das colônias estadunidenses, com o Brasil. Atribuiu o retrocesso no Brasil a “natureza do colono português, e sobretudo no regime político e administrativo que a metrópole impôs à sua colônia”. Prado Jr. ainda reclamou da instrução escolar deficiente aplicada na colônia, implantada em 1776. Escreveu: as escolas “funcionavam ao deus-dará, com professores mal pagos, alunos indisciplinados e aulas desorganizadas. O nível cultural da colônia era da mais baixa e crassa ignorância”. Além disso, “os poucos expoentes que se destacavam pairam num outro mundo, ignorados por um país que não os podia compreender. E sobre

¹⁰⁹ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. pp. 82, 87

¹¹⁰ Id.ib. p. 90

tudo isso pesava um administração mesquinha, ciosa unicamente dos rendimentos do fisco [...]”.¹¹¹

Em nossa opinião, os dois últimos parágrafos podem ser classificados como exagerados e anacrônicos. Atribuir à rusticidade do Brasil e de sua educação institucional à natureza dos colonos portugueses, e não à sua organização escravista colonial, constituiu um equívoco preconceituoso, e, talvez, um revanchismo nacionalista. De qualquer forma, Caio Prado retomou as argumentações culturalistas, sem fundamento científico. Quanto ao regime político e administrativo colonial, torna-se dispensável discutir seus objetivos: extrair riqueza e beneficiar-se com o monopólio comercial, através de exploração escravista dessas regiões. O Brasil era uma colônia escravista colonial de exploração, que constituía com dificuldade mercado e produção interna, precisamente devido ao seu caráter colonial, ou seja, sua dependência ao mercado externo. A inversão desse processo daria-se na história, segundo o jogo contraditório de determinações internas e externas.

Ao reclamar da educação deficiente na colônia, o autor desprende sua análise da realidade histórica. Afinal, qual seria o sentido da Coroa portuguesa em desembolsar recursos com a educação de uma massa de cativados, realidade em contradição essencial política, econômica e socialmente com a função dos mesmos. Ou, com os membros das classes de trabalhadores livres dependentes, inseridos em um processo produtivo e social que não exigia uma formação mais avançada, devido, como já proposto, sua organização escravista e colonial? Em relação ao nível cultural da população, com exceção das classes dominadoras (com restrições), o que esperar de uma massa submetida ao jugo da escravidão? Os cativados deveriam declamar Camões sob o estalar das chibatadas? Quando se referiu à colônia, utilizando o termo país, novamente equivocou-se. O Brasil colonial constituía-se por regiões quase sem identificação entre si, apenas submetidas ao jugo político lusitano.¹¹²

Prosseguindo sua análise da mão-de-obra na colônia, Prado Jr. propõe que na segunda metade do século 19, a produção monocultora exportadora recebeu um duro golpe. A partir de 1850, sobretudo pelas pressões inglesas, foi extinto o tráfico transoceânico de africanos. Sua supressão teria gerado uma grave crise sistêmica. Houve a diminuição gradativa dos plantéis no Brasil, devido à alta taxa de mortalidade e taxa

¹¹¹ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 91

¹¹² Cf. MAESTRI, Mário. A escravidão e a gênese do Estado nacional brasileiro. In: ANDRADE, Manuel Correia de. [Org.] *Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX*. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2001, pp. 49-77.

negativa de reposição. A produção teria despencado e os preços de compra dos trabalhadores escravizados subiram vertiginosamente.¹¹³

As classes dominadoras teriam ficado politicamente desorganizadas. Em 1889, o Estado escravista brasileiro ruiu sob as suas contradições internas e externas. Os militares dominaram vários ramos do aparelho governamental até 1894. “Mas, os fatos citados exigem, além disso, o reconhecimento de que aquele movimento não foi um mero *golpe militar* assistido por classes sociais *indiferentes* aos destinos da monarquia e do Estado escravista”.¹¹⁴

Nesse ponto, a reconstrução histórica de Caio Prado não se mantém. O fim do tráfico transatlântico fortalece a acumulação interna, com o centro em São Paulo, e a indústria cafeeicultora escravista mantém sua hegemonia, apesar do entrave ao seu desenvolvimento que já constituía a produção escravista, como magistralmente demonstrado por Emília Viotti da Costa, em *Da senzala à colônia*.¹¹⁵

Em nossa opinião, Caio Prado Jr. jamais centrou o eixo de sua interpretação nas contradições postas pelas classes sociais escravizadas. Na sua definição, “os escravos, apesar de sua massa que representa cêrca de um têrço da população total, não terão neste processo [...] um papel ativo e de vanguarda”. Prosseguindo a exposição da sua idéia, o autor propõe que os cativados participaram “débilmente de alguns movimentos [...]”. Trata-se de afirmações de maior gravidade considerando a concepção marxista reivindicada pelo autor na sua obra. O processo ativo e de vanguarda dos trabalhadores escravizados deu-se, inicialmente, no que se refere à produção, que determinaram, profundamente, por terem sido o pilar essencial. Como já assinalado, o caráter da sociedade colonial, nos seus mais determinantes aspectos, foi sempre determinado pelo caráter escravista da produção. Jacob Gorender, em *O escravismo colonial*, considerou o fim do modo de produção escravista colonial a *única revolução social* ocorrida no Brasil.¹¹⁶

O historiador rio-grandense Mário Maestri defende a tese da resistência servil por meio da fuga, do justicamento dos escravizadores, de insurreições, etc. “A sabotagem dos instrumentos de trabalho e das instalações produtivas, a encenação de uma enfermidade, o autoferimento etc. serviam para interromper [...] uma atividade exaustiva”. Segundo o autor, embora os fatores estruturais do escravismo impedissem a organização política,

¹¹³ Cf. PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 152

¹¹⁴ SAES, *A formação [...]*. Op. Cit. p. 317

¹¹⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2 ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982.

¹¹⁶ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 142

“para o cativo, objetiva e subjetivamente, o caminho mais fácil e seguro para a liberdade era a fuga”. Certamente não podemos reduzir a ação dos escravizados à simples submissão e passividade e, mesmo quando há submissão, a própria forma como ela se dá determinada profundamente a própria produção. Prado Jr. ainda enveredou-se em um emaranhado de contradições históricas e teóricas, tentando justificar o marasmo que via entre os cativados. Nos fatos, analisava o trabalhador escravizado como parte da ordem mercantil-capitalista, o que produzia paradoxos analíticos insolúveis que cria nascerem da realidade objetiva discutida.¹¹⁷

Caio Prado Júnior atribui a inatividade política da população escravizada como uma de suas importantes características objetivas, oriunda da africanização tendencial (renovação incessante) da população escravizada, até 1850. Nas suas palavras, “isto se deve sobretudo ao tráfico africano, que despejando continuamente no país [...] novas e novas levas de africanos de baixo nível cultural, ignorantes ainda da língua e inteiramente desambientados [...]”. Conforme o autor, tudo isso “neutralizava a ação dos escravos já radicados no país e por isso mais capazes de atitudes políticas coerentes”.¹¹⁸

Ainda que tal fenômeno fosse uma característica essencial da economia escravista até 1850, como apenas destacado, esse fenômeno *determinou* e não anulou a resistência escravista. Ainda que tenha fragilizado os trabalhadores escravizados, individualmente e como um todo, e isso é indiscutível, diante dos escravizadores, ao dificultar a ladinização da população escravizada, elemento que tendia a fortalecer as formas mais *políticas* de luta contra a escravidão. Por outro lado, sabemos que *todo* o tráfico provinha da África e cessou em 1850, trinta e nove anos antes da Revolução Abolicionista (1889). Foi tempo necessário para a maioria dos cativados aprender a língua falada no Brasil, em processo definido como *ladinização* geral. Ao atribuir para os africanos um baixo nível cultural, o autor ignorou qualquer análise científica sobre o nível de desenvolvimento histórico-social dos povos africanos. Simplesmente comparou-os com as formações sociais européias ocidentais.¹¹⁹

Em relação ao seu comentário sobre “atitudes políticas coerentes”, ao autor ignorou as imensas dificuldades em constituir ou participar de um movimento social, ou

¹¹⁷ MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006. p. 127, 129, 165, 166

¹¹⁸ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 142

¹¹⁹ Sobre a resistência da escravaria no Brasil consultar: GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução*. São Paulo: Global, 1983; FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978; MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: Quilombos insurreições guerrilhas*. 3 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

melhor, político, de transgressão da ordem estabelecida, estando sob o jugo da chibata e marginalizado socialmente. Da mesma forma, estando sob uma vigilância constante, uma carga de trabalho exaustiva e um modo de vida que dificultava tendencialmente a própria procriação. No fundamental, não compreendeu as formas específicas e próprias à resistência dos cativos, em modo de produção diverso ao capitalista.

4.2 Teorias sobre a existência do modo de produção feudal no Brasil

Outras obras historiográficas complementaram o rol de conclusões alternativas sobre o passado do Brasil. O escritor alagoano Alberto Passos Guimarães (1908-1993) defendeu a existência de uma formação social feudal, a partir da transplantação da sociedade mercantil portuguesa para o Brasil. Sua argumentação fundamentou-se nos rumos que essa formação social tomou, na colônia, devido às condições existenciais objetivas. Para viabilizar a produção exportadora da empresa colonial, os portugueses recorreram “a instituições políticas e jurídicas [...] atrasadas e opressivas”.¹²⁰

Guimarães identificou corretamente a hegemonia econômica do *capital comercial* na constituição das relações de produção, porém, equivocou-se ao contextualizá-lo. Para o autor, na colônia, essa categoria sociológica não desfrutou da “mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais de economia mercantil [...]”. Portanto, “teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituído na América Portuguesa”.¹²¹

Em nossa opinião, a principal contradição na teoria de Alberto Passos Guimarães foi separar a metrópole e a colônia do mesmo processo histórico de expansão comercial e produtiva. O mesmo capital comercial que desenvolveu a expansão da sociedade lusitana predominava nas relações econômicas coloniais, integradas ao nascente comércio mundial. A diferença fundamental residia na sua *função*, em cada local. Na metrópole, absorviam-se os lucros e dirigia-se o processo produtivo, na sua singularidade. Na colônia, produzia-se para exportar, conforme os interesses lusos. A sociedade colonial estava condicionada à “área de produção”.

¹²⁰ GUIMARÃES, *Quatro [...]*. Op. Cit. p. 22

¹²¹ Id.ib. p. 22

Guimarães incorreu a outras duas contradições: a titulação nobiliárquica não significava, somente por si, poder político e econômico. Apenas *status* aos membros das classes dominadoras. Já o poder feudal, sequer existiu. Desde o início da ocupação, a sociedade voltou-se ao comércio, através da utilização de mão-de-obra escravizada, em terras de caráter alodial, ou seja, plenamente sujeitas à eventual mercantilização, categorias sociológicas estranhas ao feudalismo europeu ocidental, citado pelo autor.

Segundo o autor, o resultado dessa transição foi uma regressão no regime econômico e social da colônia, embora o autor tenha uma opinião conservadora da história. Nas suas palavras, “para que assim acontecesse, a classe senhorial, despojada ali de seus recursos materiais, empenhou-se a fundo na tarefa de fazer girar em sentido inverso a roda da história, embalada pelo sonho de ver reconstituído o seu passado”. O autor continua a descrição saudosista, romântica, fundamentada apenas na existência do latifúndio, sem relação com a economia colonial. “A grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico [...] com vassalos e servos a produzirem [...] tudo o que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio”.¹²²

Ao afirmar a intenção da fidalguia lusitana de restabelecer o “feudalismo clássico” na colônia, Guimarães ignorou novamente o caráter mercantil e escravista da ocupação colonial – onde dominava o trabalho escravizado, e não servil, e a produção para o mercado, e não para a subsistência. Mesmo que entre alguns expoentes do feudalismo houvesse a intenção de retomar a condição feudal, tratava-se de uma visão social decadente. Do mesmo modo, os donatários das capitâneas hereditárias ocuparam as terras para produzir gêneros destinados à exportação, e não para restabelecer latifúndios intermináveis, voltados ao deleite do senhor feudal absoluto. Além disso, o autor ignorou as diferenças entre o direito feudal e o direito escravista mercantil, entre as condições objetivas da colônia e da metrópole. Entre o fator comercial, as relações de trabalho familiares do campesinato feudal e as relações escravistas e de produção e os objetivos da ocupação.

A explicação de Passos Guimarães carece de fundamento empírico. Em sua análise do feudalismo colonial, sequer citou a existência do trabalho escravizado de nativos e africanos, base do sistema produtivo por mais de trezentos anos! Da mesma forma, ignorou o caráter alodial da propriedade da terra no escravismo. Em determinado trecho da obra, o autor utilizou-se de uma visão medievalista e apologética para lamentar a rebeldia

¹²² GUIMARÃES, *Quatro [...]*. Op. Cit. p. 23

da mão-de-obra nativa ao cativo (sic!) e o fracasso das primeiras empresas coloniais. Nas suas palavras, “onde não havia o servo da gleba a produzir renda com seus braços, seus animais e instrumentos de trabalho próprios, e onde a mão-de-obra nativa se mostrava cada vez mais rebelde e reagia violentamente [...] contra o cativo [...]” a exploração agrícola exigia “[...] outros recursos de que a nobreza não dispunha”. O capital-dinheiro.¹²³

Desde o início da ocupação, fora necessário ter posse de capitais monetários, pois a riqueza proveniente da exploração colonial escravista originava-se da produção e do comércio, e não da simples propriedade de latifúndios e acúmulos de provisões para consumo interno. Nem havia espaço para o servo da gleba, pois sequer havia gleba como espaço produtivo. A economia escravista era mantida pelo trabalho escravizado nas grandes plantagens. E uma pequena parcela de sitiantes independentes abastecia uma parte dos mercados internos regionais.

Em nossa opinião, Alberto Passos Guimarães transformou o surgimento do modo de produção escravista colonial no Brasil, em uma extensão da formação social e do feudalismo português. Conforme o resumo sintético e objetivo de Gorender, o enfoque metodológico de Passos Guimarães priorizou a grande propriedade de terra. Após afirmar “a essência feudal do sistema latifundiário brasileiro’ [...], adota procedimentos de justaposição mecânica ou, falando vulgarmente, de ‘colagem’: apega relações econômicas escravistas à essência feudal.”¹²⁴

Um dos primeiros intelectuais brasileiros a refutar a existência do feudalismo no Brasil, foi Roberto Simonsen. Em sua opinião, “sob o ponto de vista econômico, que não deixa de ser básico em qualquer empreendimento colonial, não me parece razoável a assemelhação desse sistema ao feudalismo”. Do mesmo modo, “o fito de lucro era a causa primordial da vinda para o Brasil. Pedreiros, carpinteiros, mecânicos e demais artífices procuraram ganhar para formar o seu pecúlio”. Uma interpretação de muita larga difusão e importância, nas décadas posteriores, nas ciências sociais brasileiras e latino-americanas.¹²⁵

No entanto, a própria crítica historiográfica de Simonsen incidiu a outro deslize teórico. Considerou a dominação colonial um modo de produção *autenticamente capitalista*. Provavelmente, confundiu-se ao analisar a acumulação *mercantil* de capitais provenientes do capitalismo, ou seja, acumulação ampliada de capital através da exploração produtiva do capital. Simonsen viu capitalismo onde havia apenas acumulação

¹²³ GUIMARÃES, *Quatro [...]*. Op. Cit. p. 23

¹²⁴ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. p. 282

¹²⁵ SIMONSEN, *História [...]*. Op. Cit. pp. 81-82

de capital. Escreveu: “Na verdade, Portugal, em 1500, já não vivia sob o regime feudal. D. Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólio internacional [...], é um autêntico capitalista”.¹²⁶

No mesmo trecho de *História econômica do Brasil (1500/1820)*, exagerou na dose de *voluntarismo nacionalista* atribuído aos “vassallos” do soberano português. Em sua opinião, os donatários “não fazem a conquista como os cavaleiros da idade média. Procuram engrandecer e enriquecer o país. Querem que Portugal seja uma potência”. Da mesma forma, embaralhou os contextos históricos de um Portugal quinhentista e um Império Britânico oitocentista. Segundo a sua descrição, os portugueses “conquistaram as Índias com o mesmo espírito com que, mais tarde, os ingleses vieram a constituir o grande Império Britânico”.¹²⁷

Mais tarde, Caio Prado Júnior também descartou a possibilidade de um passado feudal no Brasil, no central pelas mesmas razões: “No seu conjunto [...] e vista do plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria [...]”. “[...] mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”. Entretanto, essa visão da colonização como empresa comercial, levou o autor a uma interpretação economicista que negou ter se originado da escravidão um modo de produção singular. Na opinião de Jacob Gorender, “a conversão do patriarca em empresário não nos liberta do unilateralismo metodológico”.¹²⁸

4.3 A gestão da economia cafeeira

No Brasil, a cultura do café iniciou-se em 1727, mas desenvolveu-se somente no século 19, a partir dos anos 1820. Segundo Caio Prado Jr., os primeiros cafezais foram plantados próximos da cidade do Rio de Janeiro, nos vales da região serrana. “As matas da Tijuca, hoje um dos mais importantes e aprazíveis arrabaldes da ex-capital, já foram cafezais”. Muitos homens que haviam acumulado capitais no comércio e transporte de café

¹²⁶ SIMONSEN, *História [...]*. Op. Cit. p. 82

¹²⁷ Id.ib. p. 82

¹²⁸ GORENDER, *O escravismo [...]*. Op. Cit. p. 283 *apud* PRADO JR, *Formação [...]*. Op. Cit. p. 25, 285.

e outros produtos “passaram a interessar-se pela produção deste, vindo a constituir a vanguarda da expansão cafeeira”.¹²⁹

Mas, conforme a definição de Caio Prado, estas plantações eram apenas o princípio. As primeiras grandes lavouras surgiram no Vale do Paraíba fluminense e, a seguir, paulista. “Até o terceiro quartel do século passado, tôda esta área que abrange a bacia do Paraíba e regiões adjacentes será o centro por excelência da produção cafeeira do Brasil”. A exploração predatória do solo determinou a diminuição gradual da produção, até o seu volume total atingir a insignificância quantitativa. Prado Jr. assinala que, em substituição dessa região, os cultivos foram transplantados para o oeste paulista. “Estendida para além das serras do Mar e da Mantiqueira, [...] formam os cordões montanhosos que separam o litoral do altiplano interior, apresenta-se com uma topografia em geral unida e apenas ondulada”. Gradualmente, a marcha do café ocupou o extremo-oeste paulista, até praticamente meados do século 20.¹³⁰

Prado Jr. propõe que o cultivo de café encontrou no centro-sul do país as condições próximas do ideal. “Além de grandes reservas de terras virgens e inexploradas com solos magníficos, um clima que não lhe podia ser mais favorável: temperaturas amenas, pluviosidade bem distribuída”.¹³¹

O economista Ladislau Dowbor lembra que a produção cafeeira recebeu um impulso modernizador, na segunda metade do século 19, termo profundamente impertinente, já que não houve, jamais, avanço substancial no que se referem às relações sociais de produção e forças produtivas materiais envolvidas no processo. No Rio de Janeiro, então capital imperial, foi fundado o Banco Rural Hipotecário, houve a refundação do Banco do Brasil e foi criada a primeira linha ferroviária do país. A nova infraestrutura instalada na época atendia as necessidades da produção escravista, garantindo sua perpetuação relativa. Os investimentos foram possibilitados, sobretudo, pelo financiamento externo, principalmente inglês.¹³²

Em 1889, a Proclamação da República ocorreu em um contexto de expansão do capitalismo em vários países. Prado Jr. utilizou-se do exagero, ao considerar que o liberalismo econômico “[...] proporcionava a todos os países e povos da terra uma igual e eqüitativa oportunidade comercial”. Referindo-se ao Brasil, afirmou que “a solução do problema da mão-de-obra, [...] fôra completa: de um lado, pela abolição da escravidão se

¹²⁹ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 161

¹³⁰ Id.ib. p. 162, 164

¹³¹ Id.ib. p. 161

¹³² Cf. DOWBOR, *A formação [...]*. Op. Cit. p. 87

removera o obstáculo oposto ao trabalho livre; doutro, pela imigração subvencionada [...]”¹³³.

Os comentários do autor fundamentaram-se em ideais abstratos, ou em fatos isolados, que valorizam uma pseudo-modernidade capitalista, ignorando a totalidade histórica. A imigração e a simples liberação dos cativados resolveram o problema da escassez de mão-de-obra, no contexto de uma organização social produtiva agro-exportadora rústica, que não superava a situação semi-colonial. Da mesma forma, Prado Jr. considerou que o contraste entre o regime republicano e o império podia ser avaliado pela atitude do homem de negócios.

Escreveu: “No império, êle não representa senão figura de segundo plano, malvista aliás e de pequena consideração. A República levá-lo-á para uma posição central e culminante”. Noutras palavras, ele eleva a categoria *empresário* para uma posição dominante no período republicano, partindo apenas de uma teoria sem fundamento científico ou fatural. Assemelhou-se a uma análise weberiana. No frígido dos ovos, para ele, o demiurgo da formação social do Brasil é o *empresário cafeeiro rural*, o proprietário e explorador hegemônico na pós-Abolição – e não o trabalhador explorado. Fenômeno que o coloca, apesar da auto-definição marxista, como apologista das classes dominantes, sobretudo na versão paulista.

Jacob Gorender escapou desta solução abstrata. Em sua opinião, o fim do escravismo não tornou o Brasil um país capitalista de imediato. A nascente indústria caracterizava-se pela produção de bens de consumo não-duráveis, alimentos e tecidos e pela abrangência regionalizada. Porém, a exportação de produtos primários ainda prevalecia sobre os outros setores da economia, com destaque para o café de Minas Gerais e São Paulo.

4.3.1 Crises econômicas e superprodução de café

No final do século 19 a economia brasileira foi marcada pela superprodução cafeeira e por virulentas crises econômicas. Celso Furtado assinala que o Brasil controlou cerca de $\frac{3}{4}$ da produção mundial. Fato que lhe permitiu manipular a oferta do produto no

¹³³ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 207

mercado. No entanto, essa rentabilidade financeira da atividade cafeeira, que gerou enormes excedentes financeiros, concorria, sobretudo, com a baixa dos preços internacionais. Segundo João Cardoso de Mello, para não afetar drasticamente a taxa de rentabilidade da produção, o governo federal adotou a desvalorização cambial sistemática, proporcionando um vigoroso crescimento da “economia cafeeira [...] entre 1886 e 1898”. A produção média subiu de “5,2 milhões de sacas entre 1886/7 e 1890/1, para 6,5 milhões entre 1891/2, atingindo 11,4 milhões entre 1896/7 e 1902/3”. Um processo certamente nascido da superação do impasse posto pela organização escravista a essa produção, na pré-Abolição.¹³⁴

Na opinião de Furtado, essa solução mostrou-se insustentável. “Os estoques de café, que se avolumam ano a ano, pesam sobre os preços, provocando uma perda permanente de renda para os produtores e para o país”. As propostas para limitar a quantidade de sacas de café no mercado ganharam força, culminando com o *Convênio de Taubaté*, em 1906. Definiram-se “as bases do que se chamaria política de ‘valorização’ do produto”. Consistia, basicamente, na intervenção governamental no mercado, para comprar os excedentes e restabelecer o equilíbrio entre a oferta e a procura. O governo federal financiaria estas compras por meio de empréstimos estrangeiros e seria reembolsado através da criação de um novo imposto, cobrado sobre cada saca de café comercializada. Para resolver o problema em longo prazo, os governos estaduais deveriam desencorajar a produção de café.¹³⁵

De acordo com o autor, o plano concebido pelos cafeicultores foi bem elaborado, no entanto, “deixava aberto um lado do problema”. A manutenção dos preços elevados mantinha os lucros atrativos, estimulando o crescimento da produção e gerando um cenário de desequilíbrio. Nas palavras de Furtado, “era perfeitamente óbvio que os estoques que se estavam acumulando não tinham nenhuma possibilidade de ser utilizados economicamente num futuro previsível”. Noutras palavras, retirava-se do mercado, através da compra estatal, uma quantidade significativa de sacas, para gerar o aumento internacional dos preços. O auge das valorizações ocorreu entre 1889 e 1892. Foi o que Jacob Gorender denominou de “uma loucura juvenil” e uma “febre de alta temperatura”.¹³⁶

João Cardoso de Mello compartilhou da mesma opinião de Gorender, ao considerar o efeito efêmero destas medidas. Desequilibraram-se as relações entre os

¹³⁴ MELLO, *O capitalismo [...]*. Op. Cit. p. 123; FURTADO, *Formação [...]*. Op. Cit. p. 178

¹³⁵ FURTADO, *Formação [...]*. Op. Cit. p. 178-179

¹³⁶ Id. ib. pp. 180-182; GORENDER, *A burguesia [...]*. Op. Cit. p. 26

produtores e exportadores de café, com outros setores produtivos da economia e com as classes trabalhadoras, sobretudo urbanas. “Isto quer dizer, simplesmente, que as desvalorizações cambiais encareceram elementos que integravam tanto o custos dos meios de produção quanto o custo da reprodução da força de trabalho”. O autor prossegue: “Há que tomar em conta, ainda, as relações entre as desvalorizações cambiais e as finanças públicas que [...] estavam assentadas na tributação aos fluxos de comércio exterior, cabendo à união o poder de tributar sobre as importações e, aos estados, o imposto às exportações”. Encaminhava-se o Estado á bancarrota financeira.¹³⁷

Nas palavras de Nelson Werneck Sodré, no início dos anos 1900, o governo de Campos Salles fora um cataclismo tributário para o Brasil. Pois, correspondia “à paralisação do surto industrial, à submissão inteira das atividades à economia exportadora, à obediência aos interesses do imperialismo, a que se abria o mercado interno, inteiramente desprotegido”. O autor ilustrou a afirmação, demonstrando o crescimento da dívida externa, de trinta milhões em 1890, para noventa milhões em 1910. Em sua opinião, numa percepção da economia internacional e da ação nociva do imperialismo, a crise de 1898 foi “o grande negócio da finança internacional”. Consolidou a dependência do Brasil aos países imperialistas. A entrada “de capitais estrangeiros, grandes para a época, dariam um aparente sinal de euforia numa estrutura de produção que, na verdade, se depauperava”.¹³⁸

No início do século 20, devido às baixas cotações internacionais do café, foi organizada o *Convênio de Taubaté*, em 1906, conforme citado. Por meio de financiamentos obtidos em bancos estrangeiros, decidiu-se que parte da produção seria estocada, restringindo a quantidade de produtos no mercado e valorizando-o. Ao mesmo tempo, criou-se um imposto para coibir as plantações de novos cafeeiros, o que não impedia a expansão da produção internacional do produto. Gorender assinala que estas medidas obtiveram sucesso *imediate* e geraram vultosos excedentes líquidos, que não foram reaplicados nos cafezais. Direcionou-se para as indústrias por meio de linhas de crédito nos bancos. Em 1919, “o Estado de São Paulo já representava 33,1% da produção industrial nacional, em contraste com 22,4% da Capital Federal e 6,1% do Estado do Rio”.¹³⁹

Após 1926, utilizando-se da posição de maior exportador mundial, o Brasil executou uma manobra especulativa para melhorar os preços. “Mas o resultado seria o

¹³⁷ MELLO, *O capitalismo [...]*. Op. Cit. p. 129

¹³⁸ SODRÉ, *Formação [...]*. Op. Cit. pp. 208-209.

¹³⁹ GORENDER, *A burguesia [...]*. Op. Cit. p. 35, 36

acúmulo de estoques retidos e que se avolumavam cada vez mais. Situação que se ia agravando de ano para no porque os altos preços estimulavam grandemente a produção”, também no exterior. O fim do ciclo hegemônico do café, que jamais deixou de ter importância, mesmo decrescente, no balanço comercial do Brasil, foi representado pela quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929 e a conseqüente estagnação do comércio mundial.¹⁴⁰

Ao deflagrar-se a crise mundial de 1929, a produção cafeeira continuava crescendo. Celso Furtado afirma que “a produção máxima seria alcançada em 1933, ou seja, no ponto mais baixo da depressão, como reflexo das grandes plantações de 1927-28”. Tratava-se de uma situação delicada, pois era impossível obter crédito no exterior para reter os estoques. O mercado internacional de capitais estava em profunda depressão financeira. Na Opinião do autor, havia três pontos básicos para resolver o problema. Dever-se-ia decidir se era mais conveniente colher o café ou deixá-lo apodrecer nos arbustos. E, caso fosse colhido, necessitava-se de um destino: “[...] forçar o mercado mundial, retê-lo em estoques ou destruí-lo?”. E, “caso se decidisse estocar ou destruir o produto, como financiar essa operação? Isto é, sôbre quem recairia a carga, caso fosse colhido o café?”.¹⁴¹

Fazia-se necessário evitar que os estoques empatados pressionassem os mercados, baixando ainda mais os preços. Conforme Furtado, devido à impossibilidade de vender os estoques, “a destruição dos excedentes das colheitas se impunha [...] como uma conseqüência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender”. Em última instância, praticava-se a lógica mercadológica absurda da busca incessante pelo lucro individual. Colher o produto para queimar em seguida, com, o objetivo de apenas salvar os proprietários dos cafezais da falência. Nas palavras de Celso Furtado, “são situações que se repetem “na economia de mercados”.¹⁴²

¹⁴⁰ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 235

¹⁴¹ FURTADO, *Formação [...]*. Op. Cit. p.186

¹⁴² Id.ib. p.189

4.3.2 Outras atividades econômicas

Jacob Gorender elaborou uma breve síntese das atividades econômicas complementares e secundárias, no Brasil, desde o Império. Na região *Nordeste*, a agricultura de exportação encontrava-se em declínio desde a segunda metade do século 19. No início dos Novecentos, havia, na Bahia, uma incipiente indústria têxtil, que sucumbiu à concorrência nos anos 1940 e 1950. Em Pernambuco, os usineiros tomaram o controle da economia açucareira e se tornaram a força política decisiva. Contudo, o fraco dinamismo do mercado interno nordestino, tornou a região um fornecedor de mão-de-obra para outras regiões.¹⁴³

No meridião brasileiro, Sobretudo no estado do Rio Grande do Sul e em partes de Santa Catarina, houve os únicos casos da acumulação originária que não se processou a partir da plantagem escravista, mas a partir de colonos pequenos produtores rurais e artesões livres concentrados no nordeste do atual Rio Grande do Sul e meio-oeste do atual estado de Santa Catarina. Este setor demonstrou maior dinamismo do que a produção pastoril-charqueadora escravista, centrada na campanha e nas regiões fronteiriças. No Rio de Janeiro, a antiga capital do país, ocorreu a combinação de uma acumulação de capitais prévia e a existência de um amplo mercado urbano, devido ao seu desenvolvimento como centro bancário, comercial e portuário.¹⁴⁴

Gorender assinala que as relações entre os latifundiários e a nascente burguesia nacional eram *contraditórias e complementares*. Para os burgueses, a agricultura representava o principal mercado consumidor, produzia a maior parte de suas matérias-primas. Também fornecia capitais imprescindíveis à importação de materiais e equipamentos não fabricados no país. Interessava-lhes uma política cambial protecionista e a valorização da moeda brasileira. Por sua vez, os latifundiários proclamavam a vocação agrícola do Brasil. “Repetindo a teoria dos custos comparativos, elaborada pelo economista David Ricardo”, afirmavam que “a vantagem sobre do Brasil consiste em exportar produtos agrícolas, cuja produção lhe sai barato, e importar manufaturados, cuja produção lhe sairia caro”.¹⁴⁵

¹⁴³ GORENDER, *A burguesia [...]*. Op. Cit. pp. 30-31

¹⁴⁴ Id.ib. p. 31

¹⁴⁵ Id.ib. pp. 52-53

A partir dos anos 1900, o Brasil exportou a borracha numa proporção quase igual a do café. Era extraída da seringueira, árvore nativa dos trópicos americanos. Entre 1901 e 1910, foram exportadas uma média anual de 34.500 toneladas. Cerca de 28% da exportação total do país. De acordo com Caio Prado Jr., a extração da borracha caracterizou-se, sobretudo, pelos processos rudimentares. “Consistirá apenas em descobrir a seringueira e suas concentrações na floresta em que se distribui muito irregularmente, e colhê-la a goma”. O regime de exploração das seringueiras seguiu um modelo intensivo e predatório, determinando a escassez das plantas nas bordas da floresta. Necessitou-se, gradualmente, penetrar cada vez mais na floresta.¹⁴⁶

Conforme Prado Jr., “precisamente em 1912 a exportação da borracha brasileira alcança seu máximo com um total de 42.000 toneladas. Daí por diante é o declínio”. Nesse período, surgiu no mercado a concorrência da borracha oriental. Consistia numa ameaça que já vinha de longa data. “Em 1873 e 1876 são levadas do Amazonas para Londres sementes [...], e lá semeadas no jardim botânico de Kew. Transportadas as plantas daí para Ceilão e Cingapura, elas dariam origem às imensas plantações racionalmente conduzidas [...]”. O autor classificou o colapso da produção brasileira de borracha como um “cataclismo arrasador”. O volume de riqueza aplicado na exploração da borracha transformou a Amazônia. “Sua população subiu de 337.000 habitantes em 1872, para 476.000 em 1890, e 1.100.000 em 1906. Em plena selva erguera-se uma cidade moderna [sic], Manaus [...]”.¹⁴⁷

Nos capítulos finais de *História econômica do Brasil*, Caio Prado Jr. elaborou uma breve análise do esgotamento do desenvolvimento baseado na exportação e monocultura. Em sua opinião, as estruturas sociais e econômicas em desenvolvimento no Brasil, até os anos 1930, tornaram patente a necessidade de uma nova base produtiva. Especialmente, “o crescimento da população e elevação do seu padrão de vida, de suas exigências e necessidades”. Da mesma forma, “a abolição da escravidão, em particular, trouxe neste sentido grande contribuição, pois transformou de um golpe quase um milhão de indivíduos [...] em consumidores efetivamente ou pelo menos potencialmente presentes no mercado”. Destaque-se, porém que os cativos já participavam do mercado, através sobretudo de seus gastos contratados pelos escravizadores. Outros fatores determinaram a mudança das estruturas sociais. A imigração de trabalhadores estrangeiros e a evolução

¹⁴⁶ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 237.

¹⁴⁷ Id.ib. p. 239, 240

tecnológica dos transportes. Conforme o autor, caso mantivessem-se as mesmas bases produtivas, existia a “perspectiva de estagnação e decadência [...]”.¹⁴⁸

4.4 Desenvolvimento capitalista no campo

Em *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*, em 1987, o historiador Jacob Gorender investigou, brevemente, a evolução das relações econômicas e sociais após a Revolução Abolicionista, em 1888. Partindo da concepção teórico-metodológica marxista, propõe a existência de três concepções econômicas, históricas e sociológicas sobre o assunto. “A primeira é de que o capitalismo no Brasil se formou a partir do feudalismo, reproduzindo-se aproximadamente o processo europeu, convertido em esquema universal”. Conseqüentemente, haveria resquícios feudais no campo brasileiro, os quais “seriam obstáculo econômicos a institucionais à penetração do capitalismo na agropecuária nacional”. Na esfera política, essa visão defendia a subjunção das classes trabalhadoras à burguesia democrática, para a realização das tarefas democráticas, entre elas, com destaque, a reforma agrária – que interessaria a última –, impulsionando assim o desenvolvimento do capitalismo no campo.¹⁴⁹

Uma segunda teoria defendia a existência do capitalismo, no Brasil, desde o início da dominação lusitana. As decorrências políticas dessa visão é que, tendo sido o Brasil capitalista desde sua origem, o programa da revolução no Brasil seria – e teria sido sempre? – socialista. Conforme Gorender, a compreensão dessa teoria ensejava que “a história do Brasil seria a mera história das mudanças de forma do capitalismo [...]”. Constituiria “a história da ‘purificação’ do capitalismo brasileiro desde o século XVI [...]”. Outra perspectiva historiográfica afirmava que houve, no Brasil, um modo de produção colonial. As obras produzidas a partir desta concepção, “vão [apenas] mudando [...] as formas de dependência, que resultam no chamado capitalismo dependente”. Na definição de Gorender, este “é um conceito historicista, não é um conceito lógico-teórico. Ao menos, não conheço nenhum autor que conseguisse elevar este conceito ao nível lógico-teórico”.¹⁵⁰

¹⁴⁸ PRADO JR., *História [...]*. Op. Cit. p. 288, 289

¹⁴⁹ Cf. GORENDER, *Gênese [...]*. Op. Cit. p. 20

¹⁵⁰ Id.ib. p. 21

Na opinião do autor, a formação do capitalismo no Brasil, inclusive no campo, derivou do *modo de produção escravista colonial*. Uma origem diversa da européia. Essa tese está amplamente desenvolvida em *O escravismo colonial*, de 1978, comentado ao longo deste trabalho. Gorender adverte para a necessidade de evitar uma formulação bastante difundida, segundo a qual “bastou a abolição para surgir o capitalismo no campo, uma vez que os escravos foram substituídos por trabalhadores livres”. Confundem-se as categorias trabalhadores *livres* com trabalhadores *assalariados do tipo capitalista*. Então, “se diz que o colono de café já era um assalariado do tipo capitalista, que o *morador* [...] do nordeste também já era um assalariado capitalista, [...] e se fala [...] da racionalidade empresarial capitalista dos fazendeiros de café do oeste paulista [...]”.¹⁵¹

Continuando a explicação, Gorender sugere que a evolução para o modo de produção capitalista, no campo e nas cidades, apoiou-se na acumulação originária de capital do período escravista colonial. No entanto, no campo, após a Revolução Abolicionista de 1888 “continuou a dominar a plantagem exportadora, sobretudo de café”.¹⁵² Nesse período, o modo de produção capitalista era secundário, subordinado. Na opinião ousada do autor, “na Velha República, não dominou o modo de produção capitalista, pois era um modo de produção subordinado [...]”. “[...] estava, porém, em crescimento e iria dar a linha para o desenvolvimento geral da própria formação social em direção ao capitalismo e não ao feudalismo”. Destaque-se que tal proposta cria as condições para a explicação do domínio político oligárquico na República Velha, definitivamente não burguês.¹⁵³

Concluindo sua crítica, Gorender considera que “falar em feudalismo no Brasil é defender uma tese que não tem fundamento nos fatos empíricos da realidade fatural histórica”. Do mesmo modo, “a acumulação originária de capital [no escravismo colonial] foi fraca, muito mais fraca do que no feudalismo europeu”. Pois, “o senhor feudal estava dispensado da inversão inicial da aquisição de mão-de-obra, [e] não precisava gastar nada para ter a mão-de-obra [...]”.¹⁵⁴

¹⁵¹ GORENDER, *Gênese [...]*. Op. Cit. p. 22

¹⁵² Id.ib. p. 23

¹⁵³ Id.ib. p. 23, 24

¹⁵⁴ Id.ib. p. 25, 28

4.4.1 Formas de propriedade e de remuneração dos trabalhadores rurais

Conforme a interpretação de Gorender, desenvolveram-se dois modos de produção, com duas formas singulares de *propriedade* no campo brasileiro, durante o período escravista. “[...] o modo de produção escravista colonial, com a propriedade latifundiária, e o modo de produção dos pequenos cultivadores não-escravistas [...]”. Após a Revolução Abolicionista, em 1888, a propriedade dos trabalhadores escravizados, extinta, não mais se apresentou como a forma fundamental para o domínio econômico no campo, ainda coração das atividades econômicas. Em seu lugar, dominar a terra significou dominar a economia, organizada a partir de um conjunto de relações de produção não-escravistas e agrícolas. Nesse período, era “impraticável uma remuneração inteiramente monetarizada da mão-de-obra agrícola, sobretudo porque faltava ainda [...] um exército rural de reserva [...]”. Essas categorias sociais de trabalhadores constituíram o que o autor denominou *formas camponesas dependentes*.¹⁵⁵

Gorender ilustrou estas relações de trabalho utilizando os casos do *colono do café paulista* e do *morador nordestino*: “Ambos [...] eram remunerados com uma economia autônoma; ambos recebiam terra para cultivar gêneros de subsistência que consumiam e cujo excedente podiam vender; ambos recebiam terreno de pastagem para animais pequenos e grandes [...]”. Da mesma forma, “ambos recebiam moradia gratuita [...], tinham direito à lenha e à água [...] e ambos recebiam um salário”. Fomentando uma discussão polêmica nas ciências sociais brasileiras, o autor defendeu a concepção de que os grandes proprietários de terras não se tornaram capitalistas logo após a Revolução Abolicionista. Portanto, torna-se incoerente denominar os cafeicultores de burguesia do café, com exceção de comerciantes e financiadores do ramo.¹⁵⁶

Após a Abolição, em 1888, constituíram-se duas vias de desenvolvimento econômico no campo brasileiro: pelo “latifúndio, permeado de formas camponesas (plantagem ou latifúndio pecuário)” que se transformou “com maior ou menor lentidão, em empresa capitalista”. Ou através da “pequena exploração de caráter camponês-familiar independente (sitiantes, posseiros, pequenos arrendatários, e parceiros autônomos) [...]”. O autor considerou a exploração camponesa-familiar um modo de produção específico, concordando com a definição do economista russo Alexander Chayanov (1888-1937). No

¹⁵⁵ GORENDER, *Gênese [...]*. Op. Cit. pp. 27-28

¹⁵⁶ Id.ib. pp. 29-30, 38

caso brasileiro, identificou “desde a economia camponesa com nível considerável de produção artesanal [...], até a economia estritamente familiar, mas por inteiro mercantilizada, que vende [quase] tudo o que produz [...]”.¹⁵⁷

O desenvolvimento *capitalista* pela via latifundiária representou “uma mudança de modos de produção”, decorrente do desenvolvimento das forças produtivas. Nas regiões mais desenvolvidas, “certas formas camponesas são eliminadas, ou estão em marcha para a completa extinção, sem que seja preciso intervir qualquer reforma agrária institucional”. Da mesma forma, em regiões menos desenvolvidas, de fraca acumulação capitalista, “as formas pré-capitalistas persistem e até aumentam, combinando-se em grau variável com o trabalho assalariado. Latifúndio e minifúndio representam aí uma dualidade inevitável”.¹⁵⁸

Jacob Gorender propõe um conceito fundamental para a compreensão da gênese do capitalismo no campo brasileiro: A transformação “reside fundamentalmente na transformação da renda da terra [...] em capital agrário” e “na colocação da renda da terra a serviço da acumulação do capital agrário (ao invés de desviá-las para aplicações comerciais e/ou industriais) [...]”. Outro fator determinante é a existência de uma massa de mão-de-obra livre, “[...] completamente desenraizada de qualquer economia autônoma [...]”.¹⁵⁹

4.4.2 Impulso estatal para o desenvolvimento do capitalismo no campo

De acordo com Jacob Gorender, o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro também foi impulsionado pela ação do Estado. Sobretudo, através de políticas de “preços mínimos, créditos a juros baixos ou negativos para investimentos, subsídios para compra de insumos modernos, redução ou eliminação de impostos para compra de tratores e outras máquinas [...]”. Além de “pesquisa técnica pelos institutos do Estado e fornecimento gratuito dos resultados [...] e outras modalidades de assistência tecnológica [...]”. Acentuadas nos anos 1970, essas políticas favoreciam os latifundiários e privilegiavam as regiões econômicas mais fortes. Havia uma relação próxima com os interesses financeiros das empresas multinacionais, dos ramos de implementos e insumos

¹⁵⁷ GORENDER, *Gênese [...]*. Op. Cit. pp. 41-42

¹⁵⁸ Id.ib. p. 44

¹⁵⁹ Id.ib. pp. 44-45

agrícolas. Na opinião do autor, a tecnificação inapropriada de algumas regiões agrícolas tornava “mais onerosos o desenvolvimento das forças produtivas na agropecuária nacional”.¹⁶⁰

Nesse sentido, escrevendo em 1987, Gorender concluiu que “a agricultura via grande propriedade ainda é relativamente pouco rentável e precisa andar constantemente ampara nas muletas do crédito pródigo do Estado”. As conseqüências são sentidas pelas massas da população. Principalmente, sob a forma de produtos agrícolas caros e a redução da mão-de-obra permanente nas grandes propriedades agrícolas. Na segunda metade do século 20, ocorreu a diminuição da quantidade de trabalhadores assalariados, nas grandes propriedades. Foram substituídos por máquinas modernas e pela automação nos cultivos e beneficiamentos.¹⁶¹

Nesse período, surgiu um exército rural de reserva que possibilitou ao capital agrário “dispensar o ônus de trabalhadores permanentes mal empregados em certas fases do ciclo agrícola”. Essa massa de trabalhadores permitiu ao capital “contratar mão-de-obra conforme a estrita necessidade do serviço e obrigá-la, com a colaboração coercitiva do Estado, a uma intensidade maior no dispêndio da força de trabalho”. Entretanto, nas áreas onde a mão-de-obra ainda era escassa, recriaram-se formas de escravidão “mais ou menos incompletas, porém inquestionavelmente formas de escravidão”.¹⁶²

No final da sua investigação, Jacob Gorender abordou as condições existenciais da pequena exploração familiar no campo, a qual considerou de grande importância para alimentar as massas urbanas. Conforme a sua opinião, “a pequena exploração camponesa (proprietária ou arrendatária) sofre o constante cerceamento do latifúndio [...], não desfruta de crédito privilegiados do Estado [...], não dispõe de facilidades de estocagem, não goza de aperfeiçoamentos técnicos”. Em alguns casos, a relação entre o minifúndio e o capital industrial recriava condições de trabalho a domicílio semelhantes à fase inicial do capitalismo industrial europeu. “Os camponeses são providos de financiamento, de matérias-primas, e ajuda técnica, mas produzem o que interessa ao capital industrial [...]”. Gorender ilustrou o fato, citando o “relacionamento de avicultores catarinenses com a Sadia e de lavradores de fumo do Rio Grande do Sul com a Souza Cruz”.¹⁶³

Para o autor, o desenvolvimento do campo, no Brasil, não pode prescindir da pequena agropecuária familiar. Sem ela “os alimentos se tornariam ainda mais caros e a

¹⁶⁰ GORENDER, *Gênese [...]*. Op. Cit. p. 47, 48

¹⁶¹ Id.ib. pp. 48-49, 50

¹⁶² Id.ib. p. 50, 54

¹⁶³ Id.ib. pp. 57-58

força de trabalho urbana teria de ser paga com salários monetários mais altos, comprometendo a acumulação capitalista industrial”. Por isso, conclui a obra defendendo uma reforma agrária que apóie o desenvolvimento camponês e a “transformação das grandes empresas agrárias, plantacionistas e pecuárias, já tecnicamente unificadas, em grandes explorações coletivizadas: cooperativistas ou estatais.”¹⁶⁴

¹⁶⁴ GORENDER, *Gênese [...]*. Op. Cit. p. 59, 62

5 ESTUDOS SOBRE A REVOLUÇÃO BURGUESA E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

No Brasil, o processo de ascensão e hegemonia política e econômica da classe burguesa ocorreu de forma singular, ao contrário de muitas das potências capitalistas, onde ela acendeu ao poder pela via revolucionária clássica. As condições históricas determinantes do modo de produção escravista colonial constituíram um lento processo de maturação política e econômica, iniciado nos últimos anos do império. A burguesia consolidou-se somente em meados do século 20, através de um processo de industrialização tardia e uma combinação de crise econômica do latifúndio e acirramento das lutas, entre os movimentos proletários e as classes dominadoras.

5.1 A transição para o capital industrial

Após o término da Primeira Guerra Mundial, em 1917, as indústrias das potências capitalistas reorganizaram a produção e iniciaram a reconquista dos mercados consumidores do pré-guerra. Coincidentemente, após um curto período de bonança, durante o conflito, o setor manufatureiro do Brasil enfrentou dificuldades para desenvolver-se e para enfrentar a concorrência estrangeira. Segundo Nelson Werneck Sodré, nesse período, as indústrias brasileiras caracterizaram-se pela estagnação técnica, pela “carência de capitais” e “dificuldades de crédito”. Para o autor, a estrutura produtiva estava mal distribuída no território brasileiro. Em algumas regiões, o índice de produção de riquezas era alto, enquanto noutros, quase nulo. “Comparando-se [...] a produtividade da indústria têxtil nos estados da Bahia, Guanabara e São Paulo, verificaríamos, para 1957, diferenças gritantes [...]”. Continua aquele autor: “[...] o valor da produção por operário era em São Paulo quase o triplo da Bahia; o salário médio era na Guanabara quase o dobro da Bahia”. Destaque-se, porém, que essa desigualdade, no interior das formações sociais capitalistas, mesmo desenvolvidas, é uma constante, praticamente necessária às mesmas, apresentando-se no que referente à Inglaterra, aos Estados Unidos, à Bélgica, etc.¹⁶⁵

¹⁶⁵ SODRÉ, *Formação [...]*. Op. Cit. p. 245

Sodré investigou as desigualdades na distribuição da renda, utilizando dados estatísticos, sobretudo, do censo de 1950. Nas suas conclusões, constatou que 12,6 milhões de trabalhadores do setor primário constituíam 63% da população economicamente ativa. No entanto, representavam apenas 18,4% da renda. No setor industrial, “os grandes empregadores recebiam 250 vezes mais do que os empregados e artesãos; e estes, quatro vezes mais que os trabalhadores rurais”.¹⁶⁶

Em nossa opinião, Nelson Wernerck Sodré resumiu bem a contradição entre a industrialização no Brasil e o imperialismo. Segundo o autor, “o nosso desenvolvimento industrial teve impulso justamente nas fases em que era nulo ou reduzido o afluxo de capitais estrangeiros”. Prossegue a explicação. “Quando esse afluxo cresceu, o desenvolvimento industrial encontrou obstáculos consideráveis” e o aumento ou diminuição de entrada de capitais, ocorreu durante os períodos dos dois conflitos mundiais.¹⁶⁷

Porém, sua compreensão teórica estava limitada por uma compreensão dogmática do marxismo, oriundo das distorções teóricas stalinistas, adotadas por parte da esquerda brasileira. Sodré adotou, ou transplantou o esquema do desenvolvimento linear das forças produtivas, elaborada por Marx, em sua análise da Europa ocidental, para a realidade brasileira. Referiu-se igualmente ao desenvolvimento industrial e nacional e a superação do atraso tecnológico, como fenômenos necessários à *revolução burguesa*, categoria sociológica que relacionou com a consolidação do Estado nacional e do capitalismo, no Brasil.

Na opinião do sociólogo Octavio Ianni, a industrialização brasileira e a substituição da matriz agrícola-exportadora ocorreram através de três formas diferenciadas, com implicações políticas imediatas. “Em primeiro lugar, surgem as empresas que resultam das aplicações de capitais de cafeicultores [...]”. Porém, “a dinâmica da economia cafeeira exigiu que o fazendeiro se transferisse para a cidade”, se tornando “comerciante e [...] banqueiro”, surgindo-lhes “novas possibilidades abertas à aplicação do capital”. Em resumo, “o cafeicultor percebeu outras possibilidades de investimento, encaminhando parte dos seus capitais para o comércio ou a indústria”.¹⁶⁸

Ianni inverteu a ordem dos fatores ao analisar a relação do cafeicultor com a economia. Para o autor, o fato histórico que determinou movimento da totalidade histórica

¹⁶⁶ SODRÉ, *Formação [...]*. Op. Cit. p. 245

¹⁶⁷ Id.ib. p. 219

¹⁶⁸ IANNI, *Estado [...]*. Op. Cit. p. 35

foi a *percepção do cafeicultor* de novas possibilidades de investimentos. O que não está incorreto, pois, enquanto indivíduo histórico, ele interage com a realidade. No entanto, acreditamos que o cafeicultor pôde perceber esta oportunidade, somente, devido às *condições econômicas e políticas do momento*. Ele agiu de acordo com a sua *realidade histórica objetiva*, que estimulava as atividades econômicas industriais naquele determinado momento histórico do Brasil e do capitalismo internacional.

O autor também identificou outro processo histórico que ensejou a industrialização: a utilização das poupanças dos produtores agrícolas. “São empreendimentos de menor vulto e estão apoiados em capitais ‘domésticos’, obtidos diretamente das poupanças de salários agrícolas (na cafeicultura) ou no pequeno comércio de gêneros de consumo diário”. Continuando, “fundaram-se empresas com os capitais externos. Estimulados pelas condições do mercado brasileiro em expansão, pelo baixo custo da força de trabalho e matéria-prima [...]”. Foram companhias que investiram na “distribuição de combustíveis (gás, gasolina), na produção e distribuição de energia elétrica, em transportes urbanos e ferroviários, etc”.¹⁶⁹

Segundo Ianni, “em todos esses empreendimentos [...] o que se concretiza é a diferenciação e a transfiguração contínua do capital agrícola”. Prossegue. “São unidades industriais geradas pelo capital agrícola, depois de sua passagem pelas fases comercial e financeira”. O autor repetiu a confusão categorial-sociológica, criando o *capital agrícola* e subordinando a ele as importantes categorias *capital comercial* e *capital financeiro*, que caracterizam períodos históricos e modos de produção específicos. Ianni deveria classificar o capital gerado pela atividade agrícola como comercial, embora estivesse em uma fase de transição para a hegemonia do modo de produção capitalista. A categoria capital agrícola refere-se ao *ramo* de atividade em que a acumulação foi possível. A finalidade da produção e da acumulação era o comércio exportador, ou seja, a *mercantilização da produção*, que viria gerar excedentes de capital.¹⁷⁰

Octavio Ianni resumiu com perspicácia a situação política da industrialização brasileira. Escreveu: “Como a industrialização poderia vir a ser tentada segundo o modo socialista de produção, o capitalismo internacional redefiniu a sua política em relação ao Brasil”, evitando que fosse “naquela direção” e que se vinculasse “a certas frações do capitalismo mundial”. O autor propõe que o desenvolvimento industrial brasileiro evoluiu em oposição ao imperialismo, mas sem ruptura total, “em que o modo de produção seria

¹⁶⁹ IANNI, *Estado [...]*. Op. Cit. p. 36

¹⁷⁰ Id.ib. p. 37

necessariamente alterado [...]”. A partir dos anos 1950, verificou-se, no Brasil, “uma maciça entrada de capitais externos, associações de empresas nacionais com estrangeiras” sem os quais “o capitalismo industrial no país seria obrigado a encontrar outro caminho para passar à fase de produção de meios de produção”.¹⁷¹

Para o sociólogo Luciano Martins, as taxas animadoras de crescimento econômico após os anos 1950, indicaram o sucesso do modelo de desenvolvimento adotado. Nas suas palavras, acreditava-se que a superação de problemas sociais e resistências políticas “seria uma conseqüência natural da própria progressão do desenvolvimento [...]”. Esse pensamento criava a expectativa de um “desenvolvimento *abrangente, democrático, e politicamente autônomo* [...]”. O esquema de sustentação política era concebido por uma frente desenvolvimentista que englobava setores empresariais, operários do meio urbano-industrial e uma parcela da burocracia civil e militar. “Essas forças se contraporiam aos setores designados como ‘tradicional’” e aos setores “representados pelos interesses externos e internos vinculados à parcela do capital estrangeiro tido como não favorável à industrialização”.¹⁷²

Nesse processo, o Estado brasileiro atuou como mediador político e econômico entre as classes sociais. Embora estivesse envolto em uma imagem de neutralidade, representava e era conduzido pela burguesia. De acordo com Ianni, “é inegável que o Estado possui uma fisionomia própria e bem marcada [...]”. Suas características foram “a concentração e a acumulação do capital que governam parcela dos instrumentos e medidas postas em prática pelo Estado na ordenação e incentivo das atividades econômicas”.¹⁷³

A industrialização brasileira desenvolveu-se por caminhos contraditórios e desiguais. Em determinados períodos, representou os interesses das frações hegemônicas das classes dominadoras brasileiras e da burguesia internacional. Ao contrário dos casos clássicos, onde prevalecia a acumulação primitiva de capital e um lento processo de desenvolvimento tecnológico, a maioria das manufaturas foi transplantada em pleno funcionamento. Necessitavam apenas das matérias-primas abundantes e da mão-de-obra barata.

Noutras épocas, sobretudo a partir dos anos 1930, a industrialização foi a expressão de um projeto nacionalista e desenvolvimentista. Fundamentada em políticas populistas, ensejou a consolidação do capitalismo industrial e do poder hegemônico

¹⁷¹ IANNI, *Estado [...]*. Op. Cit. p. 93, 95

¹⁷² MARTINS, *Industrialização [...]*. Op. Cit. p. 22, 23

¹⁷³ IANNI, *Estado [...]*. Op. Cit. p. 22

burguês, no Brasil, e criou novas relações entre o Estado, os setores produtivos e as classes trabalhadoras. Sob o véu do *desenvolvimento nacional*, o governo administrava um capitalismo planejado e semi-independente, harmonizando e controlando os interesses contraditórios das classes sociais.

5.2 A intervenção do Estado na economia e a revolução de 1930

Entre os anos 1920 e 1950, havia uma tendência internacional favorável a intervenção dos governos nas economias nacionais. O capitalismo passava por uma crise estrutural e a consolidação do socialismo na União Soviética fomentava as discussões sobre o modelo de sociedade a seguir. Segundo Pedro Dutra Fonseca, em 1989, “o debate ideológico dos anos 30 no Brasil [também] sofreu influência das idéias internacionais”. Embora as classes dominadoras brasileiras refutassem “o comunismo (o socialismo soviético), refutavam também o capitalismo liberal, propondo o que seria considerado uma ‘terceira via’ (um capitalismo ‘social’, ‘societário’, ‘cristão’ ou ‘corporativista’)”. Estas propostas de organização social e produtiva demonstravam claramente a crise e a insuficiência do liberalismo naquele momento histórico, e a antipatia com a idéia de ruptura com o capitalismo.¹⁷⁴

Conforme lembrou Fonseca, nesse período, surgiram intelectuais desvinculados do pensamento liberal, que defendiam e legitimavam a via autoritária. Entre eles, Plínio Salgado, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Vianna. Para estes pensadores, a situação de subdesenvolvimento que o país atravessava originava-se no liberalismo e na política das oligarquias rurais. “Com isso, o pensamento autoritário passava a criticar a forma na qual entendia estar assentado o poder oligárquico: o federalismo”. Portanto, “em contraposição a ele, pregava a necessidade do fortalecimento do Estado Nacional, a eliminação dos poderes locais oligárquicos e a supremacia do Executivo sobre os demais poderes”.¹⁷⁵

No final dos anos 1920, a disputa presidencial refletia essas tensões políticas, no Brasil. De acordo com o historiador Boris Fausto, duas chapas disputavam a presidência: a Aliança Liberal [AL], de oposição, encabeçada por Getúlio Vargas e outra de continuidade

¹⁷⁴ FONSECA, *Vargas [...]*. Op. Cit. p. 188

¹⁷⁵ Id.ib. p. 188, 190

governista, representada por Julio Prestes, expressão da oligarquia cafeeira paulista e apoiada pelos industriais paulistas. Inclusive, por meio das entidades representativas de classe, como o Centro das Indústrias de São Paulo [CIESP] e a Federação das Indústrias de São Paulo – [FIESP]. Mesmo após a derrota eleitoral de Getúlio Vargas e o início das operações militares pela AL, “ao menos no caso de São Paulo”, não houve indícios “de que a grande indústria tenha mudado de atitude [...]”. Esse apoio da burguesia paulista justificava-se pela falta de projeto próprio e conseqüente vinculação ao latifúndio cafeeiro.¹⁷⁶

Em 1930, nesse contexto de crise sistêmica e fortalecimento político e econômico da burguesia, foi deflagrado o movimento político-militar, conhecido na historiografia como *Revolução de 1930*. De acordo com Boris Fausto, este fato pôs fim ao *predomínio* e à hegemonia política das classes dominadoras *cafeeiras*, mas não a influência do latifúndio. Havia “uma complementaridade básica entre interesses agrários e industriais, temperados pelas limitadas fricções”. Logo, “a Revolução de 1930, seja sob a forma direta de intervenção da fração de classe, seja sob a forma mediada de uma ‘revolução do alto’, não foi um movimento que tenha conduzido a burguesia industrial à dominação política”. Em verdade, naquele momento, as classes dominadoras agrárias e industriais complementaram-se na hegemonia política e econômica e moldaram o arranjo produtivo industrial da economia brasileira.¹⁷⁷

Segundo Pedro Dutra Fonseca, nesse período, iniciou-se um “*novo tipo de desenvolvimento capitalista* no Brasil. Em linhas gerais, consistiu em superar o capitalismo agrário e comercial”, em direção à industrialização e ao fortalecimento do mercado interno. O Estado iniciou um planejamento econômico, contrariando os cânones do liberalismo de mercado. Em um contexto político e econômico agrário e regionalista, “a interferência governamental na economia foi sendo reconhecida gradualmente como necessidade [...]”.¹⁷⁸

Seguindo a tendência intervencionista, nos anos 1930, o governo federal instituiu diversos órgãos estatais, com o objetivo de promover a estruturação do Estado nacional, a centralização do poder político sob a União e regulamentar as atividades industriais. Criou “o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930; o Departamento Nacional do Trabalho, em 1931; o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Plano Geral de Viação

¹⁷⁶ FAUSTO, *A revolução [...]*. Op. Cit. pp. 29-30, 44

¹⁷⁷ Id. ib. p. 112

¹⁷⁸ FONSECA, *Vargas [...]*. Op. Cit. p. 184.

Nacional [...]”, entre outros. Do mesmo modo, as políticas posteriores a 1930 marcaram uma mudança nas relações entre a economia brasileira e os capitais estrangeiros. Ao contrário do praticado na República Velha, o Brasil importava capitais, máquinas e produtos para auxiliar o desenvolvimento das indústrias locais.¹⁷⁹

De acordo Pedro Dutra Fonseca, a utilização da categoria *revolução* é imprópria nesse caso. Pois, “se aplicaria a situações de mudanças estruturais de maior monta na economia e na política, geralmente acompanhada de troca de modos de produção e de luta entre classes antagônicas”. Na opinião Fonseca, “o uso do termo revolução para denominar o golpe de 3 de outubro de 1930 foi associado no decorrer do trabalho à própria ideologia dos vencedores, os autodenominados revolucionários [...]”.¹⁸⁰

Octavio Ianni também constatou variações na intervenção estatal na economia brasileira, entre 1900 e 1960. Nas suas palavras, “ao examinar as manifestações mais notáveis deste século, verificamos que há épocas em que a atuação do governo é de natureza assistencial, protetora [...]”. Noutros momentos, “[...] êle orienta, incentiva e dinamiza as atividades produtivas”. Para o autor, geralmente, o Estado atua de acordo com o contexto econômico, político e social. Quando necessário, torna-se “uma presença constante e crescente em determinadas esferas da vida econômica”. No início do século 20, agiu para preservar o *status quo* de determinados setores econômicos ligados ao latifúndio. De acordo com o autor, já em 1905, o Estado determinava garantias para a produção agrícola, sobretudo, cafeeira. Comprometia-se em “regular o comércio do café, [...] promover a sua valorização, [...] organizar e manter um serviço regular e permanente de propaganda do café, com o fim de aumentar o seu consumo”.¹⁸¹

Após 1930, o aparelho estatal reestruturou-se para atender as demandas industriais, sob o domínio das novas forças políticas hegemônicas. A partir dos anos 1940, interveio mais intensamente para estimular o crescimento e a diversificação da produção industrial brasileira, “colaborando, incentivando e realizando a produção de riqueza”. Sobretudo, com a criação da “Companhia Siderúrgica Nacional, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Plano Salte, o Programa de Metas, o Plano Trienal”.¹⁸²

Em nossa opinião, essa participação estatal na produção de riqueza estava subordinada ao contexto de crise mundial do capitalismo, devido à crise econômica da

¹⁷⁹ FONSECA, *Vargas [...]*. Op. Cit. p. 205

¹⁸⁰ Id.ib. p. 184

¹⁸¹ IANNI, *Estado [...]*. Op. Cit. p. 43, 44

¹⁸² Id.ib. p. 47

década de 1930 e pela deflagração da Grande Guerra. As empresas brasileiras não possuíam capitais, nem as tecnologias necessárias para investir nos setores econômicos estratégicos e as burguesias euro-ocidentais estavam paralisadas ou falidas. Esse contexto de depressão sistêmica ensejou uma oportunidade para o governo brasileiro dotar o país das indústrias necessárias para o desenvolvimento nacional, por meio de *políticas intervencionistas e nacionalistas* estranhas à cartilha liberal.

5.3 A ideologia do nacional-desenvolvimentismo e a política populista

Para sustentar as grandes mudanças econômicas e no setor produtivo, o Estado nacional-desenvolvimentista necessitava da aceitação de, ao menos, a maioria das classes sociais submetidas às novas condições sociais do desenvolvimento industrial. De acordo com Pedro Dutra Fonseca, ideologicamente, o governo Vargas apresentava-se antiliberal e na condição de promotor do desenvolvimento *nacional*. “Construir uma *nação* desenvolvida tornou-se o ponto principal da retórica governista, capaz de aglutinar em torno de si a expressiva maioria da nação”. Iniciava-se a crença de que com o desenvolvimento econômico, todos os problemas produtivos, sociais, de infraestrutura seriam resolvidos. O ponto nevrálgico da ideologia, para a convivência tendencialmente pacífica entre as classes era “a construção da nova nação”, através do “trabalho e esforço de todos: dos empresários [...] e dos trabalhadores, dos quais se esperava *trabalho e disciplina*”.¹⁸³

A retórica completava-se com as promessas dos respectivos benefícios para cada classe social. Os patrões “teriam, em contrapartida imediata, o aumento dos lucros e do patrimônio individual”. Os trabalhadores obtiveram “a legislação trabalhista [sic], de momento, e a promessa futura de uma sociedade mais justa e igualitária”. Assim, o “desenvolvimento econômico *deixava de ser [...] apenas um ponto programático para tornar-se ideologia*”. Outro sustentáculo para legitimar e consolidar essa ideologia, conforme afirma Pedro Dutra, foi a construção na consciência das massas de que Getúlio Vargas fora o doador das leis trabalhistas. Em torno de uma personalidade política, as conquistas populares foram classificadas como simples outorga.¹⁸⁴

¹⁸³ FONSECA, *Vargas [...]*. Op. Cit. p. 257. Grifo nosso.

¹⁸⁴ Id.ib. p. 257 Grifos do autor, 296

Conforme a correta definição de Octavio Ianni, “o *desenvolvimentismo* é a ideologia” da ruptura parcial com o imperialismo, característica das nações que almejam por uma posição de destaque no sistema capitalista. No Brasil, o clímax do desenvolvimentismo ocorreu entre 1956 e 1960, durante a execução do Programa de Metas. “Na ocasião [...] desencadeou-se uma ampla campanha de formação da opinião pública, de modo a criarem-se as ‘expectativas e disposições’ coletivas para a realização do esforço nacional destinado a implantar a indústria de base”. O desenvolvimentismo era associado ao progresso material e ao bem-estar coletivo, elevação do nível de vida, industrialização e maquinização da produção, etc.¹⁸⁵

Proseguindo a análise de Ianni, o desenvolvimentismo tem caráter mistificador, “é uma ideologia que dilui as fronteiras do real e acentua as arestas das aparências, sem o que não se generaliza a concepção burguesa da existência”. O autor identificou este misticismo com perspicácia, ao citar o discurso *A marcha do amanhecer*, do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Ao investigar “o conteúdo histórico-social do desenvolvimentismo”, constata-se “que se trata de uma ideologia da transição, isto é, de consolidação do domínio da burguesia industrial”.¹⁸⁶

Outra faceta do nacional-desenvolvimentismo foi a prática política do *populismo*, representada, sobretudo, por Getúlio Vargas. Ianni buscou compreendê-lo investigando suas raízes históricas, partindo da transição da sociedade rural para o meio urbano. Estudou a proletarização da força de trabalho e os conflitos e tensões sociais geradas. Identificou “o florescimento da cultura nacional, ocorrido em especial nas décadas de vinte a cinquenta [...]”. Tal como Pedro Fonseca, Ianni fez uso da categoria sociológica *revolução brasileira*, para se referir de forma genérica ao processo de desenvolvimento da consciência nacional-burguesa no Brasil. Porém, discordamos por tratar-se de um longo e gradual processo para tornar a burguesia hegemônica, sem rupturas sócio-econômicas abruptas e profundas.

Octavio Ianni identificou outro fator importante para a compreensão do contexto político e econômica do populismo: “[...] a composição rural-urbana do proletariado industrial” e a conseqüente inexperiência na luta entre as classes sociais. “Com as migrações internas, no sentido das cidades e dos centros industriais [...] aumenta bastante e rapidamente o contingente relativo dos trabalhadores sem qualquer tradição política”. O principal fator de repercussão imediata na ação política destes trabalhadores é a cultura profundamente marcada “pelos valores e padrões do mundo rural”. Segundo o autor,

¹⁸⁵ IANNI, *O colapso [...]*. Op. Cit. p. 108, 109.

¹⁸⁶ Id.ib. p. 110, 115

“neste, predominam formas patrimoniais ou comunitárias de organização do poder, de liderança e submissão, etc”.

A partir dos anos 1950, as mudanças econômicas e políticas conjunturais levaram ao abandono da prática e a um nacional-desenvolvimentismo modificado. Para Ianni, “a liquidação do padrão [...] populista de desenvolvimento econômico social iniciou-se no Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60) [...]”. As políticas populistas funcionaram “como uma técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado”.¹⁸⁷

5.3.1 A política populista de Getúlio Vargas

Embora o foco deste capítulo seja a industrialização e a Revolução Burguesa, dedicamos um espaço para discutir a atuação do estadista Getúlio Dornelles Vargas, devido a sua importância histórica. Contestando o que o senso comum disseminou sobre Vargas, a produção teórica de Pedro Dutra Fonseca revelou-o um político capitalista e nacionalista por trás do mito. As concessões feitas aos trabalhadores e as políticas populares objetivaram tão somente equilibrar as relações entre a burguesia industrial e o operariado.

Vargas buscava agradar as massas de trabalhadores com políticas populistas através de práticas assistencialistas. Conforme a definição sucinta de Pedro Dutra Fonseca, que captou a síntese do Estado nacionalista e a essência classista da atuação varguista, “era preciso, pois, que as classes se organizassem [...] em sindicatos, cabendo ao estado promovê-los, discipliná-los e tutelá-los”. O estado deveria “tornar cada sindicato ‘elemento proveitoso da cooperação no mecanismo dirigente do Estado’”, evitando o surgimento de forças hostis ao poder público.¹⁸⁸

Em 1931, foi criado o Departamento Nacional do Trabalho, com o objetivo de regulamentar as atividades sindicais. “Desde logo estabeleceu-se o regime de sindicato único para cada categoria [...]”. Do mesmo modo, com o objetivo claro de restringir a atuação internacionalista do proletariado, proibiu-se a “filiação de sindicatos a organismos internacionais” e a filiação a sindicatos para funcionários públicos e trabalhadores

¹⁸⁷ IANNI, *O colapso [...]*. Op. Cit. p. 9

¹⁸⁸ FONSECA, *Vargas [...]*. Op. Cit. p. 227

domésticos. Do mesmo modo, o governo Vargas impunha medidas ainda mais limitativas à organização do operariado, restringindo a existência de apenas duas confederações sindicais: uma para os empregados e outra para os empregadores. Para contrabalancear as políticas pró-burguesia, em 1932, foi regulamentado o direito a 15 dias de férias anuais, regulamentado o trabalho das mulheres e crianças e, em 1938, foi regulamentado o salário mínimo.¹⁸⁹

Pedro Dutra também demonstrou o caráter burguês do governo Vargas, ao comentar as ações para o ensino superior. Devido à necessidade de qualificar minimamente os trabalhadores das indústrias para trabalhar com as novas tecnologias, algo desnecessário até então, o governo direcionou o ensino secundário para as áreas técnicas. O ensino secundário deveria preparar o estudante para o trabalho e para os cursos superiores profissionalizantes. “Na visão de Vargas, [...] o problema educacional estava intimamente ligado ao trabalho; o educando era visto sobretudo por suas potencialidades com respeito ao trabalho futuro”. Além disso, Getúlio Vargas acreditava que “a criação da riqueza dependia da produtividade, que se vinculava à qualificação e às condições físicas do trabalhador”.¹⁹⁰

Ao ensino superior, Getúlio Vargas atribuía duas funções: “[...] preparar elites e formar trabalhadores e técnicos de alto nível”. Mesmo centrado na formação técnica superior e na qualificação das massas trabalhadoras, ele insistia que “a universidade não perderia seu papel de formar elites dirigentes”. Para tanto, seria desnecessário reformar o ensino superior existente. Apenas (sic) fundar-se-ia a “‘Universidade do Trabalho’, de onde sairia, ‘no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas’”. Conforme definiu corretamente Pedro Fonseca, “a escola deveria produzir homens práticos e profissionais seguros, e o melhor cidadão deveria ser considerado o mais útil [sic!] e não o que mais cabedais de cultura fosse capaz de exibir”.¹⁹¹

Além de todas estas funções dominadoras, a proposta de educação superior desse período tinha o papel de dotar os seus alunos do mais nobre sentimento nacionalista: a *subordinação incondicional à pátria!* Aquele ensino técnico e superior instituía-lhes os deveres sagrados de amor, lealdade e subordinação incondicional à ordem nacional-burguesa brasileira. Conforme demonstrou Fonseca, “Vargas julgava oportuno que

¹⁸⁹ FONSECA, *Vargas [...]*. Op. Cit. pp. 228-229

¹⁹⁰ Id. ib. p. 233

¹⁹¹ Id. ib. p. 234

houvesse também a preocupação de ensinar-se moral e civismo, preparando cidadãos para a Pátria e dando-lhes consciência dos seus direitos e deveres”.¹⁹²

Fonseca demonstrou outra faceta de Getúlio Vargas que desmente o mito de pai dos pobres: o anticomunismo ferrenho, declarado abertamente. Em um discurso proferido no dia 10 de maio de 1936, intitulado “Necessidade e dever de repressão ao comunismo”, Vargas propôs o afastamento do convívio social para “os utopistas ingênuos e os agitadores mercenários”. Por isso, “apelou à necessidade de fortalecer o aparato repressivo e de garantir os meios legais para sua ação”.¹⁹³

5.4 Crise do nacional-desenvolvimentismo e a hegemonia burguesa

Entre os anos 1950 e 1960, o modelo político e econômico nacional-desenvolvimentista, adotado nos anos 1930, entrou em crise. A revolução tecnológica no mercado internacional, sobretudo nos EUA, contribuiu para tornar obsoleto o recém-criado parque industrial brasileiro. Tornou-se necessário importar mais tecnologias e conhecimento especializado. Na opinião de Luciano Martins, durante os anos 1960, “as orientações [econômicas] anteriores não mais respondem às exigências da nova situação e outras [alternativas] ainda não foram socialmente geradas para substituí-las”. O autor prossegue: “A taxa média de expansão da indústria manufatureira, que no período 1955-61 superara a cifra de 11%, cai nos cinco anos subsequentes para 1,8%”. No início dos anos 1960, os governos de Jânio Quadros e João Goulart tentaram manter as políticas populistas, porém, em outro contexto político e econômico, mas “não tiveram condições ou habilidade” para isso.¹⁹⁴

Na segunda metade da década de 1960, iniciaram-se os diagnósticos economicistas para tentar compreender a origem da crise e elaborar um plano de emergência. Conforme Martins, os economistas apontavam para o esgotamento do processo de substituição de importações, para a limitação na demanda de novas importações e para a disfunção inflacionária, que “entre outros efeitos cumulativos,

¹⁹² FONSECA, *Vargas [...]*. Op. Cit. p. 234

¹⁹³ Id.ib. p. 250

¹⁹⁴ MARTINS Id.ib. pp. 21, 24; IANNI, *O colapso [...]*. Op. Cit. p. 70

debilitou a capacidade estatal de investimentos, ou adicionou-lhes custos econômicos e sociais crescentes [...]”. Suas análises limitavam-se a consideração de cifras monetárias.¹⁹⁵

No cenário político, após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, o governo de Juscelino Kubitschek sepultou gradativamente as políticas populistas. Conforme a opinião de Octavio Ianni, embora a conjuntura política o impedisse de fazê-lo de uma só vez, ele iniciou “um programa de desenvolvimento econômico baseado na internacionalização dos novos investimentos”. Conforme lembra o autor, “falava-se então na ‘desnacionalização’ da indústria brasileira, ao mesmo tempo que as novas organizações econômicas procuravam associar capitais externos e nacionais”.¹⁹⁶

Conforme Octavio Ianni, para o projeto nacionalista manter-se, “impunha-se efetivar a política externa independente, apressar a modernização da sociedade agrária [...], favorecer o debate científico e político sobre a realidade nacional, estimular o florescimento de movimentos artísticos inspirados na sociedade nacional, etc” Do mesmo modo, o autor acreditava que a crise do nacional-desenvolvimentismo e o contexto sócio-econômico internacional, nos anos 1950 e 1960, abriam a possibilidade do país escolher quatro alternativas de soluções econômicas e políticas. O Brasil poderia seguir o *modelo exportador de produtos tropicais e matérias-primas* e importar produtos manufaturados, como fez até o século 20; adotar o *modelo de substituição das importações*, prosseguindo com as políticas nacionalistas, iniciadas na década de 1930; seguir a alternativa da *produção associada*, ou subordinada, como fez a partir do golpe militar de 1964; ou implantar o *modelo socialista*, que “foi durante algumas ocasiões uma possibilidade real”.¹⁹⁷

Octavio Ianni afirma que o Brasil optou a ocupar, gradativamente, a posição de mero produtor. “A classe média revelou-se a massa mais dócil às soluções autoritárias”. O autor captou a importância e o conservadorismo da fração social de trabalhadores situada entre a burguesia e o proletariado. De acordo com sua “o seu universo cultural e mental está impregnado dos valores e padrões da classe dominante, os quais se difundem nos programas de televisão e cinema, nas revistas e jornais”. Por isso, “vê nas lutas e reivindicações do proletariado um perigo para suas ambições”. Com uma definição objetiva e sintética, o autor resumiu os sentimentos egoístas e reacionários da classe média: “[...] a massa operária atemoriza a massa da classe média”. Conseqüentemente, “esta se

¹⁹⁵ MARTINS Id.ib. p. 29

¹⁹⁶ IANNI, *O colapso [...]*. Op. Cit. p. 70

¹⁹⁷ Id.ib. p. 11, 122

apega mais facilmente às soluções autoritárias que alguns setores da classe dominante lhe apresentam”.¹⁹⁸

Segundo Ianni, a política econômica pós-1964 caracterizou-se por substituir a ideologia do desenvolvimentismo pela ideologia da modernização, “a qual denota um esforço destinado a refinar o *status quo* e a facilitar o funcionamento dos processos de concentração e centralização do capital”. A relação do governo com as massas se distanciou consideravelmente. “O povo se sente governado, mas não se sente participante do govêrno. O poder estruturou-se unilateralmente, negando principalmente as experiências históricas posteriores a 1945”. As facções políticas civis e militares de extrema-direita conduziram a preparação das políticas econômicas brasileiras, possibilitando a implantação de fábricas multinacionais. Destinadas unicamente à produção, essas manufaturas instalaram-se no Brasil, devido, sobretudo, aos baixos custos com a remuneração da mão-de-obra local.¹⁹⁹

Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil*, chegou a conclusões similares e complementares a Octavio Ianni, mas, do ponto de vista da manutenção da hegemonia burguesa. Para o autor, nos anos 1950 e 1960, a burguesia estava submetida a uma tripla pressão, que ameaçava as conquistas obtidas desde o início dos anos 1900. O capital estrangeiro pressionava a burguesia brasileira por “condições precisas de ‘desenvolvimento com segurança’, que conferissem garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro, às suas empresas e ao seu crescimento”.²⁰⁰

Do mesmo modo, os movimentos operários e de esquerda impunham à burguesia a iminência de “um novo *pacto social*, que segundo Florestan, não significava, necessariamente, uma ruptura total com o capitalismo, mas uma postura nacionalista radicalizada. A terceira pressão era “procedente das proporções assumidas pela intervenção direta do Estado na esfera econômica”. Essa intervenção [do Estado nacional-desenvolvimentista] “atingiu tal peso relativo que atemorizou a iniciativa privada interna e externa”, tornando os círculos conservadores da burguesia inquietos e desconfiados. Noutras palavras, o próprio processo de consolidação da hegemonia política e econômica burguesa causava desconfortos e desconfianças entre as facções no interior da classe.²⁰¹

Na opinião de Florestan, para combater essa situação que ameaçava “as bases materiais e a eficácia do poder político burguês, os setores dominantes das classes alta e

¹⁹⁸ IANNI, *O colapso [...]*. Op. Cit. p. 131

¹⁹⁹ Id.ib. pp. 177, 191-192

²⁰⁰ FERNANDES, *A revolução [...]*. Op. Cit. p. 254

²⁰¹ Id.ib. p. 254

média se aglutinaram em torno de uma contrarrevolução autodefensiva”, o que a historiografia denominou golpe militar de 1964. A partir de então, “a forma e as funções de dominação burguesa se alteraram substancialmente”. O golpe possibilitou-lhe “uma nova posição de força e de barganha, que garantiu [...] a continuidade do *status quo ante*”, além de fornecer “condições materiais ou políticas para encetar a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico” e aprofundar a “acumulação capitalista”.²⁰²

De acordo com Florestan, através do golpe cívico-militar de 1964, a burguesia brasileira consolidou seu poder econômico e político, “pois, ao mudar seu relacionamento com o poder político estatal e o funcionamento do Estado, também mudou sua capacidade de relacionamento com o capital financeiro internacional [...]”. A intervenção do Estado na vida econômica proporcionou-lhe “maior controle da situação [política] interna e maior flexibilidade na fixação de uma política econômica destinada a acelerar o desenvolvimento capitalista”.²⁰³

O autor concluiu, corretamente, que, “pela primeira vez na história do país, a dominação burguesa mostrou-se plenamente como ela é, evidenciando as forças sociais que a compõe e como ela própria funciona [...]”. Continua: “[...] pela primeira vez também ela se manifestou de modo coletivo (não através de um setor hegemônico, de uma conglomeração passageira ou de um grupo reinante) [...]”. Em concordância com Florestan, o golpe cívico-militar de 1964 “encerrou um capítulo na história econômica do Brasil [...] e, com ele, foi arquivado o ideal de uma revolução nacional democrático-burguesa”.²⁰⁴

Concluindo, concordamos com a teoria do historiador Jacob Gorender, quanto a categorização epistemológica da industrialização brasileira. Para o autor, “dadas às características de sua formação econômico-social, a revolução burguesa é uma *categoria inaplicável* à história do Brasil”. Porém, não significa que a *burguesia brasileira* foi passiva no processo de desenvolvimento capitalista. Enquanto classe, ela permitiu a entrada de empresas que a beneficiariam diretamente: indústrias de ponta e montadoras de artigos finais que compravam bens intermediários de outras empresas. No entanto, nunca foi uma classe *revolucionária*. Jamais propôs a extinção do latifúndio (muitos industriais também eram proprietários de grandes extensões de terra), mudança das estruturas sociais,

²⁰² FERNANDES, *A revolução [...]*. Op. Cit. p. 255

²⁰³ Id.ib. p. 255

²⁰⁴ Id.ib. p. 255, 257

ou qualquer tipo de reforma agrária. Apenas discordava das políticas econômicas voltadas à agricultura de exportação.²⁰⁵

5.5 Os dilemas da esquerda

Segundo Octavio Ianni, antes de 1945, a esquerda “oscilou entre a teoria marxista-leninista da revolução, como posição teórica, e o tenentismo como linha política efetiva [...]”. Desde a sua fundação, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro [PCB] preparou quadros qualificados e acumulou experiências para levar a cabo a revolução socialista. Mas, “o dilema [daquela época] consistia em encontrar [de forma dogmática, sem questionamentos] as correspondências práticas das contradições formuladas teoricamente [por Karl Marx]”, em uma sociedade que apenas ingressava na época industrial. De acordo com o autor, essa situação estabeleceu um dilema: “diante dos modelos [de desenvolvimento] apresentados ou encampados pelos diferentes setores da classe dominante, a esquerda [...] precisou criar a sua concepção de progresso socialista”.²⁰⁶

Na opinião de Octavio Ianni, após 1945, “o reformismo predomina, como orientação política interna”. As lutas foram direcionadas contra o imperialismo ianque e contra o latifúndio, relegando uma importância secundária à luta de classes. “Assim, a luta pelas reformas de base é encarada como caminho mais eficaz para atingir simultaneamente os interesses dos latifundiários, setores da burguesia comercial e os imperialistas”. Na prática, o Partido Comunista estabeleceu uma grande aliança entre operários, setores da classe média, intelectuais, políticos populistas, estudantes universitários, militares e setores da burguesia nacional. “Essa interpretação do desenvolvimentismo nacionalista supunha [erroneamente] que os interesses de setores [...] da burguesia industrial pelo mercado interno a colocava em antagonismo com os grupos latifundiários”.²⁰⁷

Em nossa opinião, Ianni expôs uma das maiores contradições da esquerda brasileira, no século 20. Nos seus programas revolucionários, os partidos e organizações adotaram “taticamente o modelo ‘substituição de importações’ como etapa *necessária* no processo revolucionário brasileiro”. Ou seja, o pleno desenvolvimento da burguesia

²⁰⁵ GORENDER, *A burguesia [...]*. Op. Cit. pp. 45-46, 112.

²⁰⁶ Id. ib. p. 92-93

²⁰⁷ IANNI, *O colapso [...]*. Op. Cit. p. 92.

industrial brasileira e do mercado interno, conforme a história das potências capitalistas. Essa posição política, que se tornou um dos principais elementos da política populista, levou-a a outro dilema: a impossibilidade de “transformar a *política de massas em luta de classes*”. No entanto, conforme o autor lembra, a esquerda não era uma massa homogênea. Houve organizações e grupos mais radicais que “procuravam evitar os inconvenientes ou o fascínio da política de massas, lutando por preservar a pureza ideológica, como teoria e prática”. A Ação Popular [AP] e a Política Operária [POLOP] foram exemplos: “o radicalismo marxista-leninista e o radicalismo cristão entram em atividade para corrigir as confusões entre reformismo, oportunismo e revolução”.²⁰⁸

Durante os anos 1950 e 1960, parte da esquerda acreditava que o desenvolvimento dos setores industriais e tecnológicos resolveria os problemas sociais e econômicos do país, possibilitando a distribuição da riqueza. Julgava-se que a burguesia brasileira tomaria uma posição nacionalista e progressista. Romperiam-se as bases agro-latifundiárias da dominação oligárquica e haveria a emancipação das relações de subordinação. No entanto, como propõe Ladislau Dowbor, “o sucesso industrial não mudou fundamentalmente a qualidade da vida social e política na América Latina”. A industrialização apresentou-se como uma etapa avançada, contemporânea, da dominação imperialista e da divisão internacional do trabalho.²⁰⁹

De acordo com Octavio Ianni, “a esquerda brasileira flutuou sempre entre dois pólos: o marxismo-leninismo e a democracia populista”. Contudo, “[...] entre o fascínio abstrato da teoria e a prática, esta sempre levou vantagem. Neste sentido, a cultura política de esquerda no Brasil não conseguiu libertar-se da cultura da democracia populista”. Os vínculos com os trabalhadores eram demasiado frágeis e, de acordo com a opinião radical e realista do autor, “se é verdade que o vigor da política populista impediu que a esquerda realizasse conquistas notáveis, [...] é também verdade que o nível teórico dos quadros de esquerda sempre foi insatisfatório”. Salvo exceções “individuais, os quadros partidários não contaram nunca com uma formação teórica suficiente para interpretar corretamente a realidade nacional e internacional”.²¹⁰

²⁰⁸ IANNI, *O colapso [...]*. Op. Cit. p. 93. Grifo nosso.

²⁰⁹ DOWBOR, *A formação [...]*. Op. Cit. p. 11

²¹⁰ IANNI, *O colapso [...]*. Op. Cit. pp. 112-113

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da historiografia marxista brasileira apresentou semelhanças com o desenvolvimento do pensamento sociológico e econômico marxista internacional. Entre os anos 1930 e 1960, na fase estaliniana da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas [URSS], predominaram as interpretações mecanicistas e dogmáticas dos escritos marxianos. No Brasil, o alinhamento teórico e político-estratégico com essa corrente de pensamento era tendencial, pois uma parcela significativa da intelectualidade marxista militava nas organizações políticas de esquerda, com destaque para o Partido Comunista do Brasil [PCB] e tinha na URSS a principal referência do socialismo real. Na prática, essa convergência teórica resultou em uma tática política equivocada: a aliança estratégica do PCB com a burguesia nacional, a fim de desenvolver os setores industriais e tecnológicos, para “viabilizar” a Revolução Burguesa, fase “necessária e imediatamente anterior” à Revolução Socialista.

Este estreitamento com o pensamento estalinista e a quase sacralização dogmática do pensamento marxiano evidenciou-se nas obras de alguns autores. Alberto Passos Guimarães empreendeu uma investigação histórica sobre a propriedade agrária no Brasil, de enorme repercussão. Buscou compreender as causas e conseqüências da histórica concentração das terras, originadas na ocupação portuguesa colonial, denominando este processo de “feudalismo colonial”. Guimarães desconhecia a existência de leis tendenciais e características da formação social específicas de um modo de produção singular: o escravismo colonial. Na época da sua publicação, o estudo foi considerado um clássico das ciências sociais e do marxismo, embora, atualmente, estejam desveladas, empírica e metodologicamente, suas limitações teóricas e interpretativas estruturais

Nelson Werneck Sodré, general do exército brasileiro e historiador marxista, publicou 58 obras historiográficas, algumas de grande repercussão. Em *Formação Histórica do Brasil*, objetivou reinterpretar o regime colonial, a subordinação do Brasil ao imperialismo e as relações de dominação de classe, através de um recorte cronológico amplo. Abordou desde a expansão além-mar dos estados nacionais europeus, até a deflagração do golpe militar de 1964. Sodré defendia a existência de relações semi-feudais no Brasil colonial, através de uma análise com forte viés economicista. Sua análise do desenvolvimento histórico-social das sociedades e seus respectivos modos de produção

seguia à risca o conceito elaborado por Karl Marx, ao estudar o caso particular da Europa Ocidental.

No caso específico de Caio Prado Jr., considerado um dos maiores historiadores do Brasil, o conjunto de sua obra estabeleceu um marco na evolução do pensamento historiográfico marxista. O autor buscou superar a simples interpretação e descrição política dos fatos históricos, pela integração a ela dos fenômenos econômicos. No entanto, Prado Jr. cometeu alguns deslizes teóricos que comprometeram sua concepção marxista. Em determinados momentos, ao investigar a história da Colônia, ignorou a contradição essencial daquela sociedade: a escravização dos trabalhadores, determinante para as características daquela formação social. Também se mostrou omissos em relação à resistência da escravaria ao cativeiro, expressada em sabotagens no trabalho, revoltas, fugas, justicamento dos escravizadores, etc.

Após os anos 1960, com a guinada da URSS para o revisionismo de direita e as vitórias das guerrilhas revolucionárias rurais, na China e em Cuba, alguns intelectuais empreenderam uma reinterpretação da história do Brasil e da própria teoria marxista. O historiador Jacob Gorender superou as contradições epistemológicas do marxismo naquele período, por meio de amplos e sistemáticos estudos, sobretudo, em *O escravismo colonial*, sua obra capital. Porém, fora perseguido pela ditadura e ignorado pela própria esquerda até a década de 1990. Em verdade, Jacob Gorender empreendeu extensa e revolucionária análise das leis fundamentais do modo de produção escravista colonial. Reconheceu a existência de um modo de produção singular, criado em um contexto de dominação colonial e expansão do mercantilismo.

Na década de 1970, o sociólogo Florestan Fernandes publicou um amplo estudo sobre a Revolução Burguesa no Brasil. Investigou as singularidades e contradições desse processo social complexo, comparando-o aos casos clássicos de acumulação primitiva de capitais, ocorridos nas potências capitalistas ocidentais. Florestan afirmava que a compreensão da consolidação política e econômica burguesa era essencial para compreender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Entretanto, suas análises percorreram caminhos sinuosos, entre as perspectivas weberianas e a concepção marxista, muitas vezes recorrendo a métodos estranhos e incorrendo a contradições teóricas.

Nesse período, Octavio Ianni publicou um estudo sobre o processo de industrialização e hegemonia da classe burguesa, no Brasil, do início dos anos 1900 até o nacional-desenvolvimentismo dos anos 1930. Considerando que o desenvolvimento das manufaturas ocorreu por caminhos contraditórios e desiguais, Ianni conclui que, em

determinados períodos, representou-se os interesses das frações dominantes da burguesia internacional. Noutras épocas, foi a expressão de um projeto nacionalista e desenvolvimentista, que ensejaram a consolidação do capitalismo industrial e do poder hegemônico burguês. Ao contrário dos casos clássicos de acumulação primitiva de capital e lento processo de desenvolvimento tecnológico, muitas manufaturas foram transplantadas em pleno funcionamento, pois necessitavam apenas das matérias-primas abundantes e da mão-de-obra barata.

Boris Fausto, Octavio Ianni e Pedro Cezar Dutra Fonseca também investigaram as relações entre o Estado, os setores produtivos e as classes trabalhadoras, partir dos anos 1930, com aspectos semelhantes, embora tivessem focos de pesquisa distintos. Após o movimento cívico-militar de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o governo administrava um capitalismo planejado e semi-independente, atendendo os interesses contraditórios da burguesia e controlando o proletariado, sob o manto do *desenvolvimento nacional*. Octavio Ianni sintetizou bem o contexto político, econômico e social do nacional-desenvolvimentismo e o seu pilar de sustentação política, o populismo. O ponto nevrálgico da ideologia, para a convivência tendencialmente pacífica entre as classes era a construção da nova nação, através do trabalho e esforço de todos: empresários e trabalhadores.

Durante os anos 1950 e 1960, a esquerda brasileira enfrentou uma de suas maiores contradições. Nos seus programas e estratégias políticas, os partidos e organizações adotaram a revolução burguesa com etapa *necessária* no processo revolucionário socialista brasileiro. Acreditava-se que o desenvolvimento dos setores industriais e tecnológicos resolveria os problemas sociais e econômicos do país, possibilitando a distribuição da riqueza e que a burguesia brasileira tomaria uma posição nacionalista e progressista. Após a concretização dessa situação hipotética, haveria condições de conduzir uma revolução socialista. Octavio Ianni creditou essa confusão teórica e estratégica da esquerda ao baixo nível teórico dos seus quadros, principalmente dirigentes, e à distância entre os partidos e os trabalhadores.

Nesse período, os setores dominantes da burguesia e da classe média se aglutinaram em torno de uma contrarrevolução autodefensiva, que a historiografia denominou golpe militar de 1964. Através do golpe cívico-militar, a burguesia brasileira consolidou seu poder econômico e político e criou condições materiais e políticas para aprofundar a acumulação capitalista e executar a modernização tecnológica necessária. Porém, deficiente nos setores tecnológicos, desenvolveu-se de forma subordinada ao

imperialismo, incapaz de determinar políticas de Estado que atendessem exclusivamente aos seus interesses

A burguesia necessitou do auxílio estatal, sobretudo nos setores que demandavam amplos investimentos. Em verdade, o próprio Estado buscou investimentos e crédito com o capital estrangeiro para desenvolver os setores produtivos de alta complexidade tecnológica e de infraestrutura. A economia brasileira continuava subordinada aos países imperialistas. Quanto à força de trabalho, o operariado desenvolveu-se, principalmente, a partir dos anos 1950, mas não representava uma força política coesa, sólida e combativa. Apenas uma fração dos trabalhadores compreendia a natureza exploradora das relações de produção capitalistas.

No conjunto das obras investigadas, havia características comuns entre os autores. Eles não pesquisaram e escreveram a história apenas para preencher páginas de livros ou para receber titulações acadêmicas. Tinham o objetivo de contribuir para a resolução das contradições teóricas e políticas do desenvolvimento social e econômico nacional. Quase todas as produções pesquisadas abordaram amplos intervalos cronológicos, enfatizando a história econômica e caracterizaram-se pelo avanço teórico, em relação às obras anteriores.

Conforme citado anteriormente, temos consciência que ficaram fora de nossa análise um número significativo de autores que contribuíram significativamente para o processo em análise, além de uma consulta sistemática da vastíssima e rica produção sobre os autores estudados, devido aos limites temporais próprios a esta investigação. Porém, compreendemos esta pesquisa como parte de processo inconcluso, que será continuado e aperfeiçoado, a partir dos conhecimentos adquiridos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Boris Fausto. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/resultado.php3?codigo=bfausto>>. Acesso em 25 mai 2011.

ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS. *La soliedariedad de los pueblos com la República Española 1936-1939*. Moscú: Progreso, 1974.

AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal económico: esboços de história*. 4. ed. Lisboa: Clássica, 1978.

BAGÚ, Sergio. *Estructura social de La Colonia: Ensayo de historia comparada de America Latina*. Buenos Aires: Libreria El Ateneo Editorial, 1952.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. 7. ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, EdUnB, 2001.

BAUMANN, Gino Gerold. *Los voluntários latinoamericanos em La Guerra Civil Española*. San José: Guayacán, 1997.

BOXER, Charles Ralph. *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1969.

_____. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. México: Fondo de Cultura, 1997.

CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1981.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARONE, Edgar. *A república nova (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____. *A terceira república (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____. *O PCB (1922-1943)*. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____. *Revoluções do Brasil contemporâneo [1922-1938]*. São Paulo: Desa Editora, 1965.

CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. Celso Furtado. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br>>. Acesso em 26 jan. 2011.

CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982.

DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Sobre Ladislau Dowbor*. Disponível em: <<http://dowbor.org/sobreld.asp>>. Acesso em: 02 dez. 2010.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FLORESTAN FERNANDES: VIDA E OBRA. Disponível em: <<http://www.sbd.fflch.usp.br/florestan>>. Acesso em 04 ago. 2011.

FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FRANK, Andre Gunder. *Capitalism and undevelopment in Latin America*. Londres: Penguin Books, 1971.

FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/roberto_simonsen>. Acesso em 27 dez. 2010.

_____. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre>. Acesso em 21 mar. 2011.

GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução*. São Paulo: Global, 1983.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 3. ed. São Paulo: Brasilense, 2004.

_____. *Combate nas trevas*. 6 ed. São Paulo: São Paulo, 1999

_____. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *O escravismo colonial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DE ALAGOAS. Alberto Passos Guimarães: um alagoano que lutou pela justiça social. Disponível em: <http://www.iteral.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/a-um-passo-de-guimaraes>. Acesso em 08 mar. 2011.

KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. *Luta subterrânea: O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, 2003.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MAESTRI, Mário. A escravidão e a gênese do Estado nacional brasileiro. In: ANDRADE, Manuel Correia de. [Org.] *Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX*. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2001, pp. 49-77.

_____. *Breve história da África Negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988

_____. *Breve história do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: UPF Editora, 2010

_____. *Deus é grande, o mato é maior!* Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

_____. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006

_____. *O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorender*. [artigo científico]. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/035/35maestri.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2010.

_____. *Os senhores do litoral: conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasileiro: século 16*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 1995

MANDEL, Ernest. *Tratado de economia marxista*. Vol 1. 5. ed. México: Era, 1975.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil: (1500-1580)*. 2 ed. São Paulo: CEN; Brasília: INL, 1980.

MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. *História de Portugal*. 8. ed. Lisboa: Palas Editora, 1980.

MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTA, Carlos Guilherme; NOVAIS, Fernando. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: Quilombos insurreições guerrilhas*. 3 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

PARREIRA, Henrique Gomes de Amorim. *Historia do açúcar em Portugal*. Anais da Junta de Investigação do Ultramar, Vol. VI, tomo I, 1952.

PEREIRA, Astrojildo. *Construindo o PCB (1922-1924)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PEREIRA, Fernando Jasmins. *O açúcar madeirense de 1500 a 1537*. Produção e preços. Lisboa: Instituto Superior de Ciências sociais e Política Ultramarina, 1969.

PINHEIRO, Milton. 20 anos da morte de Caio Prado Jr. *Brasil de Fato*, São Paulo, 7 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/5235>>. Acesso em: 11 dez. 2010.

PLEKHANOV, George. *O papel do indivíduo na história*. Lisboa: Antídoto, 1977.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1953.

_____. *História econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PREBISCH, Raul. El desarrollo econômico de América Latina y algunos de sus principales problemas. In: *Problemas teóricos y prácticos del crecimiento econômico*. Naciones Unidas, 1952.

PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à "União Nacional" (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: Os Caminhos da Luta Antifascista No Brasil (1934/35)*. Petrópolis: Vozes, 1997.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo. *O que é taylorismo?*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RANGEL, Ignácio. *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*. Salvador: Progresso, 1957.

RAU, Virgínia e MACEDO, Jorge. *O açúcar na Madeira no século XV*. Funchal, 1961.

REIS, José Carlos. *Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução brasileira"*. Revista brasileira de história, São Paulo, vol 19, n. 37. Set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 jan. 2011.

SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil: 1888-1891*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1972.

SALVADÓ, Francisco Romero. *A guerra civil espanhola*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SALVADOR, Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro. Séc. XVI e XVII*. São Paulo: Pioneira / EDUSP, 1981.

SARAIVA, António José. *Inquisição e cristãos-novos*. 6. ed. Lisboa: Estampa, 1994.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 21. ed. Portugal: Europa-América, 2001.

SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

_____. *Formação histórica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 8 ed. Rio de Janeiro: Zaar, 1979.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1990.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sociólogo Octavio Ianni morre aos 77 anos. Disponível em: <<http://www4.usp.br/index.php/saude/656>>. Acesso em 25 fev. 2011.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO. Programa de pós-graduação em Educação. *Corpo docente*. Disponível em: <<http://www.metodista.br/poseducacao/corpo-docente/decio-azevedo-marques-de-saes>> Acesso em: 02 dez. 2010.

VIANA, Oliveira. *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

WAIBEL, Leo. A forma econômica da plantage tropical. In: *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1958.

**APÊNDICE 1 – Lista das principais obras produzidas pelos autores
investigados**

ALBERTO PASSOS GUIMARÃES (1908 – 1993)	
Ano	Título
1962	Inflação e Monopólio no Brasil – Por que sobem os preços? 1914
1963	Quatro Séculos de Latifúndio
1978	A Crise Agrária
1982	As Classes Perigosas: Banditismo Rural e Urbano

BORIS FAUSTO (1930)	
Ano	Título
1970	A Revolução de 1930: historiografia e história
1976	Trabalho Urbano e Conflito Social (1880-1920)
1984	Crime e Quotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)
1994	História do Brasil
1997	Negócios e Ôcios. Histórias da Imigração
1999	A Concise History of Brazil

CAIO PRADO JUNIOR (1907 – 1990)	
Ano	Título
1933	Evolução política do Brasil – ensaio de interpretação materialista do Brasil
1934	URSS: um mundo novo
1934	Tratado de materialismo histórico
1942	Formação do Brasil contemporâneo
1945	História econômica do Brasil
1952	Dialética do conhecimento
1962	O mundo do socialismo
1966	A revolução brasileira
1971	O estruturalismo de Lévi-Strauss – o marxismo de Louis Althusser

CELSO FURTADO (1920 – 2004)	
Ano	Título
1954	A economia brasileira
1956	Uma economia dependente

1959	Formação econômica do Brasil
1961	Desenvolvimento e subdesenvolvimento
1962	Subdesenvolvimento e Estado democrático
1962	A pré-revolução brasileira
1964	Dialética do desenvolvimento
1966	Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina
1968	Um projeto para o Brasil
1976	A economia latino-americana
1978	Criatividade e dependência na civilização industrial
1981	O Brasil pós-"milagre"
1982	A nova dependência, dívida externa e monetarismo
1989	ABC da dívida externa
1996	O mito do desenvolvimento econômico
1998	O capitalismo global
1999	O longo amanhecer - Reflexões sobre a formação do Brasil
2002	Em busca de novo modelo - Reflexões sobre a crise contemporânea

DÉCIO DE AZEVEDO MARQUES SAES (1950)	
Ano	Título
1975	Classe média e política na primeira república brasileira
1985	A formação do estado burguês no Brasil (1888 - 1891)
1985	Classe média e sistema político no Brasil
1987	Democracia
2001	República do capital/capitalismo e processo político no Brasil

FLORESTAN FERNANDES (1920 – 1995)	
Ano	Título
1949	Organização social dos Tupinambá
1952	A função social da guerra na sociedade Tupinambá
1958	A etnologia e a sociologia no Brasil
1959	Fundamentos empíricos da explicação sociológica
1960	Mudanças sociais no Brasil
1964	A integração do negro na sociedade de classes [estudo das relações raciais no Brasil]
1968	Sociedade de classes e subdesenvolvimento
1975	A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica
1978	Lênin: política
1984	A questão da USP
1989	Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo

JACOB GORENDER (1923)	
Ano	Título
1978	O escravismo colonial
1981	A burguesia brasileira
1987	Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro
1987	Combate nas trevas
1990	A escravidão reabilitada
1991	O fim da URSS. Origens e fracasso da Perestroika
1999	Marxismo sem utopia
2000	Brasil em preto & branco. O passado escravista que não passou
2004	Direitos humanos. (O que são ou devem ser)

JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO (1942)	
Ano	Título
1975	O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira

LADISLAU DOWBOR (1941)	
Ano	Título
1981	Formação do capitalismo dependente no Brasil
1982	Introdução teórica à crise: salários e lucros na divisão internacional do trabalho
2000	O Mosaico partido
2000	La reproducción social: propuestas para una gestión Descentralizada
2001	Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação
2003	O que é capital

LUCIANO MARTINS (1934)	
Ano	Título
1968	Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento
1975	Nação e Corporação Multinacional
1976	Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil
1985	Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós 64
1999	A Nova Ordem Mundial em Questão (com Fernando de Castro Velloso)
2004	A Geração AI-5 e Maio de 68

NELSON WERNECK SODRÉ (1911 – 1999)	
Ano	Título
1938	História da literatura brasileira
1965	História militar do Brasil
1964	História da burguesia brasileira
1966	História da imprensa no Brasil
1970	História da cultura brasileira
1986	A intentona comunista de 1935
1995	A farsa do neoliberalismo

OCTAVIO IANNI (1926 – 2004)	
Ano	Título
1961	Homem e sociedade
1962	Metamorfoses do escravo
1963	Industrialização e desenvolvimento social no Brasil
1965	Política e revolução social no Brasil
1965	Estado e capitalismo no Brasil
1968	O colapso do populismo no Brasil
1975	A formação do Estado populista na América Latina
1976	Imperialismo e cultura
1978	Escravidão e racismo
1981	A ditadura do grande capital
1983	Revolução e cultura
1986	Classe e nação
1987	Dialética e capitalismo
1991	Ensaio de sociologia da cultura
1992	A sociedade global
2000	Enigmas da modernidade – mundo

PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA (1954)	
Ano	Título
1983	RS: Economia e Conflitos Políticos na República Velha
1988	BRDE: da Hegemonia à Crise do Desenvolvimento
1989	Vargas: O Capitalismo em Construção
2003	A Junta Comercial no Contexto da Economia do Rio Grande do Sul, escrito com Gentil Corazza.
2009	O Processo de Substituição de Importações

ROBERTO COCHRANE SIMONSEN (1899 – 1948)	
Ano	Título
1928	Orientação industrial brasileira;
1930	As crises no Brasil: outubro de 1930;
1931	As finanças e as indústrias;
1934	Ordem econômica e padrão de vida;
1937	História econômica do Brasil: 1500-1820;
1940	A indústria em face da economia nacional;
1973	Evolução industrial do Brasil (publicado postumamente);

**APÊNDICE 2 – Cronologia dos fatos históricos no período investigado e
lista de referências bibliográficas**

ANO	DESCRIÇÃO
1497	<p><i>Expansão ultramarina portuguesa</i> - Iniciada no século 15 e intensificada a partir do século 16, com a descoberta e ocupação das Ilhas Açorianas e da costa atlântica africana. Nesse período, os portugueses possuíam as tecnologias mais avançadas para navegação em alto mar, entre as sociedades ocidentais. No final do Quatrocentos, mantinham relações comerciais com a Índia, importando, principalmente, a pimenta, que constituía a mais rica especiaria do tempo e que fora monopólio de Veneza.</p> <p>Para maiores informações sobre a expansão marítima portuguesa consultar, entre outros: AZEVEDO, J. Lúcio de. <i>Épocas de Portugal económico: esboços de história</i>. 4. ed. Lisboa: Clássica, 1978; SARAIVA, José Hermano. <i>História concisa de Portugal</i>. 21. ed. Portugal: Europa-América, 2001.</p>
1500	<p><i>Descoberta e exploração do continente americano</i> - Em busca de uma rota alternativa para o Oriente, em princípio, portugueses, espanhóis, franceses e ingleses encontraram o continente americano. Num primeiro momento, a América foi para eles um obstáculo que devia ser contornado. Os espanhóis exploraram a parte central do continente, descobrindo o território do atual México. Procuraram então mais para o sul, encontrando a foz do Rio da Prata, na atual Argentina. Fernão de Magalhães prosseguiu mais ao sul, encontrando a passagem para o Pacífico. Os portugueses foram pioneiros na ocupação territorial sistemática das novas terras.</p> <p>Sobre a formação as grandes navegações portuguesas, a colonização e a formação do império ultramar consultar, entre outros títulos: BOXER, Charles Ralph. <i>O império colonial português</i>. Lisboa: Edições 70, 1969; CORTESÃO, Jaime, <i>Os descobrimentos portugueses</i>. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990; MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. <i>História de Portugal</i>. 8. ed. Lisboa: Palas Editora, 1980.</p>
1500	<p><i>Dominação portuguesa no território do atual Brasil</i> - Iniciou no século 16, desenvolvendo-se paralelamente e interligada ao desenvolvimento do comércio mundial. Nos três primeiros decênios após o descobrimento, a Coroa portuguesa dedicou pouca atenção à sua colônia americana, pois se ocupava na exploração do comércio com o Oriente. Limitou-se, quase exclusivamente, à extração de pau-brasil e de outros produtos exóticos, relacionando-se pacificamente com as tribos autóctones.</p>
1580-1640	<p><i>Dominação castelhana de Portugal</i> - Em 1580-1640, a coroa portuguesa foi dominada pelos soberanos espanhóis. O reino português perdeu sua independência política e o seu comércio foi altamente prejudicado. A Holanda, compradora dos produtos portugueses, estava travando uma guerra contra a dominação nacional espanhola. Impedida de aportar seus navios em Lisboa, buscou produtos diretamente nas fontes: ocupou a Cidade do Cabo e várias colônias portuguesas, cortando o monopólio lusitano.</p>

	Sobre a dominação lusitana pela Espanha, conhecida como unificação ibérica, consultar: BRAUDEL, Fernand. <i>El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II</i> . México: Fondo de Cultura, 1997; SCHAUB, Jean-Frédéric. <i>Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
1808	<i>Transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil</i> – Em 1808, as tropas napoleônicas invadiram Portugal e a Família Real fugiu para o Rio de Janeiro. O Brasil tornou-se sede provisória da corte e da administração do império lusitano. Conseqüentemente, os portos foram liberados do monopólio do comércio português.
1822	<i>Independência política do Brasil</i> - Em 1822, o Brasil tornou-se politicamente independente do reino português. Foi organizado em um Estado unificado por um poder monárquico centralizado. Em verdade, a estrutura social extremamente desigual e o modo de produção escravista colonial permaneceram intocados. Sobre a Independência do Brasil consultar, entre outros: MOTA, Carlos Guilherme; NOVAIS, Fernando. <i>A Independência Política do Brasil</i> . São Paulo: Hucitec, 1996.
1850	<i>Crise estrutural do escravismo</i> - A partir de 1850, sobretudo pelas pressões inglesas, foi extinto o tráfico transatlântico de africanos. Sua supressão teria gerado uma grave crise sistêmica. Houve a diminuição gradativa dos plantéis no Brasil, devido à alta taxa de mortalidade e taxa negativa de reposição. A produção teria despencado e os preços de compra dos trabalhadores escravizados subiram vertiginosamente.
1888	<i>Revolução Abolicionista</i> – No final do século 19, pôs-se fim ao modo de produção escravista colonial, após 300 anos. Embora a oficialização fosse representada pela Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, o fim do cativo deveu-se, sobretudo, à resistência da massa escravizada contra o cativo, que determinava gastos insuportáveis com a vigilância dos trabalhadores e a estagnação tecnológica, aliada aos abolicionistas radicalizados. O Brasil foi a última nação a abolir a escravidão.
1889	<i>Proclamação da República</i> - Em 1889, o Estado escravista brasileiro ruiu sob as suas contradições internas e externas. A Proclamação da República ocorreu através de um golpe militar, conduzido pelas classes dominadoras agrárias. Manteve-se o latifúndio e a estrutura agro-exportadora e criaram-se condições para a reorganização federal do Estado.
1929	<i>Crise sistêmica de 1929</i> – Foi uma grave crise econômica sistêmica do capitalismo, que persistiu durante a década de 1930, até a Segunda guerra Mundial. Caracterizou-se, sobretudo, pelo desemprego maciço e pela pauperização da população trabalhadora. No Brasil, a crise de 1929 estagnou a venda dos estoques de café, determinando o fim do ciclo hegemônico do café.
1930	<i>Revolução de 1930</i> - No contexto de crise sistêmica do capitalismo e fortalecimento político e econômico da burguesia, no Brasil, foi deflagrado o movimento político-militar, conhecido na historiografia como <i>Revolução de 1930</i> . Fato que pôs fim ao <i>predomínio</i> e à hegemonia política das classes dominadoras <i>cafeiras</i> , mas não a influência do latifúndio. A partir daquele momento, latifundiários e industriais complementaram-se na hegemonia política e econômica e moldaram o arranjo produtivo industrial da economia brasileira.
1932	<i>Revolução Constitucionalista</i> - Empreendida, principalmente, pelos segmentos oligárquicos nacionais, capitaneada por São Paulo, contra o governo getulista. Roberto Simonsen foi encarregado de conduzir a adaptação das indústrias paulistas para a economia de guerra e, com a derrota do movimento, exilou-se em Buenos

	<p>Aires, por um mês.</p> <p>Para maiores informações, consultar, entre outros: CARONE, Edgar. <i>Revoluções do Brasil Contemporâneo [1922-1938]</i>. São Paulo: Desa Editora, 1965; SKIDMORE, Thomas. <i>Brasil: de Getúlio a Castelo</i>. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.</p>
1935	<p><i>Intentona Comunista</i> – Insurreição comunista contra a ditadura varguista, liderada pela Aliança Nacional Libertadora [ANL]. Caio Prado Jr. foi um dos seus dirigentes. Com a derrota da insurreição aliancista, naquele ano, Prado Jr. foi preso. Em liberdade, em 1937, exilou-se na França.</p> <p>Sobre a Aliança Nacional Libertadora [ANL] consultar: PRESTES, Anita Leocádia. <i>Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: Os Caminhos da Luta Antifascista No Brasil (1934/35)</i>. Petrópolis: Vozes, 1997; PRESTES, Anita Leocádia. <i>Da insurreição armada (1935) à "União Nacional" (1938-1945): a virada tática na política do PCB</i>. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.</p>
1936	<p><i>Guerra Civil Espanhola</i> – Foi um conflito das forças fascistas, representantes do capital e da burguesia, aliadas ao Exército, à Igreja e ao Latifúndio, contra as forças de esquerda, compostas pelos sindicatos, partidos de esquerda e socialistas revolucionários. O enfrentamento entre a esquerda e o fascismo foi de tamanha importância, que dilacerou e dividiu também os intelectuais de todo o mundo.</p> <p>Sobre a Guerra Civil Espanhola consultar: ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS. <i>La soliedariedad de los pueblos com La República Española 1936-1939</i>. Moscú: Progreso, 1974; BAUMANN, Gino Gerold. <i>Los voluntários latinoamericanos em La Guerra Civil Española</i>. San José: Guayacán, 1997; SALVADÓ, Francisco Romero. <i>A guerra civil espanhola</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.</p>
1937	<p><i>Estado Novo</i> – Regime político ditatorial e nacionalista, liderado por Getúlio Vargas, a partir de 1937. Caracterizava-se pela planificação econômica e pela intervenção estatal na economia, segundo os interesses e necessidades dos industriais. Findou-se em 1945.</p> <p>Sobre o Estado Novo [1937-1945] consultar, entre outros: CARONE, Edgar. <i>A Terceira República (1937-1945)</i>. São Paulo: DIFEL. 1982; IANNI, Octávio. <i>Estado e capitalismo: Estrutura social e industrialismo no Brasil</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; SKIDMORE, Thomas. <i>Brasil: de Getúlio a Castelo</i>. Rio de Janeiro, Saga, 1969.</p>
1945	<p><i>Segunda Guerra Mundial</i> – Conflito bélico originado nas disputas de territórios e de mercados entre as potências capitalistas, suas colônias e os países sob influência geopolítica. Foi a maior guerra que a humanidade conheceu, com mais de 50 milhões de mortos. Redesenhou o mapa geopolítico mundial e marcou o início da Guerra Fria, entre os EUA e a URSS. No Brasil, a estagnação do comércio mundial, favoreceu o desenvolvimento da indústria nacional.</p>
1964	<p><i>Golpe cívico-militar</i> – Através do golpe cívico-militar, a burguesia brasileira consolidou seu poder econômico e político. Criou condições materiais e políticas para aprofundar a acumulação. Porém, deficiente nos setores tecnológicos, desenvolveu-se de forma subordinada ao imperialismo, incapaz de determinar políticas de Estado que atendessem exclusivamente aos seus interesses. Foi instaurada uma ditadura militar violenta, que reprimiu os partidos de esquerda e</p>

associou-se ao capital internacional.

Para maiores informações sobre o golpe militar de 1964, consultar, entre outros: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. 7 ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, EdUnB, 2001; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6 ed. São Paulo: São Paulo, 1999;